



Susana Maria Duarte Martins

O COMPORTAMENTO DAS SIGLAS E DOS ACRÓNIMOS EM TEXTOS DE ECONOMIA

Dissertação para obtenção do Mestrado de Linguística,
especialidade de Lexicologia e Lexicografia – Terminologia

realizada sob a orientação da

Prof.^a Doutora Rute Costa

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

- 2004 -

Aos meus pais
a quem devo todo o meu percurso



INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO I – AS UNIDADES TERMINOLÓGICAS REDUZIDAS	9
1. Percurso histórico dos processos de redução terminológica	11
2. Sigla e acrónimo	12
3. Abreviatura, abreviação e redução	31
4. Braquigrafia e acrografia	43
5. Símbolo	47
CAPÍTULO II – CONSTITUIÇÃO E ANÁLISE DE <i>CORPORA</i> DE TEXTOS ECONÓMICOS DA IMPRENSA <i>ONLINE</i>	51
1. Constituição e tratamento automático dos <i>corpora</i>	52
2. Caracterização das unidades terminológicas reduzidas	55
2.1. Siglas	56
2.2. Siglas com símbolos	56
2.3. Acrónimos	56
2.4. Acrónimos com símbolos	57
2.5. Siglas ou acrónimos	57
2.6. Falsas siglas / Falsos acrónimos	58
2.7. Símbolos	58
2.8. Símbolos com siglas e acrónimos	59
2.9. Abreviaturas e abreviações	59
2.10. Sem classificação	60
CAPÍTULO III – MODOS DE REPRESENTAÇÃO DAS SIGLAS E ACRÓNIMOS	61
1. O tratamento das siglas e acrónimos pelos dicionários e pela imprensa	63
2. A estrutura das siglas e dos acrónimos	68
3. O princípio da economia	73

CAPÍTULO IV – DA ESCRITA À ORALIDADE: A EVOLUÇÃO DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS REDUZIDAS	76
1. A evolução	77
1.1. O uso do ponto de separação	77
1.2. O emprego das maiúsculas	79
1.3. A prosódia	80
1.4. Os níveis de evolução das unidades terminológicas reduzidas	84
2. As consequências	87
2.1. Mudanças e alterações das extensões	87
2.2. Variantes ortográficas, oscilações de escrita e erros	90
CAPÍTULO V – O COMPORTAMENTO E A FUNÇÃO DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS REDUZIDAS	94
1. A função denominativa da sigla e do acrónimo	95
2. O género e o número	102
3. A homonímia	105
CAPÍTULO VI – CLASSIFICAÇÃO DAS SIGLAS E ACRÓNIMOS NAS LÍNGUAS DE ESPECIALIDADE EM CATEGORIAS E DOMÍNIOS	108
1. As diferentes classificações	109
2. Uma proposta de classificação actual do domínio económico	112
CAPÍTULO VII – TIPOLOGIA DOS EMPRÉSTIMOS COM BASE SÍGLICA E ACRONÍMICA	115
1. O papel dos empréstimos externos: os estrangeirismos	116
2. O decalque lexical e outros tipos de empréstimo interno	124
3. Os problemas de tradução	126

CAPÍTULO VIII – A IMPORTÂNCIA DA SIGLAÇÃO E ACRONÍMIA ENQUANTO PROCESSOS DE CRIAÇÃO NEOLÓGICA	130
1. As unidades terminológicas reduzidas e os processos de neologia	131
1.1. A neologia lexical e terminológica	132
1.2. A derivação como consequência da lexicalização das unidades terminológicas reduzidas	133
1.3. A composição por justaposição	137
1.4. A criatividade linguística: siglas predestinadas e termos pré- -fabricados ou acrónimos motivados?	138
1.5. Os empréstimos	140
CAPÍTULO IX – PROPOSTA PARA UM DICIONÁRIO ELECTRÓNICO DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	142
1. A emergência de um dicionário de unidades terminológicas reduzidas no mercado nacional	143
2. Critérios de apresentação das siglas e acrónimos como entradas para um dicionário electrónico	144
2.1. Referência à sigla e ao acrónimo no título do dicionário	145
2.2. A especificidade da micro-estrutura dos artigos terminográficos	146
2.3. A grafia e as variantes	147
2.4. A categoria	147
2.5. O género	148
2.6. A extensão	148
2.7. As notas	150
2.8. Os subdomínios	150
CONCLUSÃO	151
BIBLIOGRAFIA	157
ANEXO	167
Dicionário de Unidades Terminológicas Reduzidas. Domínio: Economia / / Bolsa de Valores (amostragem)	168

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A presença de siglas nas mais diversas áreas de saber é um reflexo da evolução da sociedade contemporânea, que apela incessantemente à economia e rapidez na comunicação oral e escrita. É possível observá-lo no avultado número de instituições, organizações, associações, comissões e agências, entre outras, cujas denominações adoptam a forma de uma sigla ou acrónimo, e que não cessam de crescer a cada dia que passa. O interesse do estudo dos fenómenos de siglação aumenta substancialmente quando se verifica a sua influência particular no vocabulário das línguas de especialidade, em textos científicos e técnicos. Além disso, a bibliografia que se debruça sobre o tratamento das siglas já se encontra desactualizada, na sua grande maioria.

A observação sobre as ocorrências de siglas e acrónimos nos mais diversos tipos de textos mostra-nos que a sua utilização é feita quase indiscriminadamente, sem que na maioria das vezes sejam acompanhados da sua extensão. A compreensão linguística fica comprometida, sobretudo se considerarmos os casos de homonímia que nem sempre o contexto consegue resolver.

À primeira vista as siglas e os acrónimos parecem não oferecer outras complicações, mas uma passagem pelos diferentes artigos e alguns dicionários que se dedicam ao tema, depressa nos mostra que assim não acontece. Na verdade, o problema surge logo de raiz pelas diferentes definições apresentadas para designar o mesmo fenómeno linguístico. A proximidade semântica entre os termos resulta no facto de cada autor apresentar uma definição própria para sigla e acrónimo. Vários são os autores que consideram que os acrónimos se integram no grupo das siglas e que falam em siglas acronímicas, em siglas acrónimos e em siglas compostas, para citar apenas alguns exemplos. Outros há que defendem uma posição independente para os acrónimos.

À insuficiente delimitação das fronteiras entre sigla e acrónimo, podemos ainda acrescentar outros termos que com eles entram em concorrência, criando maiores dificuldades de compreensão relativamente ao espaço semântico que cada um deles ocupa no contexto dos fenómenos de redução linguística. São eles a abreviatura, a abreviação, a redução, a acrografia, a braquigrafia e ainda o símbolo. A distinção

complica-se se olharmos para os exemplos referidos pelos diferentes autores que para termos distintos apresentam exemplos coincidentes.

Esta indefinição teórica levará a que, cada vez mais, se continuem a escrever artigos e se publiquem dicionários que apresentam uma visão parcelar e subjectiva do estudo e apresentação das unidades lexicais e terminológicas reduzidas, perspectiva essa que se estenderá a todos aqueles a quem estes produtos se dirigem, quer se trate de um público especializado ou não. Nos dias de hoje toda a gente sabe a que realidade nos referimos quando falamos de siglas, mas saberá a que se refere um acrónimo ou das semelhanças e diferenças que mantém com a sigla? Todos sabem a que se referem as abreviaturas, que nos auxiliam sempre que a economia de tempo prevalece, mas terão conhecimento da existência de outros fenómenos como a acrografia, a braquigrafia, a redução ou o símbolo? A história da origem e percurso dos processos de redução linguística revela-se importante para uma compreensão da implantação e sucesso de um tipo específico de unidades terminológicas específico que tem vindo a aumentar a um ritmo vertiginoso nos últimos anos (Capítulo I).

Após a delimitação do domínio de trabalho: a Economia / Bolsa de Valores, partiu-se para a constituição de dois *corpora* de trabalho a partir de textos da imprensa económica *online*, seleccionados de acordo com critérios pré-estabelecidos. Os dados dos *corpora* foram, numa fase seguinte, submetidos a tratamento automático por meio do programa *Hyperbase*, que permitiu uma amostragem das frequências, concordâncias e contextos das unidades integrantes dos *corpora* em análise, *corpora* de divulgação destinado a um público-alvo especializado e não especializado. A partir da listagem de frequências fornecida pelo *Hyperbase*, seleccionaram-se as unidades terminológicas reduzidas, que foi necessário agrupar de acordo com as especificidades particulares a cada uma (Capítulo II).

As siglas e acrónimos apresentam múltiplas facetas que são alvo de controvérsia entre especialistas e o público em geral, pois todos recorrem às unidades terminológicas reduzidas no seu dia-a-dia, quer na escrita quer na oralidade. O tratamento que os dicionários e a imprensa fazem das siglas e dos acrónimos serve de pretexto para introduzir a polémica, ao que se segue uma reflexão sobre a estrutura e o princípio de economia subjacente a estas unidades terminológicas (Capítulo III).

O uso de maiúsculas, a apresentação com ou sem indicação de pontos e a pronúncia das siglas e dos acrónimos vêm reflectir os diferentes níveis de evolução que as unidades terminológicas podem sofrer ao longo dos tempos. Esta capacidade de

evolução alarga-se à extensão que as designa, numa relação em que a unidade terminológica reduzida ou a extensão podem ser alvo de mudança, ou, por outro lado, encontramos variantes, oscilações de escrita ou mesmo erros em consequência dos diferentes graus de evolução das unidades terminológicas reduzidas (Capítulo IV).

A função que as siglas e os acrónimos exercem é determinante na atribuição das marcas de género e número às unidades terminológicas reduzidas, que ajudam a clarificar parte dos casos de homonímia presentes no *corpus* (Capítulo V).

Uma amostragem das categorias e domínios de acção das siglas e acrónimos é de importância extrema quando se pretende ilustrar uma temática tão controversa e, ao mesmo tempo, tão pouco explorada. Em última instância, poderemos aí encontrar uma amostragem das características dominantes na realidade quotidiana (Capítulo VI).

Os empréstimos, sobretudo de origem inglesa, mesmo na forma de siglas e acrónimos, são um recurso bastante frequente nas línguas de especialidade. Como tal, prestam-se a uma análise detalhada que passa pelo levantamento da percentagem de siglas e acrónimos em língua portuguesa e estrangeira e sua distribuição pelos diferentes subdomínios. Os problemas de tradução são, por fim, a consequência da co-existência entre unidades terminológicas autóctones e estrangeiras (Capítulo VII).

Enquanto indicador de criatividade lexical e actualização da língua, as siglas e os acrónimos exercem um importante papel no que se refere à criação de neologismos. Neste sentido, faz-se uma pequena incursão pelos diferentes tipos de neologismos (Capítulo VIII).

A fase final de um trabalho deste tipo será, sem dúvida, a proposta de um dicionário terminológico centrado no tipo de unidades submetidas a tratamento terminológico: as siglas e os acrónimos, para os quais não se encontram dicionários em língua portuguesa e que, como tal, constituirá um instrumento de interesse junto da comunidade científica e do público em geral (Capítulo IX).

Esta é, pois, a linha de pensamento que seguimos no sentido de abrir novos caminhos em direcção ao conhecimento do funcionamento das unidades terminológicas reduzidas, mais especificamente das siglas e dos acrónimos, tomando como ponto de partida as controvérsias suscitadas pelas definições em vigor, as discussões que surgem em torno de tais fenómenos linguísticos e as especificidades das unidades terminológicas reduzidas que constituem o *corpus*.

AGRADECIMENTOS

Todo este trabalho não teria sido possível sem a presença constante daquelas que têm vindo a acompanhar a minha evolução científica, de há alguns anos a esta parte, e a quem não poderia deixar de prestar os meus sinceros agradecimentos.

À Professora Doutora Rute Costa, pela excelente orientação do trabalho de tese, desde o acompanhamento das diferentes fases de evolução do trabalho até à disponibilidade sempre mostrada para a marcação de reuniões caracterizadas pelo rigor na discussão de pontos de vista. O seu encorajamento constante, amizade e boa disposição contribuíram, sem dúvida alguma, para a possibilidade de alcançar mais esta etapa na minha vida.

À Professora Doutora Teresa Lino e à Professora Doutora Maria de Lourdes Crispim agradeço a confiança demonstrada na minha pessoa, o reconhecimento pelo meu trabalho e a simpatia que lhes é peculiar.

À Dra. Raquel Silva agradeço a disponibilidade incondicional para ajudar e discutir ideias, assim como a amizade que sempre me demonstrou.

CAPÍTULO I

As Unidades Terminológicas Reduzidas

CAPÍTULO I – AS UNIDADES TERMINOLÓGICAS REDUZIDAS

O ritmo alucinante que caracteriza a vida contemporânea não permite o tempo necessário à escrita e oralização de determinadas palavras, ou grupos de palavras, na íntegra, pelo que o pensamento humano se vê submetido a contenções sob a forma de siglas, acrónimos e abreviações, familiares aos especialistas mas, muitas vezes, desconhecidos do grande público.

A cada dia surgem novos modos de expressão a que as siglas não são alheias. Contudo, nem sempre os autores responsáveis pela criação dessas expressões nos dão conta da sua extensão ou significado. A dificuldade de descodificação aumenta sempre que a uma dada sigla corresponde mais do que um significado e onde o contexto assume um papel decisivo. O conhecimento das siglas revela-se assim uma regra de ouro na compreensão da literatura de especialidade, razão pela qual se aconselha que as siglas se façam acompanhar da sua extensão. No caso da imprensa económica, este seria um procedimento necessário já que a informação veiculada pelas notícias se destina não apenas a especialistas mas também ao público em geral.

As siglas são pois um reflexo e uma necessidade da sociedade de informação imediata, que apela incessantemente à economia e rapidez na comunicação oral e escrita. Podemos verificá-lo no crescente número de instituições, organizações, associações, comissões, agências e afins, cujas designações adoptam a forma de siglas ou acrónimos. O surgimento de grupos económicos e políticos torna igualmente difícil a compreensão dos textos, cada qual com as suas siglas específicas. É neste sentido que GEHENOT (1975: 273) conclui que, *“l’existence des sigles est due à trois raisons bien définies: le manque de temps, le manque d’espace, la profusion d’organismes”*.

Uma passagem pelos diferentes autores, assim como pelos dicionários, gramáticas e glossários que se debruçaram sobre o tema das siglas, acrónimos e outras unidades terminológicas reduzidas, designação que passaremos a utilizar sempre que nos referirmos a este tipo de fenómenos, depressa nos revela uma multiplicidade de pontos de vista sobre uma mesma realidade, sobretudo no que respeita às suas definições. De facto, cada autor parece ter a sua definição específica, na medida em que a definição de termos que se encontram tão próximos semanticamente envolve

um elevado grau de complexidade e, por essa razão, facilmente se confundem entre si.

1. Percurso histórico dos processos de redução terminológica

Segundo alguns estudiosos, as siglas, conhecidas como *singulae litterae*, terão sido transmitidas pelos Gregos, que já as utilizavam, aos Romanos. Até aí, as siglas tinham vindo a ser usadas por diversos povos para designar a figura de *Jesus Cristo*. Mais tarde, as siglas eram já usadas com grande frequência nas mais diversas situações: para ocultar o nome dos pedreiros e a sua corporação em construções arquitectónicas, em manuscritos, inscrições funerárias, medalhas, transcrição de leis e decretos. Neste último caso, as siglas eram usadas como abreviaturas de termos correntes, caracterizando-se por uma fácil memorização e tradução. Tal facilidade era no entanto aparente, dada a forte carga homonímica que encerravam em si, o que depressa conduziu à necessidade de recorrer a outros modos de abreviar palavras. Um deles consistia em usar uma segunda letra sempre que se pretendia abreviar uma palavra. Um outro processo era a abreviatura contraída, um tipo de contracção específico em que se mantinha apenas o início e o final da palavra abreviada, como em *Lda.* para *Limitada*.

O uso de abreviaturas na antiguidade continuou a aumentar consideravelmente, já que era muito habitual fazer a cópia de livros à mão. As abreviaturas eram sobretudo numerosas na redacção de textos oficiais, ao ponto do seu contexto se prestar a diferentes interpretações. Esta dificuldade de compreensão residia no facto de cada escrivão possuir o seu código próprio de abreviaturas, razão pela qual o seu emprego chegou a ser proibido neste tipo de textos a fim de evitar o abuso no uso de abreviaturas. Não obstante todos estes obstáculos, as abreviaturas continuaram a desenvolver-se e a aumentar. Novas abreviaturas foram criadas e cada vez em maior número, alargando o seu campo de incidência às preposições, radicais, prefixos e sufixos. O pequeno traço utilizado pelos copistas sobre a letra abreviada continua a subsistir ainda hoje, no português e no espanhol, sob a forma de til.

Entre os séculos IX e XV registou-se um número crescente de abreviaturas, que incluíam siglas, contracções, truncamentos e mesmo signos especiais. Neste contexto, a importância das siglas afirma-se quando se verifica que numerosos erros históricos

decorrem de siglas mal escritas ou mal lidas, dado o seu emprego abusivo por parte dos copistas. As siglas eram utilizadas também para distinguir livros, indicar a numeração dos capítulos e dos cadernos manuscritos. Além disso, ainda hoje os médicos continuam a usar siglas que remontam a épocas longínquas.

CALVET (1980: 13-15) atribui duas funções principais às siglas: a função críptica, de segredo, e a função económica, estabelecendo a sua história em duas épocas diferentes. A primeira época, que o autor situa antes da segunda guerra mundial, é caracterizada pelo uso raro da sigla na língua escrita e a sua quase inexistência na língua falada. A segunda época, do pós-guerra, distingue-se da primeira pela abundância do uso da sigla quer na escrita quer na oralidade.

Facilmente se conclui que a sigla e outros fenómenos de redução linguística são um fenómeno do século XX, cuja proliferação se confirma no século XXI. De facto, o uso e abuso das abreviaturas e, nomeadamente, das siglas e acrónimos, continua a ser uma realidade, que GEHENOT (1975: 282) justifica pela *“nécessité d’un langage technique toujours plus complexe et [par] les exigences d’un échange de plus en plus rapide d’information de tous genres”*. As siglas cobrem os mais variados domínios, entre os quais se destacam a política (partidos, grupos, movimentos), as ciências, a vida militar, o comércio e, de uma forma geral, uma infinidade de organismos.

2. Sigla e acrónimo

A etimologia da unidade lexical sigla é atribuída à mesma forma oriunda do latim, uma redução de *sigilla*, “caracteres isolados”. Para A. Beaujean (*Dictionnaire de la Langue Française* de 1959), P. Larousse (*Grand Dictionnaire Universel du XIX^e Siècle*), Émile Littré (*Dictionnaire de la Langue Française* de 1963) e Albert Dauzat (*Dictionnaire Étymologique*) a forma *sigla* provém do latim baixo. P. Robert (*Dictionnaire Alfabétique et Analogique de la Langue Française*), Albert Dauzat, Jean Dubois e Henri Mitterand (*Nouveau Dictionnaire Étymologique*) atribuem a sua origem, mais especificamente, ao latim jurídico, por meio de processos de empréstimo linguístico. Maria Moliner (*Diccionario de Uso del Español* de 1967) e P. Larousse (*Grand Larousse Encyclopédique en Dix Volumes* de 1964) consideram, por sua vez, que esta unidade lexical tem a sua origem no latim tardio. Em qualquer dos casos, o significado

de sigla é coincidente – abreviatura ou signo abreviativo (cf. GEHENOT 1975: 278-279).

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* confirma a origem do uso da sigla, temática abordada no ponto anterior: “*letra inicial de uma palavra ou conjunto de letras iniciais de diversas palavras, us. como abreviação em monumentos, moedas, medalhas e manuscritos antigos*” (2003: 3324), datando o uso do termo em português de 1836, enquanto o acrónimo é apontado como um termo do século XX.

Vejamos em seguida as definições de sigla e acrónimo apresentadas pelos vários autores que se debruçaram sobre o assunto e o que dizem os dicionários, os prontuários e algumas gramáticas de língua portuguesa.

GEHENOT (1975: 275) começa por considerar a sigla como “*une initiale ou suite d’initiales qui servent d’abréviation. Par exemple: “C.G.T.” pour Confédération générale du travail*”. Admite contudo que a definição de sigla é complexa, pelo que recorre às definições de diferentes autores e dicionários que o conduzirão a uma definição geral: “*le sigle est la lettre initiale ou groupe de lettres dont on se sert pour exprimer un mot ou groupe de mots*” (1975: 278). Ora, esta definição, não deixa de carregar em si mesma elementos polémicos. Por um lado, a sigla apresenta uma dupla vertente: é ao mesmo tempo letra inicial e grupo de letras, distinção essa que deveria ser estabelecida. Por outro lado, afirma-se que a sigla exprime uma palavra, o que manifesta uma clara confusão com o conceito de abreviatura, esse sim usado para abreviar uma unidade lexical simples.

No entanto, o autor não deixa de advertir para o facto de alguns autores falarem em acrónimo em vez de sigla, que define, segundo a *Encyclopédia Alfa* como “*un mot formé de sigles correspondant aux premières lettres d’une expression composée et qu’on utilise au lieu de l’expression même pour pallier la prolifération d’objets et d’organismes nouveaux*” (1975: 275). Ao fazer esta referência, o autor demonstra que a sua definição de sigla inclui o conceito de acrónimo, confirmando a dupla vertente que atribuímos à sua definição. Assim, ao acrónimo corresponderá o “*groupe de lettres*” que refere na sua definição de sigla.

No seu livro inteiramente dedicado ao tema das siglas, Louis-Jean CALVET (1980: 7) declara que a sigla “*est un groupe de mots raccourci en ne conservant que la première lettre de chaque mot*”, enquanto o acrónimo se refere a “*un groupe de mots raccourci*

abreviaturas. Poderíamos interrogar-nos se, à data da definição, as siglas já seriam usadas na língua falada, mas CALVET (1980: 15) confirma-nos, como já vimos, que as siglas começaram a ser usadas quer na escrita quer na fala depois da segunda guerra mundial. Por outro lado, a definição de KOCOUREK segue mais de encontro a uma definição de acrónimo que de sigla, quando se declara que esta unidade lexical reduzida é formada pelas *“lettres initiales, ou groupes de lettres initiales, majuscules ou minuscules”*, sendo que são muito raros os casos em que as siglas admitem as minúsculas no seu processo de formação, como podemos atestar pela observação generalizada de siglas e pelos *corpora* de trabalho que constituímos. Ao atentarmos ainda na definição de siglação que o autor apresenta anteriormente, *“la siglaison (...) abrège les syntagmes et non les mots isolés (...) Au lieu de supprimer les mots forts entiers du syntagme, elle garde la lettre initiale (ou un groupe de lettres initiales) des mots forts. Normalement, on n’admet pas les initiales des mots faibles”* (1982: 161), verificamos que se admite que dos processos de formação da sigla poderá fazer parte a sua *“lettre initiale”*, facto que parece excluir-se da definição de sigla propriamente dita não fossem os exemplos apresentados (*ACF, PTT, BOP, ADAV, DEST*). Nesta última definição, alerta-se, no entanto, para a diferença entre a sigla e a abreviatura, uma vez que a siglação *“abrège les syntagmes et non les mots isolés”* como a abreviatura.

Considerando os critérios de pronúncia das siglas, KOCOUREK distingue *siglas soletradas*, *“formés d’initiales prononcées lettre à lettre”*, de *siglas integradas*, *“non épelés, à prononciation “liée”* que representam *“une étape plus avancée de l’adaptation du sigle aux unités lexicales pleinement articulées”* (1982: 165). Neste momento, torna-se clara a distinção sigla/acrónimo, respectivamente, confirmando o facto de que a definição do autor integra ambos os tipos de unidades terminológicas reduzidas.

Contudo, KOCOUREK já mencionara antes o tema dos acrónimos, que considera um tipo particular de truncação, sendo sinónimo de *“mot-valises ou mots-centaures (Clas ’81: 2), angl. portemanteau words ou blends (le terme anglais acronym est, en français, notre sigle intégré)”*. Por fim, define o acrónimo como *“un mot composé contaminé, forgé par l’apocope du premier élément et par l’aphérèse du second (cf. margis pour marechal des logis, dans l’argot militaire, GLLF, t.2: 1534)”* (1982: 160). De facto, a presente definição vai de encontro a um dos processos de formação de acrónimos. Por outro lado, o autor integra os acrónimos, pronunciados como uma palavra e dos quais faz parte unicamente a primeira letra da sua extensão, na sua definição de sigla,

e para os quais apresenta como exemplos: *BOP, ADAV, DEST* (1982: 163). Por conseguinte, não se resolve o facto de se considerar as siglas como *“lettres initiales, ou groupes de lettres initiales”*, definição que acompanha a definição apresentada para as unidades terminológicas que apelida de acrónimos.

Uma *“sequência de letras constituída pelas iniciais de certas formas lexicais demasiado longas para produzir na sua totalidade, e que o uso linguístico abreviou por economia”* é a definição de sigla apresentada por GALISSON e COSTE (1983: 649). Segundo os autores, *“as siglas designam geralmente estados (R.D.A. = República Democrática Alemã), partidos políticos (P.C.F. = Partido Comunista Francês), clubes desportivos (S.C.O. = Sporting Clube do Oeste), organismos diversos (S.N.C.F. = Sociedade Nacional dos Caminhos de Ferro Franceses) e até personalidades da política (J.J.S.S. = Jean-Jaques Servan-Schreiber) e do espectáculo (B.B. = Brigitte Bardot – notar aqui o jogo de palavras com “bebé”)*”. Contudo, a definição de GALISSON e COSTE entra em conflito com as unidades terminológicas reduzidas apresentadas como exemplo. Na verdade, os autores afirmam que as siglas são formadas *“pelas iniciais de certas formas lexicais”* mas, da constituição das siglas dadas como exemplo, fazem parte apenas a letra inicial de cada uma das unidades que constituem a sua extensão.

Por outro lado, GALISSON e COSTE não estabelecem a distinção entre sigla e acrónimo, já que consideram ambas as realidades como um todo, de acordo com uma estrutura de pronunciação tripartida: as siglas *“lidas como uma palavra”*, *“soletradas letra a letra”* ou ainda *“lidas ou soletradas à escolha do locutor”*. Justifica-se a este respeito que, *“por razões de economia de pronunciação, as pessoas que têm de construir formas lexicais longas esforçam-se geralmente por que a sequência das iniciais dos termos constituintes forme um todo articulável em sílabas. Quando isto não é possível, rodeiam por vezes a dificuldade, juntando a uma das iniciais a letra que se lhe segue de maneira a tornar a leitura realizável (CREDIF: Centre de Recherche et d’Étude pour la Diffusion du Français = Centro de Investigação e de Estudo para a Difusão do Francês) ”*. Como podemos observar pela lista de exemplos apresentados, os autores admitem a existência dos acrónimos, apesar de os considerarem como um subgrupo no interior das siglas e de não lhes atribuírem importância suficiente ao ponto de figurarem como parte dos exemplos que acompanham a sua definição de sigla.

A fim de estabelecer a sua própria definição de sigla, GERMAIN e LAPIERRE (1988) começam por examinar as definições apresentadas por alguns dicionários franceses e, de seguida, por autores que se dedicaram ao mesmo assunto.

Assim, o *Petit Robert* considera a sigla como a “*initiale ou suite d'initiales servant d'abréviation*”, enquanto o *Dictionnaire de Linguistique* de DUBOIS a considera como “*la lettre initiale ou le groupe de lettre initiales constituant l'abréviation de certains mots qui désignent des organismes, des partis politiques, des associations, des clubs sportifs, des États, etc.*” (GERMAIN e LAPIERRE 1988: 56-57). Podemos, logo à partida, verificar que ambas as definições de sigla incluem em si o conceito de acrónimo, tomando ambas as unidades terminológicas reduzidas como um tipo específico de abreviatura. Todavia, como já vimos, enquanto a sigla se reporta a uma unidade lexical complexa, a abreviatura compreende a redução de uma unidade lexical simples.

Numa tentativa de alcançar um consenso relativamente à definição de sigla, entre a multiplicidade de definições existentes, GERMAIN e LAPIERRE (1988) referem quatro dos autores que consideram mais representativos no estudo dos fenómenos de redução lexical: BLOM (1970¹), dois autores cujos pontos de vista apresentámos atrás – GEHENOT (1973) e CALVET (1980), e, por fim, RODRÍGUEZ GONZÁLEZ (1980²), que retomaremos adiante a propósito dos artigos que dedicou ao estudo dos acrónimos.

Para BLOM (1970) a sigla não é mais do que “*un abrégé commode d'expressions longues et lourdes à manier*”. Neste sentido, as siglas apresentam-se como um tipo de abreviatura que comporta traços distintivos de acordo com a sua formação e sintaxe, entre os quais o autor destaca:

- “a) il s'agit d'une réduction de locutions et non de mots;*
- b) le sigle est comme un nom propre puisqu'il désigne un objet individuel;*
- c) le sigle est utilisé à la fois dans la langue écrite et dans la langue parlée;*
- d) le sigle a la faculté d'être prononcé;*
- e) le sigle peut toujours représenter l'expression qu'il représente, et cela dans n'importe quel contexte, alors qu'une abréviation comme m. (pour*

¹ BLOM, A. (1970), “Les sigles – formation et emploi”, in *Copenhagen School of Economics and Business Administration Language Department*, nº 1, pp. 155-163.

² RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, F. (1980), *Estudio Lingüístico de las Siglas en Español Actual*, Thèse de doctorat, Université d'Alberta.

«masculin») ne peut être utilisée que dans un contexte linguistique désignant le genre d'un nom (m. ne peut être employé dans «il est très masculin»);
f) le plus souvent il y a non seulement réduction de la longueur des mots mais réduction de leur nombre (par exemple, disparition de certaines prépositions ou articles comme «du», «à», etc.)” (GERMAIN e LAPIERRE 1988: 57).

As considerações levadas a cabo por BLOM são importantes na caracterização das unidades terminológicas que as siglas representam. Apesar disso, a definição que apresenta não é suficientemente clara na delimitação do conceito de sigla e, ao mesmo tempo, a distinção entre sigla e acrónimo não é considerada, já que se afirma que a sigla pode ser pronunciada como uma palavra.

Na sua tese de doutoramento, após mostrar a confusão terminológica existente entre vários autores de diferentes línguas, RODRÍGUEZ GONZÁLEZ (1980: 13) estabelece a distinção entre abreviatura e sigla, em que a sigla se caracteriza pela utilização na língua oral para abreviar a denominação de uma multiplicidade de entidades ou organismos. Segundo o autor, a sigla enquanto produto pode ainda subdividir-se em pronúncia letra a letra e em acrónimo ou pronúncia silábica. Finalmente, RODRÍGUEZ GONZÁLEZ (1980: 16) apresenta uma definição de sigla que vai buscar influências a MARTINET e CALVET e que sintetiza da seguinte forma: “*la réduction graphophonétique, à l'aide d'initiales ou de syllabes, des monèmes³ formant un syntème⁴ discontinu*” (GERMAIN e LAPIERRE 1988: 59). Neste sentido, também RODRÍGUEZ GONZÁLEZ considera os acrónimos como um subgrupo pertencente ao grupo das siglas.

É nesta última aceção que GERMAIN e LAPIERRE (1988: 59) se situam para criar a sua própria definição de sigla, com base na Linguística Funcional de Martinet, propondo uma estrutura tripartida para os fenómenos de redução lexical: “*l'abrégé, l'abréviation et le sigle, auxquels correspondent, respectivement, les procédés de l'abrégement, de l'abréviation et de la siglaison*”. Neste contexto, os autores definem a sigla como “*le signe abrégatif d'un syntème*” (GERMAIN e LAPIERRE 1988: 60). De forma a evitar a confusão entre sintemas de natureza diferente, como as siglas

³ No quadro da Linguística Funcional de Martinet, GERMAIN e LAPIERRE (1988: 59) definem *monema* como “*la plus petite forme linguistique qui a un sens*”.

⁴ O *sintema* é “*un complexe qui, dans ses rapports avec le reste de l'énoncé, se comporte comme un monème*” (GERMAIN e LAPIERRE 1988: 59). Neste sentido, o sintema existe sempre que “*un ensemble formant bloc et fonctionnant, en tant que bloc, comme membre d'une (même) classe*” (MARTINET 1979: 252, citado por GERMAIN e LAPIERRE 1988: 60).

propriamente ditas e as abreviaturas, GERMAIN e LAPIERRE seguem CALVET (1970: 56), à semelhança do posicionamento adoptado por RODRÍGUEZ GONZÁLEZ (1980: 16), que faz a distinção entre *“synthèmes AMALGAMÉS, du type “fenaïson” ou “boulangerie” et des synthèmes DISCONTINUS, du type “chemin de fer” ou “Alcooliques anonymes”*. *“Discontinuu” est ici synonyme de “avec des blancs” puisque le sigle est un phénomène relevant de la langue écrite. Par convention, nous considérons le trait d’union comme étant l’équivalent d’un “blanc”*. Em suma, o tipo de “sintema” a que GERMAIN e LAPIERRE se referem na sua definição de sigla corresponde a um “sintema descontínuo”.

Por conseguinte, a siglação é definida por GERMAIN e LAPIERRE (1988: 61) como *“la réduction graphique d’un synthème discontinu d’usage courant et spécifique”* de acordo com a *Bibliothèque Nationale du Québec*, e que vai de encontro à definição de sigla apresentada pelos autores, já que a primeira é o processo e a segunda o produto obtido por meio de tal processo. Neste contexto, alerta-se para a importância da necessidade do sintema descontínuo partilhar de duas condições essenciais: ser de uso corrente e pertencer a um domínio de emprego específico (organismos, instituições, domínios técnicos e científicos), de contrário todo o sintema descontínuo seria alvo de siglação e os casos de homonímia aumentariam vertiginosamente. Além disso, qualquer sigla, para o ser, deverá ser constituída por um mínimo de duas letras. Em conclusão, a sigla será, segundo os autores (1988: 63), *“un signe abrégatif formé d’un assemblage de lettres et/ou groupes de lettres initiales (exceptionnellement initiales et finales), provenant d’un synthème discontinu d’usage fréquent et spécifique, assemblage généralement soumis à des contraintes d’ordre économique et/ou phonique”*.

GERMAIN e LAPIERRE (1988: 62) não consideram os acrónimos enquanto realidade independente das siglas, mas enquanto uma subcategoria de siglas cuja apresentação consiste num grupo de letras iniciais, quer se trate apenas de uma letra ou de um conjunto de letras iniciais, podendo suceder ainda o caso de unidades terminológicas reduzidas constituídas por letras ou grupos de letras iniciais e finais. Neste sentido, os autores consideram as siglas propriamente ditas como “siglas de letras iniciais” e os acrónimos como “siglas acrónimos”.

Para Dorothy NAKOS (1990: 407) a sigla é um *“nom (unité lexicale) formé d’initiales et de syllabes provenant a) d’un mot (lexie simple), par exemple “T” pour “Titus” à l’époque romaine, b) d’un mot composé (lexie construite à partir d’au moins deux*

composants), par exemple "ECG" pour "électrocardiogramme", ou c) d'un groupe de mots (lexie complexe), par exemple "CIA" pour "Central Intelligence Agency". A autora segue afirmando que *"le sigle se prononce soit lettre à lettre, par exemple "ECG" et "CIA", soit comme un mot, par exemple "UNESCO" ou "FNAC"*, sendo que, para este último caso, *"il devient acronyme ou sigle acronymique"* e que, à semelhança de qualquer outro nome, *"le sigle, qu'il soit acronymique ou non acronymique, peut s'intégrer au discours"*. As componentes apresentadas pela autora na sua definição de sigla integram a abreviatura (alínea a)) e um caso particular de abreviatura por meio de contracção (alínea b)), tendo em conta que esta unidade terminológica reduzida se refere a uma única palavra, e por fim a sigla e o acrónimo (alínea c)). Considerando-se, uma vez mais, o acrónimo como parte integrante da sigla, não poderia deixar de se mencionar a distinção que se verifica a nível da sua pronúncia. Contudo, os exemplos apresentados para a pronúncia da sigla não serão os melhores, uma vez que *ECG*, corresponde a uma unidade lexical ou terminológica única e não a um conjunto de unidades lexicais ou terminológicas. Por outro lado, *CIA* constitui uma unidade terminológica que, dependendo das línguas, pode ser pronunciada letra a letra (como no português) ou silabicamente (como na língua que lhe deu origem).

Na reflexão em que se debruça sobre a diferença entre sigla e abreviatura, DOPPAGNE (1991: 96-97) declara que *"de plus en plus, on entend par sigle, aujourd'hui, non plus une lettre, mais une série de lettres initiales représentant une expression : H.L.M. (habitation à loyer modéré), P.T.T. (Postes, Télégraphe, Téléphone)"*, alertando adiante para o facto de que *"entre abréviation et sigle, une autre différence se fait jour: dans une lecture à haute voix, l'abréviation se résout"*. O autor não é muito preciso na sua definição ao afirmar que *"on entend par sigle, aujourd'hui, non plus une lettre, mais une série de lettres initiales"*. Por um lado, parece dar a entender que a sigla começou por ser na sua origem uma abreviatura, por outro lado, ter-se-ia a tendência para confundir o conceito de sigla com o de abreviatura. Além disso, se a sigla é considerada uma série de letras iniciais, também os acrónimos o podem ser.

O autor destaca a importância da siglação como fenómeno de criação lexical, e é neste contexto que situa o acrónimo: *"c'est ainsi qu'a été proposé le terme d'acronyme pour désigner tout sigle qui se prononce comme il se lit c'est-à-dire sans épellation des lettres qui le composent: adav, C.A.P.E.S., FIDELF, etc. § Pour permettre cette prononciation ce ne sera plus toujours la lettre initiale qui sera conservée ou reprise mais la syllabe entière. Ainsi s'explique la formation et le succès de termes du type*

Bénélux, orsec (*plan orsec, organisation des secours*), PANAM, Luxair, Sabena, etc.” (DOPPAGNE 1991: 97-98). Ao afirmar que o acrónimo é um tipo específico de sigla, o autor parece assumir a posição de que o acrónimo é um grupo dentro das siglas e não uma realidade independente. Contudo, um dos exemplos apresentados como acrónimo – C.A.P.E.S., aumenta a controvérsia, uma vez que, quando pronunciada como uma palavra, a unidade terminológica reduzida, que começou por ser uma sigla pronunciada letra a letra, perde os seus pontos de separação, como admite o próprio autor: “O.N.U. et U.N.E.S.C.O. cessent d’être épelés pour être prononcés et, finalement, écrits Onu et Unesco. Les points abrégatifs disparaissent” (1991: 97).

A definição de sigla de Danielle CANDEL (1992: 139) apresentada no seu *Dictionnaire de Siglas, Domaines Économiques et Sociaux* (1991, La Maison du Dictionnaire): “ensemble constitué par les lettres initiales des mots d’un syntagme (EDF “Electricité De France”) ou de certains mots d’un syntagme (ONU “Organisation des Nations Unies”), ou encore par un assemblage de lettres ou de syllabes initiales des mots ou de certains mots d’un syntagme (AFNOR “Association Française de NORmalisation”, CEDOCAR “CEntre de DOcumentation de l’ARmement”). C’est une définition large du sigle. On y inclut donc les acronymes, qui sont les sigles prononçables comme un mot (“Afnor”, “Onu”) et non pas comme une suite de lettres épelées (E.D.F., O.N.U.), ce dernier cas correspondant à la définition la plus stricte du sigle. Les sigles acronymiques peuvent se confondre avec cette définition très stricte du sigle (ONU, O.N.U.), ou bien comporter une ou plusieurs lettres “supports”, permettant une prononciation syllabique du sigle (AFNor), et n’entraînent pas une prononciation alphabétique. S’ajoutent à cet ensemble les sigles des mots composés ou de certains mots construits à partir des initiales des éléments composants (ECG “ElectroCardioGramme”), pratique usuelle pour les composés allemands. § Le sigle naît toujours d’un besoin d’abréviation. Son rôle est d’exprimer de façon commode une dénomination souvent longue et difficile à exprimer et à lire, à prononcer ou à mémoriser”.

Danielle CANDEL fala em siglas em sentido lato, em cujo grupo inclui os acrónimos, e em siglas em sentido estrito. As siglas em sentido estrito, segundo parecem apontar os exemplos apresentados pela autora, são aquelas que sendo siglas ou acrónimos apresentam pontos de separação, como podemos observar pelo exemplo “EDF” para a definição lata de sigla, e, “E.D.F.” para a definição estrita de sigla. Ao mesmo tempo que reconhece que os acrónimos ou siglas acronímicas se poderão confundir com a definição estrita de sigla, CANDEL não nos esclarece sobre como evitar tal confusão,

apresentando-nos o exemplo ONU/O.N.U. como definição estrita de sigla, que parece contrariar o que anteriormente afirmara.

No seu *Dicionário de Termos Linguísticos*, XAVIER e MATEUS (1992: 345) consideram a sigla como um “*termo complexo abreviado ou nome formado a partir das letras iniciais dos seus elementos. Uma sigla forma uma sequência cuja pronúncia é alfabética, silábica ou ambas. Exemplos: CEE, EDP*”. O acrónimo, considerado como um termo relacionado com a sigla, é definido como um “*termo complexo abreviado, formado de letras ou grupos de letras de uma palavra ou sequência de palavras, que se pronuncia como uma palavra. Exemplos: EPAL, EUROTRA*” (XAVIER e MATEUS 1992: 16). Após a observação das duas definições, coloca-se-nos uma questão: se se afirma que o acrónimo é pronunciado como uma palavra, qual a diferença que se estabelece com as siglas que se dizem pronunciadas silabicamente? Consequentemente, somos levados a pensar que a definição de sigla inclui a definição de acrónimo, uma vez que se apresenta como exemplo de acrónimo *EPAL*, termo pronunciado como uma palavra e que, ao mesmo tempo, é “*formado a partir das letras iniciais dos seus elementos*” como refere a definição de sigla.

De acordo com FROMKIN e RODMAN (1993: 134), enquanto fenómenos de formação de palavras, os acrónimos são “*palavras derivadas das iniciais de várias palavras. Essas palavras pronunciam-se como se escrevem*”. Além de não se mencionarem os casos de siglação, esta definição faz-nos questionar sobre o que entenderão os autores por palavras pronunciadas “*como se escrevem*”. Serão unidades terminológicas reduzidas pronunciadas letra a letra, silabicamente ou de ambas as formas?

“*Dire que le sigle est constitué par les lettres initiales des mots d'un syntagme (ou de certains mots d'un syntagme, parfois de lettres ou de syllabes initiales des mots/de certains mots d'un syntagme dans le cas de sigles acronymiques)* est une évidence” para Violette TOLÉDANO (1995: 56), tal como é uma evidência que a autora integra na sua definição de sigla o conceito de acrónimo.

DELACHERIE (1997-98: 8-9) apresenta definições muito breves para os conceitos de sigla e acrónimo, em que a sigla representa “*un mot constitué par l'initiale de plusieurs mots (R.A.T.P., ONU, V.T.T...)*” e o acrónimo é “*un sigle lu comme un mot (CAF, DEUG, OTAN...)*”. A grande contradição reside no exemplo apresentado para sigla, em que ONU, unidade terminológica reduzida lida como uma palavra e que se

apresenta sem os pontos de separação que lhe poderiam conferir o estatuto de sigla, é dada como exemplo para sigla e banida dos exemplos de acrónimo.

Mais adiante, a autora distingue *siglas correntes*: “*les sigles dont la source⁵ n’a pas été rappelée car ils sont connus de tous*”, e *siglas específicas*: “*sigles qui ne sont employés que par des catégories restreintes (personnel d’une entreprise précise (→ sigles employés au sein de la RATP...), groupe qui pratique une même activité sportive ou culturelle...)*”. Trata-se de uma abordagem interessante dos fenómenos de siglação, que condensa em si dois aspectos fundamentais: as siglas que fazem parte da língua geral, conhecidas pelo público em geral e usadas com o intuito de tornar a comunicação mais rápida e económica, e as siglas das línguas de especialidade, restritas ao uso e conhecimento de um público especializado, que contemplam não só a função de economia na comunicação mas também a função de secretismo.

No seu *Glossário de Termos Neológicos para o Português do Brasil*, Ieda ALVES (1998: 13) considera a sigla como uma “*redução do sintagma sob forma das suas letras iniciais: Fundo Monetário Internacional / FMI*”, ao passo que o acrónimo designa uma “*redução do sintagma sob forma de sílabas, geralmente as iniciais, pronunciadas como uma palavra autónoma: Unidade Fiscal de Referência / UFIR*”. A abordagem das definições de sigla e acrónimo não contemplam o facto de existirem acrónimos, pronunciados “*como uma palavra autónoma*”, e que ao mesmo tempo são o resultado de um “*sintagma sob forma das suas letras iniciais*”, como é o caso da tão discutida unidade terminológica reduzida ONU.

A sigla é definida pela Norma ISO (2000: 7, vol.1) como “*abréviation formée des premières lettres des éléments constituant la forme complète de la désignation et prononcée lettre par lettre. NOTE Exemples de sigles : ASTM, CEI, ÉU, UE, ADN*”. Nesta definição, a sigla é entendida como uma abreviatura formada pelas primeiras letras dos elementos que a constituem, no entanto, nos exemplos dados parece figurar, se não em todos, na sua maioria (já que a extensão das siglas não nos é revelada), apenas a primeira letra de cada um dos elementos que são alvo de siglação. Trata-se, de facto, da crítica feita à maioria das definições que têm vindo a ser alvo de discussão e que se estende à primeira parte da definição de acrónimo: “*abréviation formée des premières lettres des éléments constituant la forme complète de la désignation ou des premières syllabes de la forme complète et prononcée de*

⁵ O termo *source* é anteriormente definido, segundo CALVET (1980), como: “le groupe de mots à l’origine d’un sigle” (DELACHERIE 1997-98 : 9), correspondente ao termo *extensão* por nós adoptado.

façon syllabique. NOTE Exemples d'acronymes: laser, DOS, GATT, UNESCO, UNICEF (ISO 2000: 7, vol. 1).

A distinção entre sigla e acrónimo é considerada por Jacqueline PERCEBOIS (2001: 627) da seguinte forma: *"un sigle est épelé; il s'agit d'une initiale ou d'une suite d'initiales servant d'abréviation tandis qu'un acronyme est composé d'un ensemble de lettres ou syllabes initiales, prononcé comme un mot ordinaire"*. A definição de sigla é algo controversa, por apresentar algumas lacunas. Quando se declara que a sigla é *"une initiale"* ou *"une suite d'initiales servant d'abréviation"*, interrogamo-nos se essa inicial ou série de iniciais se referem a uma unidade lexical complexa ou simples, neste último caso assumindo-se o risco de confundir os conceitos de sigla e abreviatura. Acrescente-se ainda que a prosódia das siglas não é mencionada, quando se estabelece esse traço como distintivo quando se define o acrónimo em oposição à sigla. Por outro lado, a autora alerta para o facto da acronímia se poder considerar como um subconjunto do processo de redução que é a siglação. Consequentemente, o termo sigla poderá ser usado em sentido geral, para designar não apenas as siglas mas os acrónimos, como nos confirma a sua definição.

Também CARDERO GARCÍA (2002: 323) reconhece a falta de acordo na clarificação dos conceitos de sigla e acrónimo, procedendo a definições, que apelida de *"operativas"*. A sigla é formada *"con las iniciales de un término compuesto y que se verbalizan una por una"*, ao passo que o acrónimo é *"la palabra que se pronuncia fonológicamente cohesionada, se encuentra entre dos espacios gráficos, y la integran las letras iniciales y en ocasiones las abreviaturas, de un compuesto por continuidad sintagmática que es pronunciable en el sistema español"*. Apesar de pretender lançar alguma luz sobre a confusão terminológica de que os conceitos de sigla e acrónimo são alvo, a autora apresenta-nos definições bastante polémicas que acabam por aumentar a confusão que se pretendia clarificar. Várias interrogações se colocam face à definição de sigla: as *"iniciales"* referem-se a uma inicial ou a um conjunto de iniciais e o que se entende pela expressão *"término compuesto"*? Por outro lado, o que se considera por *"palabra que se pronuncia fonológicamente cohesionada"* e que nos sugere a existência de palavras fonologicamente coesas e não coesas, em que se distinguem as *"letras iniciales"* do acrónimo das *"iniciales"* da sigla e em que sentido integram as abreviaturas o conceito de acrónimo? Por fim, o que se pretende afirmar quando se fala em *"compuesto por continuidad sintagmática que es pronunciable"*?

No *Manual de Terminología* de PAVEL e NOLET (2002: 132), a sigla é a *“abreviatura de una palabra o sintagma al que substituye y que se forma mediante la yuxtaposición de sus letras iniciales. Ejemplo: Organización de las Naciones Unidas = ONU”*. As letras iniciais referidas na definição são entendidas como a letra inicial de cada um dos elementos que constituem a extensão da sigla, como podemos observar no exemplo apresentado. Contudo, as autoras entendem por acrónimo a *“palabra compuesta mediante el abreviamiento y fusión de los vocablos que forman un término compuesto o sintagma, y cuya pronunciación es silábica. Ejemplos: módem = modulador / demodulador; L’Atelier du TERminologue = LATTER”* (2002: 115), e em cuja definição se pode incluir o mesmo exemplo indicado para as siglas.

Após uma trajectória cronológica por uma série de definições de autores, com destaque para aqueles que mais de perto se dedicaram ao estudo teórico dos fenómenos de siglação, observemos a posição assumida pelos dicionários de referência de língua portuguesa e o que dizem alguns prontuários e gramáticas sobre o assunto.

No capítulo dedicado à abreviação vocabular, CUNHA e CINTRA (1984: 116-117) afirmam que: *“também moderno – e cada vez mais generalizado – é o processo de criação vocabular que consiste em reduzir longos títulos a meras SIGLAS, constituídas das letras iniciais das palavras que os compõem. § Actualmente, instituições de natureza vária – como organizações internacionais, partidos políticos, serviços públicos, sociedades comerciais, associações operárias, patronais, estudantis, culturais, recreativas, etc. – são, em geral, mais conhecidas pelas SIGLAS do que pelas denominações completas. (...) Uma vez criada e vulgarizada, a SIGLA passa a ser sentida como uma palavra primitiva”*. Trata-se de uma definição lata de sigla, que inclui em si o conceito de acrónimo, mas que não deixa de ser limitativa ao atribuir à sigla apenas a redução de títulos de instituições.

A definição de sigla dada pela *NOVA ENCICLOPÉDIA LAROUSSE* (1997) apresenta dois significados, a saber: *“letra inicial ou grupo de letras iniciais constituindo a abrev. de palavras usadas frequentemente. Letra empregada em paleografia e epigrafia como abrev. de palavra ou grupo de palavras; monograma”* (1997: 6368). O acrónimo é simplesmente uma *“sigla que pode ser pronunciada como uma palavra vulgar (p. ex.: ONU)”* (1997: 76). Rapidamente podemos observar que a definição de sigla abarca o conceito de acrónimo, cuja definição remete de imediato para o conceito de sigla. O conceito de sigla usado em paleografia já é mais controverso, admitindo a abreviatura

com uma dupla vertente: abreviatura referente a uma unidade lexical simples ou sigla quando esta reduz um “grupo de palavras”.

PINTO considera, quer na sua *Gramática de Português* (1998^a), quer no seu *Novo Prontuário Ortográfico* (1998^b), que sigla e acrónimo são conceitos sinonímicos que correspondem à “*letra inicial ou grupo de letras iniciais que resultam da abreviatura de certas palavras que designam entidades da mais variada espécie. Às vezes pronunciam-se letra a letra (...) Outras vezes, quando a pronúncia silábica é possível e agradável ao ouvido, as siglas são pronunciadas como qualquer outra palavra*” (1998^a: 106-107). Apesar de serem considerados como termos sinónimos, a principal distinção entre sigla e acrónimo é reconhecida quando se alerta para o facto de poderem ser pronunciadas de duas formas distintas.

Após uma definição de cunho histórico, a sigla é definida pelo *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências (2000: 3410) como “*letras iniciais que funcionam como abreviatura de uma ou mais palavras; sequência de iniciais de várias palavras que formam uma nova denominação*”. O acrónimo é, linguisticamente, definido como a “*sigla formada pelas letras ou sílabas iniciais de vários vocábulos, pronunciada de forma contínua, como uma palavra normal, e não soletrada*. FAO e UNESCO constituem acrónimos, por oposição a CGTP ou UGT, siglas que se soletram” (2000: 69). Os exemplos apresentados na definição de acrónimo clarificam a oposição face às siglas, o que prova que a definição de sigla é lacunar. Apesar de se entender o acrónimo como parte integrante da sigla, já que o acrónimo é entendido como uma “*sigla*”, a grande oposição que se estabelece reside em critérios de pronúnciação, apenas explicitados na definição de acrónimo e excluídos da definição que seria a de sigla.

No capítulo dedicado às dificuldades da língua portuguesa, FERREIRA e FIGUEIREDO (2001: 394) afirmam que “o recurso à sigla é uma maneira de escrever curto (braquigrafia, do grego brachys, “curto”, e grafia, “escrita”), mas que só se deve usar quando o receptor conhece bem o código usado. As iniciais da sigla são, regra geral, separadas por ponto de abreviatura: S.O.S. (“Save Our Souls”). Há casos em que a sigla já se vulgarizou de tal modo que chega a adquirir o estatuto de palavra autónoma: NASA, LASER, SIDA, etc. O plural e o feminino dos designativos abreviados (sigla) são determinados pelos artigos ou pronomes que os antecedem: as G.O.P. (*Grandes Opções do Plano*), as P.M.E. (*Pequenas e Médias Empresas*), os D.R. (*Diários da República*). A sigla é “um caso particular de acrografia”. Os

acrónimos são, por outro lado, *“palavras formadas pela justaposição de uma ou mais sílabas de várias palavras que constituem uma designação CIMPOR (Cimentos de Portugal)”* (2001: 352). Os autores não são explícitos quanto ao modo de formação da sigla, uma vez que somos confrontados com exemplos que se distinguem entre si, uns com características de sigla (S.O.S.), outros em que se lhes reconhece o estatuto de palavra e que, por isso, se devem abordar de maneira diferente. A definição de acrónimo não resolve esta contenda e acabamos por nos interrogar sobre qual o tipo de distinção que os autores estabelecem entre as siglas com *“o estatuto de palavra”* e os acrónimos? É certo que o modo de formação de ambos os casos é diferente, contudo os autores não estabelecem distinção em termos de pronúncia. Afirma-se ainda que os acrónimos são formados por *“justaposição”*, todavia, como podemos observar desde logo pelo exemplo apresentado, estas unidades terminológicas são formadas por composição, na medida em que *“a composição recorre à associação de duas ou mais palavras ou radicais”* (XAVIER e MATEUS 1992: 94).

No *Prontuário* de BERGSTRÖM e NEVES REIS (2002: 77) alerta-se para a distinção entre siglação e acronímia, na medida em que *“os elementos que constituem a sigla são pronunciados separadamente: ONU é a sigla de Organização das Nações Unidas”*, enquanto a acronímia, *“frequentemente confundida com a siglação, é o processo através do qual se obtém um acrónimo, isto é, uma unidade formada pelas letras iniciais de outra(s) palavra(s), com pronúncia silábica: Frelimo é acrónimo de Frente de Libertação de Moçambique”*. Se por um lado a definição de sigla é parca em informação, abordando apenas a vertente prosódica, a definição de acrónimo estabelece a controvérsia. Se se admite o facto do acrónimo ser composto *“pelas letras iniciais de outra(s) palavra(s)”*, se tomarmos a passagem *“outra(s) palavra(s)”* no singular facilmente ficamos perante um caso de abreviatura.

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* dedica à sigla uma vasta definição, que vai desde a sua origem histórica até ao seu uso linguístico. Considerando a abordagem linguística de sigla, o *Dicionário* afirma que a sigla é uma *“redução de um intitutivo complexo às suas: a) letras iniciais, sem formar palavra (INCM (...), UE (...), ABCD ou A.B.C.D. (...)); b) letras iniciais, formando uma palavra (AMI (...), PALOP (...), U.N.E. (...), O.N.U. (...)); c) sílabas iniciais, formando quase-palavras (Benelux (...)); d) partes iniciais, formando quase-palavras (APIFARMA (...), FENPROF (...)); acrógrafo, acrograma [Não são red. apenas de letras iniciais, mas tb. de sílabas iniciais, que podem combinar-se com letras iniciais.]”* (2003: 3324). O acrónimo, por outro lado, apresenta a seguinte definição: *“diz-se de ou palavra formada pela inicial*

ou por mais de uma letra de cada um dos segmentos sucessivos de uma locução, ou pela maioria destas partes (*sida (...), Sudam (...)*); *acrossílabo*" (2003: 91). A posição do dicionário, como não poderia deixar de suceder, considera o acrónimo como parte integrante do grande grupo das siglas. Contudo, a definição de sigla questiona-nos sobre qual a diferença que os autores estabelecem entre a alínea b), "*letras iniciais, formando uma palavra*", e as alíneas c) e d) "*letras iniciais*" ou "*sílabas iniciais*" que formam "*quase-palavras*", sobretudo quando se consideram os exemplos "*U.N.E. (...), O.N.U.*", considerados como palavras, apesar de manterem pontos de separação, que indicam a abreviatura e obrigam a uma pronúncia letra a letra.

No *Grande Dicionário de Língua Portuguesa* da Porto Editora, a sigla é entendida como a "*sequência formada pelas letras ou sílabas iniciais de palavras que constituem uma expressão (ex.: FBI, AACCS)*" (2004: 1413), enquanto o acrónimo é a "*sigla que se pronuncia como uma palavra, lida sílaba a sílaba, não sendo portanto soletrada (ex.: SIDA, laser)*" (2004: 29). A definição de sigla é suficientemente clara para nos indicar que integra no seu grupo os acrónimos. Como tal, quer as entradas de siglas, quer as entradas de acrónimos, surgirão no dicionário com a categoria "sigla". Por outro lado, consideram-se acrónimos as siglas pronunciadas como palavras, contudo esta definição não apresenta qualquer distinção com a definição de sigla onde se refere que esta é uma "*sequência formada pelas (...) sílabas iniciais de palavras*". Por fim, ambas as definições acabam por se revelar incompletas: a definição de sigla revela o seu processo de formação, mas exclui a pronúncia, ao passo que a definição de acrónimo se refere exclusivamente ao modo de pronúncia sem abordar o seu modo de formação.

Por fim, tomemos em consideração a posição do *Ciberdúvidas* (www.ciberduvidas.com), cujo objectivo é resolver as dúvidas colocadas pelos utilizadores da língua portuguesa através do *site*, ou pelos menos ajudar a esclarecê-las. Como não poderia deixar de ser, as siglas são alvo de um vasto debate por parte dos utilizadores, sendo entendidas pelos autores do referido *site*, como "*reduções usadas em nomes de associações, sociedades, empresas, companhias, firmas, etc. (...) Frequentemente as siglas são constituídas por um conjunto formado com a letra inicial, maiúscula, de cada palavra (mas podendo ter mais do que uma letra de cada palavra); letras em que é típico (mas não obrigatório) serem soletradas independentemente; e, em Portugal, sem pontos de separação (excepto, por exemplo, em reduções de nomes de pessoas (...)). As siglas não têm flexão*". Admite-se ainda que as siglas são a "*representação abreviada de entidades, sistemas, etc., com ou sem ponto, mas sem plural*" ou a "*letra*

inicial ou sinal gráfico usado como abreviatura; letras iniciais que funcionam como abreviatura de uma ou mais palavras". Podemos desde já verificar que estas considerações em torno dos fenómenos de siglação, incluem o conceito de acrónimo quando se refere o seu processo de formação e prosódia, manifestando alguma confusão entre os conceitos de sigla e abreviatura, quando se afirma que a sigla pode abreviar uma só palavra. A questão do uso das siglas sem pontos de separação, admite já uma evolução em curso na língua portuguesa. É, no entanto, controverso afirmar que as siglas não têm flexão ou plural, quando é frequente nos referirmos a um conjunto de *compact disc* como "CD's" ou a vários directores de turma de uma escola como "DT's". Trata-se isso sim de um fenómeno de baixa ocorrência no português europeu face ao português do Brasil.

No que respeita os acrónimos, o *Ciberdúvidas* refere-se a eles como "*conjuntos de letras ou de sílabas que formam palavras já com vida própria*", "*reduções que são utilizadas como palavras do léxico*", "*uma abreviatura ou uma sigla que já entrou na língua como palavra*" ou "*casos particulares das siglas, já tratados como palavras, sem ponto mas podendo ter plural*". Estas definições revelar-se-iam parcelares, se não se entendesse também o acrónimo como "*palavra formada pelas letras iniciais de várias outras palavras que constituem uma denominação e que se pronuncia como uma palavra normal. (...) [No] "Grande Dicionário da Língua Portuguesa" [de José Pedro Machado, diz-se sobre a palavra *acrónimo*, que] *al se indica a sua formação a partir do elemento *acro-*, proveniente do grego *akron* (ponta, extremidade) + *nymos* (nome, palavra)*" ou "*palavra formada pela inicial ou por mais de uma letra de cada um dos segmentos sucessivos de uma locução, ou pela maioria destas partes, ex.: *Nasdaq**". Trata-se, pois, de definições que se complementam, ao abordarem os principais processos de formação dos acrónimos que se aliam à sua pronúncia silábica. Neste caso específico dos acrónimos já se considera a possibilidade do uso da flexão de plural, ao contrário do que se admitia para as siglas. Contudo, o plural não constitui o único processo de sufixação possível nos acrónimos, como podemos constatar se observarmos, a título de exemplo, o acrónimo "sida", a partir do qual se formaram novas palavras como "sidoso" e "sidaico".*

Finda a análise das definições dos conceitos de sigla e acrónimo, estamos em posição de tecer algumas conclusões sobre tais unidades terminológicas reduzidas.

O facto de existirem várias posições face à abordagem das mesmas unidades terminológicas reduzidas constitui o núcleo central da polémica:

- i) a sigla é um todo, que integra em si os conceitos de sigla e de acrónimo, sem que lhes seja reconhecida qualquer distinção. Esta é a posição generalizada dos dicionários, que agrupam a sigla e o acrónimo sobre a mesma categoria – sigla. Contudo, os acrónimos que já adoptaram o “estatuto de palavra” são considerados como nomes comuns nas entradas dos dicionários, muitas vezes sem a referência à unidade terminológica complexa que esteve na sua origem;
- ii) o acrónimo é reconhecido como um subgrupo no interior do grande grupo que a sigla constitui, que assume várias denominações segundo os autores:
 - sigla integrada (em oposição a sigla soletrada, KOCOUREK (1982));
 - sigla lida como uma palavra (em oposição a sigla soletrada letra a letra, GALISSON e COSTE (1983));
 - sigla acrónimo (em oposição a sigla de letras iniciais, GERMAIN e LAPIERRE (1988));
 - acrónimo ou sigla acronímica (NAKOS (1990)), acrónimo (DOPPAGNE (1991)), sigla acronímica (CANDEL (1992), TOLÉDANO (1995));
- iii) o acrónimo tem uma posição independente (CALVET (1980), XAVIER e MATEUS (1992), FROMKIN e RODMAN (1993), DELACHERIE (1997-98), ALVES (1998), ISO (2000), PERCEBOIS (2001), CARDERO GARCÍA (2002), PAVEL e NOLET (2002), *Ciberdúvidas* (www.ciberduvidas.com)).

A multiplicidade de definições existentes para os mesmos conceitos, sob diferentes pontos de vista, conduz-nos a três vertentes principais, sem as quais não será possível apresentar uma definição clara dos termos:

- i) o modo de formação;
- ii) a pronúncia;
- iii) o emprego na oralidade ou na escrita.

Tendo em consideração este conjunto de aspectos, consideramos a **SIGLA** como:

- i) a letra inicial de cada uma das unidades lexicais ou terminológicas simples que constituem a extensão, com excepção para as palavras funcionais, que raramente entram na sua constituição;
- ii) é pronunciada letra a letra. Ex.: AG (Assembleia Geral); BVLP (Bolsa de Valores de Lisboa e do Porto);
- iii) a sua presença manifesta-se quer na oralidade, quer na escrita.

Apesar de uma grande maioria dos autores integrarem os acrónimos no grupo das siglas, consideramo-los como uma unidade terminológica reduzida autónoma que possui processos de formação específicos que se distinguem dos processos de formação das siglas, razão pela qual é utilizado como sinónimo de *mot-valise* ou *mot-centaure*, como apontam CLAS (1981: 2, citado por KOCOUREK (1982: 160)) e GUILBERT (1975: 245), que acrescenta ainda o sinónimo *mot-portemanteau*, concluindo que o acrónimo constitui um “*nom formé par les syllabes de l'extrémité des composants*”. Entendemos, assim, por **ACRÓNIMO**:

- i) as letras iniciais ou sílabas, quase sempre iniciais, da extensão, com excepção para as palavras funcionais, que raramente entram na sua constituição. O acrónimo é formado por composição, apresentando traços comuns à amálgama. Pode ainda ocorrer como letra inicial de cada um dos elementos da extensão, pronunciados como uma palavra. Ex.: OPA (Oferta Pública de Aquisição), PIB (Produto Interno Bruto);
- ii) é pronunciado silabicamente à semelhança de uma palavra. Ex.: Sonae (Sociedade Nacional de Estratificados). Quando assume o estatuto de palavra, passa a ser considerado como um nome comum, perdendo-se a noção da sua origem acronímica. Ex.: “laser”, “radar”, “sida” são acrónimos que se fixaram como nomes comuns nos dicionários;
- iii) ocorre na língua escrita e falada, à semelhança da sigla.

Por fim, as definições apresentadas não ficariam completas sem uma reflexão em torno das características constituintes destas unidades terminológicas reduzidas, a que dedicaremos o capítulo 3, e onde se reflectem, como veremos, os problemas que se verificam desde a sua definição.

3. Abreviatura, abreviação e redução

Os processos de abreviatura e de abreviação, que ocorrem em várias definições de sigla e acrónimo, designam realidades que se distinguem dessas unidades terminológicas reduzidas e que passaremos a tentar clarificar de seguida.

Historicamente falando, as abreviaturas, do latim *singula littera pro toto*, uma letra por todas, eram reconhecidas oficialmente pelos Romanos e utilizadas com muita frequência para abreviar pronomes, títulos, divisas, entre outros.

Segundo GEHENOT (1975: 275), a abreviatura é *“la suppression de lettres dans un mot, de mots dans une phrase afin d’écrire plus rapidement et d’occuper moins d’espace. C’est la réduction graphique d’un mot ou d’un groupe de mots. Par exemple: “km” pour kilomètre, “f.o.b.c.n.p.” pour free on board cars, named point, “f.o.b.c.n.l.f.” pour free on board cars, named point, lighterage free”*. Se neste momento recordarmos a definição de sigla proposta pelo autor, enquanto expressão de uma palavra ou grupo de palavras por meio de uma letra ou grupo de letras iniciais, a diferença que o autor estabelece entre sigla e abreviatura é muito ténue. Assim sendo, se a abreviatura e a sigla são ambas utilizadas para exprimir uma unidade lexical simples ou complexa, estas poder-se-ão distinguir muito subtilmente pela manifestação da abreviatura na escrita (*“réduction graphique”*), e pela possibilidade de ocorrência da sigla quer na escrita quer na oralidade que, à falta de especificação do seu local de emprego, consideramos numa abordagem geral. No entanto, não podemos deixar de observar a notória confusão que se estabelece entre os dois termos, na medida em que a abreviatura se usa em relação a uma unidade lexical simples e a sigla em relação a uma unidade lexical complexa. Os exemplos apresentados para abreviatura – *“f.o.b.c.n.p.”* e *“f.o.b.c.n.l.f.”* são exemplos de siglas, já que os pontos usados nas abreviaturas ocorrem no final da palavra que é alvo de redução, e geralmente coincidem com um conjunto de letras de uma unidade lexical ou terminológica complexa.

A abreviação designará, por outro lado, *“le procédé par lequel on obtient un nouveau mot en raccourcissant un mot existant: “bus” a été tiré d’“omnibus”, “chromo” de “chromolithographie”* (GEHENOT 1975: 276). O autor acrescenta ainda que *“le nouveau mot a été vite accepté, si vite qu’il a perdu son genre initial”* e que outro tipo de *“raccourcissements”* ocorrem *“sur des expressions: une “permanente” pour une “ondulation permanente” (on parle alors d’“ellipse”)*. A definição que GEHENOT apresenta vai de encontro a uma das aceções do conceito de abreviação, que é partilhada por alguns autores.

Mais tarde, Louis-Jean CALVET (1980: 7) apresenta-nos uma definição de abreviatura que denota claramente uma dupla vertente para o fenómeno: *“un mot raccourci, soit qu’on n’en garde que le début (prof, métro, ciné) et dans ce cas elle est orale, soit*

qu'on en garde la lettre initiale, les premières lettres ou l'initiale et la finale (h pour heure, sec pour seconde, gl pour général) et dans ce cas elle est écrite". Temos assim uma definição que abrange em si dois conceitos diferentes. Por um lado, a abreviatura oral, que consiste na redução do final da palavra mantendo apenas o seu início e, por outro lado, a abreviatura escrita. O autor não refere evidentemente a abreviação, porque a sua definição de abreviatura já contém esse mesmo conceito.

A abreviatura para KOCOUREK (1982: 159) compreende, no seu sentido lato, a truncação e a sigla e, "*comme emprunt*", pode ter várias acepções: "1) *l'acte d'abrégier une expression linguistique (l'abrègement)*; 2) *l'unité linguistique qui en résulte (...)*; 3) *l'existence d'unités linguistiques abrégées dans le système lexical*". A abreviação (*abrègement*) é considerada pelo autor também como parte do sentido estrito do conceito de abreviatura. Por fim, o autor defende a existência de quatro tipos essenciais de abreviatura lexical: "*la formation de symboles alphabétiques abrégatifs, la troncation (et surtout l'apocope), l'ellipse et la siglaison*". Trata-se de uma definição de abreviatura bastante abrangente, em que a sigla é considerada como um tipo específico de abreviatura, a par da truncação (onde entram os acrónimos), da elipse e daquilo a que apelida de símbolos abreviativos, onde a abreviação é indicada como um processo de criação de abreviaturas. De facto, a definição de sigla apresentada pelo autor toma esta unidade terminológica como uma abreviatura, na medida em que se considera que esta é um fenómeno da escrita e exclui o facto de poder ser usada na língua falada.

GERMAIN e LAPIERRE (1988: 56-57) socorrem-se, uma vez mais, de alguns dicionários franceses que definem, em geral, abreviatura como "*un terme générique, qui englobe à la fois l'abréviation proprement dite (alors entendue dans un sens restreint) et le sigle. Ainsi, d'après les dictionnaires courants, le sigle relèverait de la catégorie plus générale de l'abréviation. De plus, qu'il soit utilisé dans un sens général ou dans un sens restreint, le terme abréviation désigne à la fois un processus (l'action d'abrégier) et son produit (le signe abrégatif obtenu)*". Mais adiante, os autores citam DUBOIS, referindo que a sua definição para abreviatura é muito coerente com a definição que apresentam de sigla: "*toute représentation d'une unité ou d'une suite d'unités est une abréviation*". No seu *Dicionário de Linguística*, MOUNIN e os seus colaboradores consideram a abreviatura "*dans un sens restreint (ex.: Art. pour article) et dans un sens large qui englobe le sigle (ex.: URSS)*". A partir desta observação, GERMAIN e LAPIERRE (1988: 57) concluem que, tanto os dicionários de linguística como os dicionários da língua corrente parecem unânimes em considerar que "*le sigle*

et l'abréviation (au sens restreint) comme deux espèces par rapport au genre abréviation (au sens large)". Temos aqui portanto, uma abordagem um pouco diferente das anteriormente apresentadas, em que também se considera a sigla como uma abreviatura, mas cujo conceito de abreviatura num sentido lato coincide com o conceito de redução.

Os autores resolvem esta dicotomia com RODRÍGUEZ GONZÁLEZ (1980: 13) que estabelece a distinção entre abreviatura e sigla e que propõe agrupar sobre o termo genérico de abreviação. A abreviatura é, neste contexto, considerada como "*un phénomène purement graphique servant à abrégier un seul mot (par ex., peseta, pta) alors que le sigle se caractérise par son emploi dans la langue orale pour abrégier la dénomination d'entités ou d'organismes variés*" (GERMAIN e LAPIERRE 1988: 59). Esta posição confirma o que temos vindo a dizer, por um lado, a abreviatura é um fenómeno da escrita usado para abreviar uma unidade lexical simples, por outro lado, a sigla abrevia sempre uma unidade lexical complexa. Não estamos, todavia, de acordo com o facto de que a sigla seja uma manifestação exclusiva da oralidade, mas também da escrita, como temos vindo a afirmar e que facilmente se poderá verificar pelo uso que dela fazemos hoje em dia.

GERMAIN e LAPIERRE (1988: 60-61) adoptam, contudo, uma visão pessoal para o par abreviação/abreviatura. Assim, a abreviação corresponderá à "*réduction phonique d'un monème ou d'un syntème amalgamé*", por outras palavras, trata-se da redução a nível oral de uma unidade lexical ou terminológica, ao passo que a abreviatura será a sua "*réduction graphique*" ou o equivalente escrito da abreviação. Segundo TRESCASES (1976⁶: 704), citado pelos mesmos autores, o processo de redução da abreviatura incide sobre o final da palavra sem alteração do seu início de acordo com três princípios: a manutenção da letra ou letras iniciais, a manutenção da letra inicial e final ou a manutenção da(s) primeira(s) letra(s) e de uma ou várias letras no interior de uma unidade lexical ou terminológica. Há casos ainda em que é o sufixo que desaparece, momento em que abreviação e abreviatura podem ser coincidentes, cuja distinção se fará pela presença ou ausência de ponto de abreviatura.

Como é óbvio, e GERMAIN e LAPIERRE (1988: 61) reconhecem-no, existem casos coincidentes entre abreviatura e abreviação, não pelas razões que se apontam – a redução escrita ou oral entre as unidades lexicais ou terminológicas, mas sim pelo

⁶ TRESCASES, P. (1976), "Remarques sur quelques abréviations: la prolifération des sigles en français contemporain" in *French Review*, 49/5, pp. 703-712.

facto da abreviação corresponder ao processo e a abreviatura ao produto final, posição essa igualmente defendida por KOCOUREK (1982: 159) e que já mereceu anteriormente a nossa atenção.

Na sua obra dedicada ao estudo do uso das maiúsculas, abreviaturas, símbolos e siglas, DOPPAGNE (1991: 75-76) reconhece a flutuação existente entre as definições de abreviaturas feitas ao longo de 20 anos. Não adoptando uma definição própria para o termo, o autor apresenta uma série de definições, ordenadas cronologicamente, em que reconhece nas mais recentes uma evolução, concluindo a sua reflexão com a definição do dicionário *Grand Robert* de 1989: *“retranchement de lettres dans l'écriture d'un mot, de mots dans une phrase, pour écrire plus vite ou prendre moins de place”*. Como podemos observar, também esta definição não faz distinção entre abreviatura e sigla ao considerar a abreviatura não apenas como a redução de uma unidade lexical ou terminológica mas também de unidades lexicais ou terminológicas complexas. Por outro lado, ao afirmar que a abreviatura é uma manifestação da escrita e se abreviatura e sigla são termos coincidentes, somos também levados a acreditar que a sigla ocorre apenas a nível da escrita. Uma distinção entre abreviatura e sigla seria de extrema importância, não fosse a definição de sigla apresentada pelo autor se revelar ambígua, confundindo uma vez mais ambos os conceitos, como já tivemos oportunidade de discutir no ponto anterior. DOPPAGNE não se refere ainda à abreviação em todo o discurso que dedica às abreviaturas e siglas.

No *Dicionário de Termos Linguísticos*, XAVIER e MATEUS (1992: 13) adoptam a definição de MUZERELLE (1985) para abreviatura: *“grafia que permite economizar o espaço ou o tempo necessários para a escrita de uma palavra, mediante a omissão de certas letras; as letras omitidas podem, eventualmente, ser substituídas por um sinal convencional”*. Por outro lado, XAVIER e MATEUS (1992: 13) seguem a posição de HOCK (1986) e BOUTIN-QUESNEL *et alii* (1985) para definir a abreviação: *“representação de uma unidade através de uma parte dessa unidade. A abreviação de uma palavra consiste na supressão de um seu segmento. Exemplo: metropolitano>metro”*. A definição de abreviatura não nos oferece qualquer problema, contudo a definição de abreviação é também muito semelhante à definição de redução apresentada pelas autoras, inclusivamente pelo exemplo escolhido que é coincidente com um dos exemplos que ocorre na sua definição de redução. Retomaremos a discussão adiante quando nos debruçarmos sobre as definições de redução.

Para LERAT (1995: 42), a abreviatura constitui “*une technique destinée en principe à faire gagner du temps*”. Os casos de abreviação não são mencionados e esta referência à abreviatura é demasiado breve para que se possam tecer quaisquer conjecturas.

A abreviatura é entendida pela norma ISO (2000: 7, vol 1) como a “*désignation formée par suppression de mots ou de lettres dans une forme plus longue désignant le même concept*”, apresentando mais adiante (2000: 29) um esquema que indica:

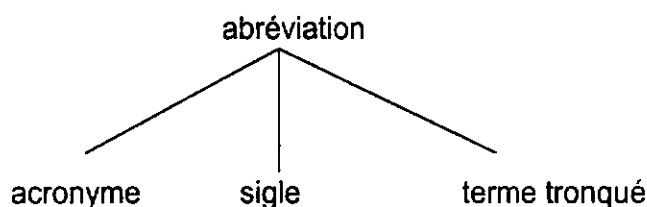


Figura 2

A definição da norma ISO é muito abrangente, contendo em si o próprio conceito de abreviatura que designa. A observação do esquema que nos é apresentado permite-nos concluir que a sigla, o acrónimo e outras unidades terminológicas reduzidas são considerados tipos específicos de abreviatura. As definições da ISO para sigla e acrónimo são coerentes com o esquema, na medida em que os termos são definidos como abreviaturas. Quanto à abreviação, esta não é tomada em consideração pela norma, tão pouco o termo de redução, que se aproxima do conceito de abreviatura proposto.

O glossário apresentado por PAVEL e NOLET (2002: 115), vai mais longe e propõe uma estrutura tripartida deste tipo de unidades terminológicas: “*abreviación, abreviamiento, abreviatura*”. Por *abreviación*, entendem as autoras, “*nombre genérico que designa todas las formas de abreviar. Ejemplos: acrónimo, abreviatura, abreviamiento, sigla, etc.*”. *Abreviamiento* designa a “*reducción fonética de una palabra. Ejemplo: moto por motocicleta*”. Finalmente, *abreviatura* é a “*representación escrita de una o más palabras con una o varias de sus letras. Ejemplo: por ejemplo = p.ej.*”. Como podemos observar, o novo termo *abreviamiento* coincide com algumas das definições apresentadas para abreviação, que vem confirmar a flutuação na terminologia referente às unidades terminológicas reduzidas em geral. A abreviação é entendida como o processo geral de abreviar palavras de que resultam as abreviaturas e outros processos de redução lexical e terminológica, coincidindo com o

conceito de redução. Temos assim uma definição polissémica em relação ao que temos vindo a observar sobre o conceito de abreviação.

Observemos agora a posição dos dicionários e gramáticas face a estes processos de formação de palavras.

A abreviatura é, segundo a *NOVA ENCICLOPÉDIA LAROUSSE* (1997: 28), a “*redução gráfica de uma palavra ou sequência de palavras; palavra ou sequência de letras resultante dessa redução*”. Não existe qualquer entrada referente à abreviação, porque, de facto, a definição de abreviatura já contém em si o conceito de abreviação. Geralmente, a redução de uma “*sequência de palavras*” refere-se aos casos de siglação.

Na sua *Gramática da Língua Portuguesa*, PINTO (1998^a: 106) adopta exactamente as mesmas definições de XAVIER e MATEUS (1992), obra que se encontra entre as suas referências bibliográficas, para os conceitos de abreviatura e abreviação. O autor ressalta, contudo, o facto de que a abreviação é uma “*omissão fonética de parte da palavra*”, pelo que passamos a ter, formalmente, “*uma nova palavra*”. Contudo, a formação de novas palavras são, segundo XAVIER e MATEUS (1992: 324), resultado de processos de redução.

Ao abordar o assunto das abreviaturas, no seu *Prontuário Ortográfico*, PINTO demonstra já uma preocupação diferente daquela que presidiu à definição apresentada na *Gramática*, visto se tratar de obras com objectivos diferentes. Assim, a definição de abreviatura apresentada no *Prontuário* (1998^b: 15) pretende já explicitar o modo de formação deste tipo de unidades terminológicas reduzidas que “*consistem na letra ou letras iniciais (por vezes com mais outras) acompanhadas de ponto: pág. (página), av. (avenida), Ex.^{mo} (Excelentíssimo)*. No entanto, actualmente, é frequente não se escrever ponto quando se inclui a letra (ou letras) final de palavra”. Trata-se de considerações importantes numa definição do conceito de abreviatura, já que não nos podemos abstrair dos modos de formação em definições cujo objectivo é a sua distinção em relação a unidades terminológicas reduzidas próximas entre si.

Segundo o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia, a abreviatura consiste na “*representação de uma palavra ou expressão com menos letras do que as da sua grafia normal*” (2000: 25). A abreviação é, por outro lado, a “*acção de tornar menor em extensão ou duração; acto ou efeito de abreviar (...)*”.

Supressão de letras ou de parte de uma palavra ou de uma expressão" (2000: 24). Tais definições seguem a posição generalizada dos dicionários: a abreviação como processo e a abreviatura como produto.

A listagem de abreviaturas mais comuns na língua portuguesa, apresentada por ARRUDA (2000: 219) na sua *Gramática de Português para Estrangeiros*, é precedida por uma pequena introdução, onde se afirma que as abreviaturas "*mais usuais são de natureza bibliográfica, comercial, militar, científica, etc. São palavras escritas apenas com as iniciais, seguidas ou não de um número reduzido de letras acompanhadas de ponto*". Trata-se de uma definição cuja formulação poderia ser mais clara, ou por outras palavras, afirmar-se que as abreviaturas são palavras escritas apenas com a inicial, seguida ou não de um número reduzido de letras. De contrário, somos levados a pensar, em primeira instância, que a abreviatura é um conjunto de iniciais seguidas de letras.

No seu *Compêndio de Gramática Portuguesa*, FERREIRA e FIGUEIREDO (2001: 352) não contemplam a abreviação, mas destacam a abreviatura que definem como: "*uma forma de escrever curto. O ritmo acelerado da vida moderna obriga a simplificações tendentes à economia de tempo e de esforço. A abreviatura generalizou-se de tal modo que, em certos casos, é mais empregada do que a própria palavra integral, como nos seguintes exemplos: auto (abreviatura de automóvel), foto (de fotografia), moto (de motocicleta), pneu (de pneumático), quilo (de quilograma), etc.*". Demonstra semelhanças com a definição de braquigrafia: "*maneira de escrever curto*". Como podemos observar pelos exemplos apresentados, os autores confundem a abreviatura com a definição de abreviação, razão pela qual a sua definição não é tomada em consideração. Considerar a abreviatura como "*uma forma de escrever curto*", é uma afirmação muito vasta, pouco definitiva, se quisermos estabelecer uma distinção com outras unidades terminológicas reduzidas análogas, e que, como os autores admitem, mantêm traços em comum com a braquigrafia, sem que estes explicitem as diferenças que consideram existir entre ambos os conceitos.

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* apresenta várias definições de cunho gramatical para a entrada abreviação: "*acto ou efeito de abreviar; abreviatura. (...) Representação escrita de uma palavra grafando-se apenas algumas das suas sílabas ou letras; abreviatura. Redução literal, ger. de uso e valor circunstancial, variável de obra para obra, de autor para autor [Na medida em que se tornam de uso geral, entram na categoria de abreviaturas.]. m.q. ABREVIATURA ("redução fixa"). Redução*

do corpo fónico de uma palavra resultando em outra que passa a funcionar como sinónimo da palavra primitiva (p.ex., metropolitano/metro, microcomputador/micro (B), videogravador/vídeo, cinematógrafo/cine etc.)” (2003: 34). Sendo a abreviatura considerada um sinónimo de abreviação, debrucemo-nos sobre a definição apresentada para abreviatura: “acto ou efeito de abreviar; abreviação. *Redução, fixa na língua escrita e de uso geral, de uma palavra ou locução (p.ex.: V., por você; V.M., por Vossa Mercê; Dr., por doutor etc.). Redução de uma locução a uma sigla (p.ex.: RFF (...); ONU (...)) [Em bibliologia, as abreviaturas têm força de tradição e de aceitação mais ou menos geral dentro de sua área de uso; podem ser axiológicas, autorais, bibliológicas, médicas, náuticas, musicais etc.] m.q. ABREVIACÃO (“representação”)*” (2003: 34).

Por outro lado, a abreviatura é, para o *Grande Dicionário de Língua Portuguesa* da Porto Editora, “(sentido geral) *forma reduzida de uma palavra; abreviação. GRAMÁTICA forma encurtada ou contraída de uma palavra, constituída por uma ou mais letras (geralmente as iniciais) dessa palavra, seguidas de um ponto, e que se pronuncia como se estivesse por extenso (ex.: obs. por observação; Dr. por doutor)*” (2004: 12). A abreviação é, por seu lado, o “acto ou efeito de abreviar. *Redução da duração ou extensão (de algo); encurtamento. Forma encurtada ou contraída de uma palavra; abreviatura*” (2004: 12).

Ambos os dicionários defendem uma posição semelhante. A abreviatura é definida em relação à abreviação e vice-versa que, não sendo sinónimos como se considera, a abreviatura é o produto originado por meio de processos de abreviação, razão pela qual os termos podem coincidir mas não serem usados como sinónimos um do outro. Seguindo a posição de vários autores, o *Dicionário Houaiss* apresenta uma definição polissémica do conceito de abreviação, quando considera os casos de redução a nível oral que resultam em palavras novas.

De acordo com o *Prontuário da Língua Portuguesa* de Manuel dos Santos Alves, citado pelo *Ciberdúvidas* (www.ciberduvidas.com), a abreviatura é a “*redução de caracteres em cada palavra, mantendo-se pelo menos a primeira letra*”. O *Ciberdúvidas* indica ainda outras definições para abreviatura: “*reduções estáveis (ex.: Sr.: senhor, etc.). Estas reduções têm ponto de abreviatura e flexão (ex.: Srs., Sras., etc.)*” ou “*palavras reduzidas, normalmente formadas só com as primeiras letras, seguidas de ponto (...), podendo ter plural*” ou “*representação de uma palavra ou*

expressão com menos letras do que as da sua grafia normal, ex.: V. Exa. (por Vossa Excelência)".

A abreviação é considerada, pelo Ciberdúvidas, como a *"redução para uso em obras especializadas"*. Em outros casos, é entendida como sinónimo de abreviatura, enquanto *"acto ou efeito de abreviar"*, posição semelhante à adoptada pelos dicionários em geral.

Finda a análise das definições de abreviatura e abreviação, deparamo-nos com um triângulo terminológico que torna necessário incluir neste ponto a discussão sobre uma outra unidade terminológica reduzida – a redução, à qual nos dedicaremos em seguida.

A redução é entendida por BAUER (1988), citado em XAVIER e MATEUS (1992: 324), como o *"processo de redução de uma palavra sem alteração do seu significado ou da sua categoria sintáctica. Este processo tem frequentemente o efeito de tornar a palavra estilisticamente menos formal. Em terminologia, este processo pode levar à criação de novos termos. Exemplos: prof (professor/a); facho (fascista); porno (pornográfico/a); metro (metropolitano)"*. Trata-se de uma definição genérica, onde podemos incluir os processos de redução terminológica em geral, pelo facto de constituir um *"processo de redução de uma palavra"* responsável pela *"criação de novos termos"*. Assim, e dadas as proximidades semânticas que mantém com o termo de abreviação anteriormente definido, podemos concluir que XAVIER e MATEUS (1992) entendem a abreviação como um tipo específico de redução, de onde fazem parte as siglas, os acrónimos, as abreviaturas, etc.

A redução é ainda indicada como sinónimo de truncação e de truncamento, termos preferidos por AZUAGA (1996: 239) e BERGSTRÖM e NEVES REIS (2002: 77), que definem, com exemplos coincidentes, as unidades terminológicas reduzidas *"em que se elimina uma sequência no final de uma palavra, não se verificando alteração do seu sentido ou da sua categoria gramatical"*.

Bernt MOLLER (1998: 10) considera que a redução é o resultado de *"une élision d'une suite de caractères – mots graphiques, morphèmes, fractomorphèmes (...) il y a une certaine tendance à raccourcir les mots longs ou à les créer de façon comprimée, par exemple en évitant d'interposer "de" entre deux substantifs"*. Esta definição, mais

específica em relação ao tipo de estruturas de palavra preferencialmente omissas, confirma as afirmações referidas anteriormente.

Vejamos, em seguida, as considerações tecidas pelos dicionários de referência para a língua portuguesa, entre outros.

A *NOVA ENCICLOPÉDIA LAROUSSE* apresenta uma definição longa para a redução, no entanto nenhuma delas é de carácter linguístico, pelo que nos fixamos na definição geral: “*acto ou efeito de reduzir alguma coisa, de diminuir*” (1997: 5907).

A redução é também alvo de definições de grande dimensão por parte dos vários dicionários da língua portuguesa, onde nos cingiremos às definições de cunho linguístico, e que apresentam um ponto de vista coincidente sobre os fenómenos de redução:

- i) “*transformação de uma palavra noutra mais pequena. Metro é a redução de metropolitano*” (*Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* 2000: 3137);
- ii) “*denominação genérica das formas encurtadas de escrita de palavras e locuções (abreviações, abreviaturas, acrografias, acrónimos, hemiacrografias, siglas e símbolos). Transformação de uma palavra noutra mais curta por abreviação, apócope, contracção, evolução fonética etc.; braquissesmia*” (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* 2003: 3118-3119);
- iii) “*fenómeno em que uma palavra se transforma noutra mais curta por abreviação, apócope, contracção, etc.; designação genérica das formas encurtadas ou contraídas de uma palavra, como as abreviaturas, acrónimos, siglas, etc.*” (*Grande Dicionário de Língua Portuguesa* 2004: 1315).

Também a redução é, para o *Ciberdúvidas* (www.ciberduvidas.com), entendida como a “*transformação de uma palavra noutra mais pequena, ex.: Metro é a redução de Metropolitano*”.

Todas estas definições vêm confirmar aquilo que começámos por observar. A **REDUÇÃO** pode assim definir-se como:

um termo genérico que abrange em si os fenómenos e processos de encurtamento em geral (abreviação, abreviatura, acrografia, sigla, acrónimo, símbolo).

Passemos agora à abreviação, cujas definições causaram alguns problemas e nos levaram forçosamente à análise das definições de redução em paralelo. Ao passarmos em revista as definições apresentadas por vários autores e dicionários para o conceito de abreviação, podemos isolar três pontos de vista distintos:

- i) a abreviação é o processo que resulta na criação de abreviaturas. Trata-se da posição adoptada pelos dicionários em geral, seguida de perto pelo *Ciberdúvidas*, confirmada por KOCOUREK (1982) e que GERMAIN e LAPIERRE (1988) reconhecem poder coincidir com a abreviatura nesta acepção do termo;
- ii) a abreviação é considerada como um processo de redução fónica de uma palavra que resulta numa palavra nova. Esta é a vertente seguida por GEHENOT (1975), CALVET (1980) que denomina como “abreviatura oral”, GERMAIN e LAPIERRE (1988), XAVIER e MATEUS (1992) e que PAVEL e NOLET (2002) apelidam de “*abreviamiento*”. PINTO (1998^a) e o *Dicionário Houaiss* (2003) admitem também esta posição;
- iii) a abreviação é entendida como sinónimo de redução (PAVEL e NOLET (2002)) ou tomada como abreviatura em sentido lato, termo genérico para os casos de abreviatura e sigla e outras unidades terminológicas reduzidas (ISO (2000)).

Após uma reflexão atenta sobre as diferentes posições assumidas em relação à abreviação, decidimos excluir a última acepção por se confundir com um outro conceito que denominámos de redução. Por outro lado, adoptaremos uma definição polissémica para o conceito de **ABREVIACÃO**:

- i) é o processo de criação de abreviaturas;
- ii) é a redução fonética de uma unidade lexical ou terminológica por meio de omissão do seu sufixo. O resultado é uma palavra nova, que passa a ser

utilizada como sinónimo da palavra que lhe deu origem. Ex.: metro (metropolitano).

No que respeita às definições de abreviatura, estas não oferecem problemas sérios e são complementares entre si. Assim, a **ABREVIATURA**:

- i) é a redução gráfica de uma unidade lexical ou terminológica e, algumas vezes, de uma unidade lexical ou terminológica complexa;
- ii) é pronunciada como se estivesse por extenso;
- iii) é acompanhada de um ponto de abreviatura, no entanto o ponto está a desaparecer em casos em que se inclui a letra (ou letras) que ocorrem no interior ou final da unidade lexical ou terminológica;
- iv) pode ter flexão de género e de número (ex.: sra., srs.);
- v) as letras omitidas podem ser substituídas por um sinal convencional (ex.: p/ (para), $\bar{n}$ (não)).

Os modos de redução gráfica da abreviatura podem ser diversos:

- i) manutenção da(s) letra(s) inicial(is) (ex.: p. ou pág. (página), eng. (engenheiro));
- ii) manutenção da(s) letra(s) inicial(is) e final(is) (ex.: sr. (senhor), Il^{mo}. (Ilustríssimo));
- iii) manutenção da primeira(s) letra(s) e de uma ou várias letras no seu interior (ex.: pq (porque), pç (praça));
- iv) um misto dos dois processos anteriores (ex.: pcta (praceta)).

4. Braquigrafia e acrografia

Ao longo da reflexão que temos vindo a realizar sobre as unidades terminológicas reduzidas, outros termos têm vindo a suceder nas suas definições. Estamos a falar da acrografia e da braquigrafia, termos com menor ocorrência entre as definições dos autores e dicionários, mas que não deixam de ser menos importantes num estudo que pretende fazer uma abordagem abrangente das unidades terminológicas reduzidas em geral.

Já em 1975 GEHENOT (1975: 271-272) afirmava que a braquigrafia estava na moda. Para a definir, recorre à definição do *Dictionnaire d'Abbreviations Françaises et Étrangères, Techniques et Usuelles* de Hubert Baudry para explicar este processo de redução lexical: "Brachigraphie (du grec: brachus, bref, et graphein, écrire). C'est l'art d'abrégé les mots, en les représentant conventionnellement par une seule lettre ou par un groupe de lettres, selon une des modalités suivantes:

- a) *Ellipse totale de toutes les lettres qui suivent la première lettre (le cas le plus fréquent). – Maintien de la lettre initiale (appelée "sigle") et suppression de toutes les autres lettres. (...) En aucun cas, l'abréviation ne doit se faire par suppression (aphérèse) de la lettre ou de la syllabe initiale.*
- b) *Ellipse partielle. – Maintien de plusieurs lettres initiales consécutives et suppression (apocope) des lettres terminales. Exemple: "Ety.m.", au lieu de "Etymologie"; "Sci.", au lieu de "Sciences".*
- c) *Syncope.- Maintien de la lettre initiale, ainsi que de la lettre ou des lettres terminales, et suppression de toutes les lettres intérieures. Exemple: "Fco", au lieu de "Franco"; "Mme", au lieu de "Madame".*
- d) *Contraction. - Maintien de la lettre initiale, en la faisant suivre de lettres choisies arbitrairement dans le mot lui-même et consacrées par l'usage. Exemple: "Cdt", au lieu de "Commandant"; "tjs", au lieu de "toujours".*

Esta definição de braquigrafia conduz-nos de imediato à definição de redução, que apontámos atrás, como termo geral que compreende todas as unidades terminológicas reduzidas. O que as distingue aqui é o facto da braquigrafia se referir aos modos de formação, neste caso por redução, destas unidades terminológicas, referindo especificamente os casos das siglas e abreviaturas.

Ao analisar as unidades lexicais "linguísticas" e "não linguísticas", KOCOUREK (1982: 93) alerta para o elevado número de expressões não linguísticas presentes nos textos técnicos e científicos, que denomina de "*brachygraphiques*". Em seguida, apresenta uma pequena explicação do termo usado, recorrendo à terminologia adoptada por outros autores: "*l'épithète brachygraphique suggère qu'il s'agit d'unités de forme graphique plus concise. J.-C. Baudet dit tachygraphie ('89: 63). La brachygraphie d'André Clas, c'est la formation de mots valises et d'acronymies ('85 : 137, '87). Clas se sert aussi du terme brachyphonie ('84)*". A definição de KOCOUREK vem confirmar

a definição que GEHENOT (1975) adoptou e que apresentámos acima, incluindo no grupo os acrónimos.

Como referem XAVIER e MATEUS (1992: 68), o termo geral usado para nomear os casos de abreviatura e acrografia é a braquigrafia, sendo que a acrografia é um fenómeno muito semelhante à sigla, na medida em que reproduz a “*grafia, em abreviatura, de uma locução por meio das letras iniciais das palavras componentes, que formam em conjunto um nome próprio. Ex.: Ministério da Educação e Cultura-M.E.C. Há hesitação em escrever as iniciais separadas por ponto (U.S.A.) ou não (USA)*” (CÂMARA (1984), citado em XAVIER e MATEUS 1992: 15). Temos uma nova acepção para o conceito de braquigrafia, que nos conduz à acrografia. Por sua vez, a definição apresentada para acrografia remete de imediato para as siglas, ou também para os acrónimos, referindo-se especificamente à sua capacidade de formação de nomes próprios, apesar destas unidades terminológicas designarem igualmente realidades que se apresentam sob a forma de nomes comuns. Note-se ainda que esta definição de acrografia limita as siglas à sua vertente gráfica.

Passemos agora às observações apresentadas por alguns dicionários e gramáticas da língua portuguesa.

A entrada para acrografia apresentada pelo *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia (2000: 68) não contempla qualquer definição de ordem linguística. Quanto à braquigrafia, o termo não é sequer mencionado como entrada do dicionário. Somos assim levados a concluir que o dicionário assume uma posição negligente relativamente a ambos os termos.

Na sua definição de sigla, FERREIRA e FIGUEIREDO (2001: 394) dizem o que entendem por braquigrafia, a partir da raiz de formação da palavra: “*uma maneira de escrever curto (braquigrafia, do grego brachys, “curto”, e grafia, “escrita”)*” e por acrografia: “*grafia em abreviatura de uma locução por meio das letras iniciais dos vocábulos componentes que formam, em conjunto, um nome próprio*”, sendo que “*a sigla é “um caso particular de acrografia”*”. Esta última definição é quase textual com a definição de XAVIER e MATEUS (1992), considerando-se igualmente que a acrografia se refere a uma particularidade da sigla – a sua capacidade de formar nomes próprios. A braquigrafia é para os autores a maneira de escrever curto, perspectiva essa já partilhada por GEHENOT (1975) e KOCOUREK (1982), que adoptam uma definição etimológica do termo em sentido lato.

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* considera a acrografia como sinónimo de sigla: “*m.q. SIGLA (“redução”)*” (2003: 90), enquanto a braquigrafia é definida como a “*arte ou processo de escrever por abreviaturas. Escrita abreviada (engloba a acrografia e a abreviatura); braquigrama*” (2003: 653), como outros autores já o consideraram. A novidade reside no facto de se admitir a sigla como sinónimo de acrografia, tendo-se alargado assim o conceito de acrografia.

A acrografia é entendida, pelo *Grande Dicionário de Língua Portuguesa* da Porto Editora, como a “*expressão formada pelas letras iniciais de diversas palavras, sendo estas letras geralmente pronunciadas uma a uma e não com articulação silábica; sigla*” (2004: 29). O mesmo dicionário entende por braquigrafia o “*estudo das abreviaturas*” (2004: 239). Mais uma vez, a acrografia é entendida como sinónimo de sigla, desta vez excluindo-se os acrónimos do seu conceito. A definição de braquigrafia é a mesma já adoptada por XAVIER e MATEUS (1992).

Segundo o *Prontuário da Língua Portuguesa* de Manuel dos Santos Alves, citado pelo *Ciberdúvidas* (www.ciberduvidas.com), a acrografia refere-se à representação pelas iniciais dos elementos componentes de uma instituição de qualquer natureza. Considera a acrografia como sinónimo de sigla, à semelhança da posição adoptada pelos dicionários analisados.

Quanto à braquigrafia, o *Ciberdúvidas* designa o termo como “*a doutrina que estabelece os princípios a que devem obedecer as abreviaturas*” ou ainda “*(braqui- é um elemento de formação do grego, que exprime a noção de curto, breve) arte ou processo de escrever por abreviaturas; escrita abreviada (engloba a acrografia e a abreviatura)*”, condensando assim as duas acepções consideradas por diferentes autores numa definição de cariz polissémico.

Dado o facto de existirem algumas flutuações no que respeita à definição de **ACROGRAFIA**, vamos adoptar uma definição o mais abrangente possível que reflecta a perspectiva seguida pela maioria dos autores:

- i) unidade lexical ou terminológica reduzida formada pelas letras iniciais da extensão correspondente;
- ii) é considerada como sinónimo ou caso particular de sigla, mas pode admitir os casos de acronímia.

O conceito de **BRAQUIGRAFIA** contém em si uma diversidade de acepções diferentes mas complementares, cujas facetas não negligenciaremos:

- i) etimologicamente, é a maneira de escrever curto ou por meio de abreviaturas;
- ii) estudo das abreviaturas;
- iii) termo geral que compreende os casos de abreviatura e de acrografia;
- iv) modo de formação das unidades lexicais ou terminológicas reduzidas, por meio de processos de redução dos seus elementos constituintes.

5. Símbolo

O símbolo é outro dos termos que tem surgido, uma vez ou outra, entre as referências às unidades terminológicas reduzidas em discussão, tendo-se destacado como um dos vários processos de redução.

GEHENOT (1975: 276) refere-se ao símbolo como "*un signe arbitraire*", apresentando como exemplo os números ou o signo § para representar o parágrafo.

No seu estudo dedicado às maiúsculas e às principais unidades terminológicas reduzidas, DOPPAGNE (1991: 88) adopta a definição do dicionário *Grand Robert*, que reconhece vasta, situando-se no ponto em que se declara que o símbolo é "*ce qui, en vertu d'une convention arbitraire, correspond à une chose ou à une opération qu'il désigne*". O autor admite que uma definição como esta pode compreender desde gestos e signos, até cores e objectos. Como tal, "*nous ne pouvons retenir que les éléments graphiques qui se traduisent par des lettres, éventuellement des chiffres car le symbole graphique peut, lui-même, être de nature très diverse: pictogramme, idéogramme et, enfin, des lettres ou des chiffres soit isolés, soit assemblés*". Mas, o símbolo que é simultaneamente uma letra pode ser considerado "*une abréviation qui a eu de la chance. Chance de s'imposer à un vaste public; chance de franchir les barrières linguistiques*", pelo que o que distingue símbolo e abreviatura é o facto do símbolo "*n'est jamais suivi d'un point abrégatif*".

O símbolo é, segundo BOUTIN-QUESNEL *et alii* (1985)/NORMALISATION FRANÇAISE (1990), citado em XAVIER e MATEUS (1992: 349), uma “*representação de uma noção por meio de letras, números, pictogramas ou da combinação destes elementos*”. No domínio económico encontra-se com alguma frequência o uso de números e outros símbolos ao lado de unidades terminológicas reduzidas, por exemplo P/E (*Price Earnings (ratio)*) e PSI 20 (*Portuguese Stock Index 20*).

O símbolo é, de acordo com LERAT (1995: 20), um “*stimulus physique représentant conventionnellement une notion ou un objet individuel*”, confirmando as perspectivas que atribuem ao símbolo o carácter de signo arbitrário ou convencional.

Observemos, por outro lado, o que afirmam os dicionários e prontuários sobre o conceito de símbolo em discussão.

O símbolo é, para a NOVA ENCICLOPÉDIA LAROUSSE (1997: 6392), “*sinal figurativo, ser animado ou coisa, que representa um conceito, que é a sua imagem (...). Qualquer sinal convencional abreviativo*”, definição esta que não contraria as anteriores.

O Prontuário de PINTO (1998^b: 15) revela a preocupação pela forma que os símbolos assumem, afirmando que estes são “*representados por uma ou mais letras, mas sem ponto*”. Mediante tais observações, o autor limita os símbolos à representação exclusiva de letras com as quais coincide.

Por outro lado, o símbolo é alvo de uma extensa definição por parte do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia (2000: 3415), definido linguisticamente como: “*notação de uma relação entre dois elementos, estabelecida convencionalmente*. Saussure chama símbolo a uma classe de objectos em que existe uma relação de analogia convencional entre o simbolizante e o simbolizado. *Representação de uma noção ou conceito por meio de letras, números, figuras ou através da combinação destes elementos*”.

Também o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* dedica ao símbolo uma definição de grande dimensão, onde nos cingiremos à abordagem linguística da entrada. Após a referência ao seu carácter “*evocativo, mágico ou místico*”, o símbolo é definido como uma “*redução fixada por convenção de valor ger. Internacional (p.ex., de electricidade: coulomb C; metrológica: quilómetro km, quilo kg; da rosa-dos-ventos: norte N, nor-*

-nordeste NNE, nor-noroeste NNW; da química: selénio Se, sódio Na etc.). Signo que apresenta relação arbitrária, baseada apenas em convenção, com o objecto ou a ideia que representa (p.ex., certas bandeiras de alguns países, a cruz para o cristianismo, os sinais de trânsito não figurativo etc., os sinais de escrita não pictográficos, como as letras, algarismos, etc.); signo arbitrário” (2003: 3329-3330).

Como não poderia deixar de ser, o símbolo é igualmente alvo de uma definição vasta por parte do *Grande Dicionário de Língua Portuguesa* (2004: 1416) da Porto Editora, que define o termo, de um ponto de vista linguístico, como: *“forma encurtada de uma palavra com valor geralmente internacional (ex.: km é o símbolo de quilómetro); signo que mantém uma relação convencional ou arbitrária (terminologia da semiótica de Peirce, filósofo americano, 1839-1914) com aquilo que representa”.*

De acordo com o *Ciberdúvidas* (www.ciberduvidas.com), os símbolos são *“segundo os dicionários consultados, coisa utilizada, especialmente objecto material, para representar outra imaterial: o leão simboliza a coragem e a pomba é o símbolo da paz. Significa ainda, entre outras coisas, divisa, emblema, figura, marca, sinal que representa algo”.* Refere-se também às *“reduções usadas nas unidades de medida e nos elementos da química (ex.: m: metro, O: oxigénio, etc.). Estas reduções não têm ponto nem plural”.* Esta última acepção, aquela que nos interessa dado o seu carácter linguístico, é muito limitativa ao excluir do conceito de símbolo a sua capacidade de representar outro tipo de unidades diferentes das unidades de medida e dos símbolos químicos.

Finalmente, podemos definir o **SÍMBOLO** como:

a representação de uma noção ou conceito através de letras, números, figuras ou da combinação deste conjunto de elementos.

É importante ainda referir alguns princípios de utilização do símbolo, no sentido de se obter uma distinção mais clara em relação às restantes unidades terminológicas reduzidas, seguindo de perto as observações de DOPPAGNE (1991: 95):

- i) o recurso à maiúscula ou à minúscula faz parte da convenção;
- ii) não faz uso do ponto de abreviatura, distinguindo-se assim da abreviatura e da sigla. Quando se referem a notações técnicas ou fórmulas químicas são, geralmente, representados por uma única letra sem ponto;

- iii) são invariáveis, ou seja, não têm marca de gênero e número;
- iv) podem-se pronunciar letra a letra ou silabicamente, de acordo com a sua constituição, ou ainda por extenso.

CAPÍTULO II

Constituição e Análise de Corpora de Textos Económicos da Imprensa *Online*

CAPÍTULO II – CONSTITUIÇÃO E ANÁLISE DE CORPORA DE TEXTOS ECONÓMICOS DA IMPRENSA ONLINE

1. Constituição e tratamento automático dos corpora

Em termos práticos, qualquer pesquisa terminológica deve ter na sua origem um *corpus* de trabalho, imprescindível a uma análise tão fidedigna quanto possível da representação de um domínio de saber. A importância das abordagens com recurso aos *corpora* encontra-se já atestada pelos estudos levados a cabo pela Linguística de *Corpus*, de que outros ramos da linguística se têm vindo a socorrer com maior frequência nas últimas décadas do século XX.

Considerando os princípios gerais de constituição de *corpora*, pretendemos constituir um *corpus* que responda ao critério da homogeneidade, ao seleccionar de entre o mesmo género discursivo (texto jornalístico) e o mesmo suporte (edição electrónica) notícias referentes a um mesmo período de tempo (15 a 21 de Junho de 2002 e de 2003), dada a importância inegável dos *media* na educação e na sociedade de informação.

Trata-se de um *corpus de amostragem selectivo*, que possui apenas parte dos enunciados representativos de um domínio de saber. É composto por uma média de três artigos diários retirados de vários jornais *online*, entre semanários, diários e *sítes* de informação económica da imprensa portuguesa no domínio da economia.

Ao seleccionar as notícias, deparámo-nos com alguma variedade a nível da classificação do domínio económico e, mais especificamente, da Bolsa de Valores, como podemos observar:

- i) Bolsa e Mercados (*sitenegócios* do *Euronotícias*);
- ii) Economia (*Agência Lusa*, *Expresso*, *Jornal de Notícias*, *Público*, *Semanário Económico*, *TSF Online*);
- iii) Mercados (*Agência Financeira*, *Diário Económico*, *Bolsamais* do *Jornal de Notícias*, *Jornal de Negócios*);
- iv) Negócios (*Diário de Notícias*).

Esta diversidade de categorizações mostra-nos que a imprensa estabelece uma relação de hiponímia-hiperonímia no tratamento do domínio da Bolsa de Valores face ao grande grupo da Economia, onde a primeira se insere.

Uma organização conceptual do domínio da Economia permitir-nos-á comprovar tais observações, num sistema em que é possível constatar não apenas as relações hierárquicas que se estabelecem entre os vários elementos do sistema conceptual, do mais genérico para o mais específico, mas também as relações entre os vários níveis desse mesmo sistema conceptual – as relações hiperonímicas e hiponímicas. É neste contexto que se torna clara a posição da Bolsa de Valores, enquanto hipónimo, face à Economia, seu hiperónimo. Tendo como ponto de partida as referências bibliográficas apresentadas para a área da Economia, apresenta-se em seguida uma organização conceptual (Figura 3) cujas denominações seguem, sempre que possível, a mesma terminologia adoptada pela *Legislação do Código de Valores Mobiliários* e pelo site *www.bvl.pt* para o ramo do Mercado de Valores Mobiliários.

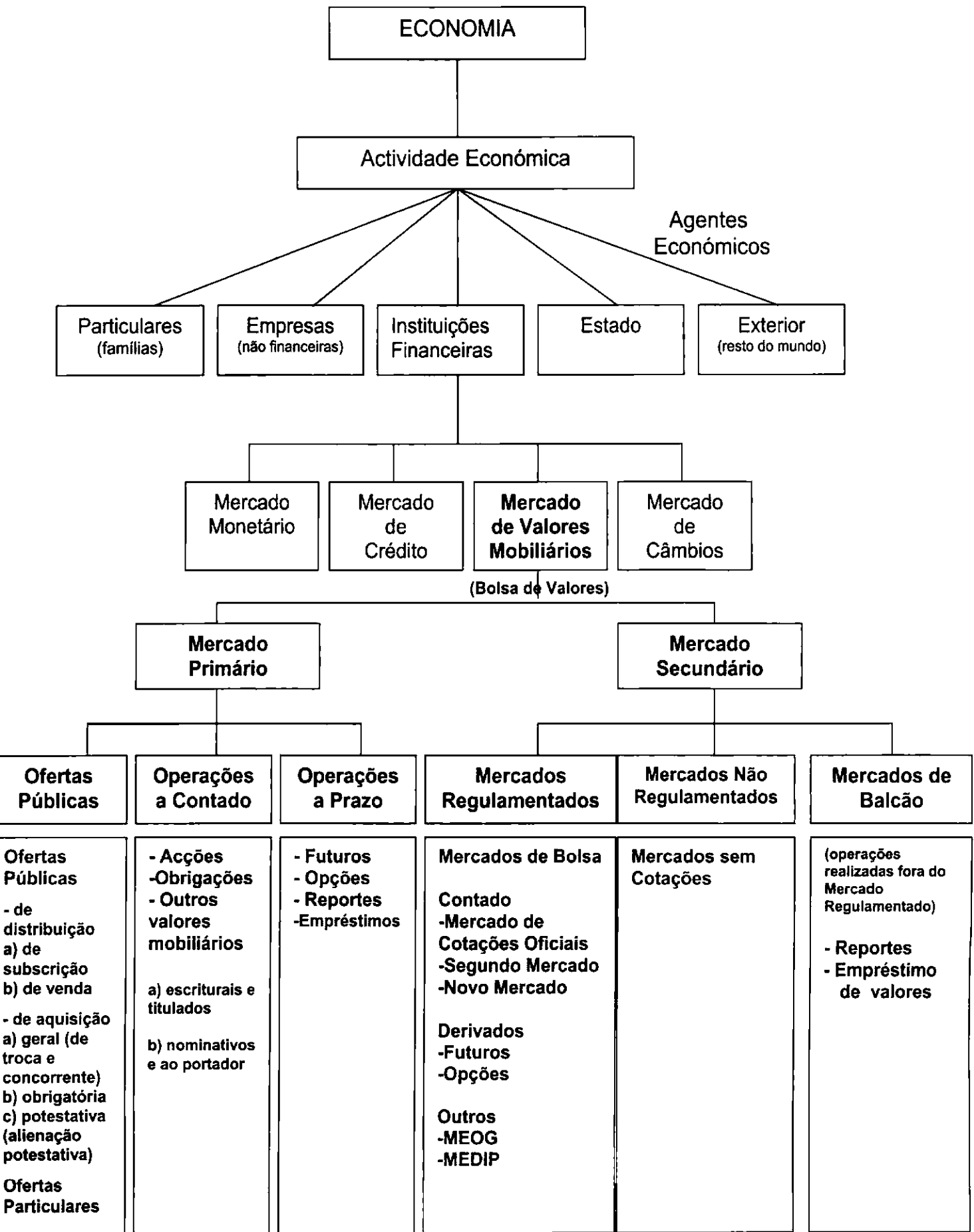


Figura 3

A selecção de notícias presidiu ainda a uma série de critérios específicos, segundo os objectivos de pesquisa, onde se deu particular atenção às notícias cujos conteúdos evidenciassem a existência de siglas e acrónimos.

Numa fase seguinte, os *corpora* de trabalho foram alvo de tratamento automático através do programa *Hyperbase*, de onde se extraiu uma listagem de ocorrências de termos e respectivos contextos, com o objectivo de delimitar as unidades terminológicas reduzidas.

O tratamento, semi-automático numa fase seguinte, permitiu, além disso, verificar a recorrência de eventuais processos de empréstimo externo, sobretudo de origem inglesa, e da presença de neologismos, uma característica da terminologia económica, cuja produtividade aí se destacou a nível dos fenómenos de prefixação (ex.: *des-*; *re-*; *sobre-*; *sub-*; *mega-*; *macro-*), de sufixação (ex.: *-ão*), de justaposição (*papel-*) e de empréstimo externo, interno e decalque (ex.: *lulâmetro* de *lulameter*).

2. Caracterização das unidades terminológicas reduzidas

A propósito da conduta das siglas e acrónimos, GERMAIN e LAPIERRE (1988: 63) consideram que *"la presse écrite a semblé un lieu privilégié d'examen puisque c'est probablement la forme de langue écrite qui rejoint le plus large segment de la population et en même temps le lieu où le phénomène de la siglaison risque de se renouveler le plus souvent"*. Ao subscrevermos esta posição, constituímos um *corpus* de trabalho de onde foi possível proceder a uma extracção de 119 siglas e 126 acrónimos, a fim de observar o seu comportamento e daí retirar conclusões sobre algumas das suas características linguísticas e tendências de uso mais recorrentes.

O *corpus* foi dividido em várias categorias, de acordo com as particularidades apresentadas pelas unidades terminológicas reduzidas extraídas de textos económicos da imprensa nacional portuguesa:

1. siglas (119 formas, 1065 ocorrências)
2. siglas com símbolos (20 formas, 59 ocorrências)
3. acrónimos (126 formas, 793 ocorrências)
4. acrónimos com símbolos (13 formas, 245 ocorrências)

5. siglas ou acrónimos (7 formas, 127 ocorrências)
6. falsas siglas / falsos acrónimos (11 formas, 75 ocorrências)
7. símbolos (13 formas, 16 ocorrências)
8. símbolos com siglas e acrónimos (9 formas, 24 ocorrências)
9. abreviaturas e abreviações (25 formas, 509 ocorrências)
10. sem classificação (22 formas, 82 ocorrências)

Em seguida, procederemos a uma breve caracterização de cada uma das categorias que correspondem às ocorrências de unidades terminológicas reduzidas presentes no *corpus*.

2.1. Siglas

Neste momento, será fácil compreender este tipo específico de unidades terminológicas reduzidas que delimitámos no *corpus*, uma vez que já nos dedicámos à sua definição anteriormente. Em breves palavras, entendemos por sigla a letra inicial de cada um dos elementos que constitui a unidade terminológica complexa que esta representa, cuja sequência é pronunciada letra a letra. Por exemplo:

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

2.2. Siglas com símbolos

As siglas com símbolos são, como o próprio nome indica, as siglas que co-ocorrem com símbolos, como o traço de união (-), o & comercial, a barra diagonal (/), o ponto usado na linguagem informática, associado a empresas que actuam nessas mesmas áreas, os números e ainda o cifrão \$. A título de exemplo:

FTSE 100 em paralelo com FTSE-100 (*Financial Times Stock Exchange 100*)

2.3. Acrónimos

Numa breve definição, os acrónimos compreendem na sua formação as letras iniciais ou sílabas da unidade terminológica complexa que designam numa sequência que se

pronuncia como uma palavra comum. As sequências constituídas apenas pela letra inicial da sua extensão e cuja pronúncia é silábica, incluem-se igualmente nesta categoria.

Os acrónimos, geralmente constituídos por processos de amálgama, podem assumir diferentes formas de acordo com os seus níveis de evolução até se transformarem em palavras comuns: maiúsculas que correspondem à letra inicial de cada um dos elementos da extensão > amálgama de letras quase sempre iniciais ou sílabas > sequência maiúscula + minúscula semelhante a um nome comum. Por exemplo:

BIG – Banco de Investimento Global

IBEX – *Iberian Index*

Internet – *International Network*

2.4. Acrónimos com símbolos

Os acrónimos com símbolos, à semelhança do que se referiu a propósito das siglas, correspondem às ocorrências de acrónimos que na sua constituição admitem a presença de símbolos (o traço de união, os números e os pontos usados na linguagem da *Internet*). Vejamos, por exemplo:

Mib-30 – *Milano Borsa 30*

Sonae.com – Sociedade Nacional de Estratificados Comercial

2.5. Siglas ou acrónimos

A dada altura da delimitação das unidades identificadas como siglas e acrónimos, deparámo-nos com unidades terminológicas reduzidas que possuíam traços comuns quer à sigla quer ao acrónimo. Não sendo possível dissociá-las, tornou-se assim necessário criar uma nova categoria que contemplasse a ambivalência de tais unidades terminológicas reduzidas, ambivalência essa que apresenta formatos distintos:

- i) a capacidade de pronúncia alfabética ou silábica, como é o caso de EUA (Estados Unidos da América);
- ii) a redução de apenas uma unidade terminológica, à semelhança da abreviatura e da abreviação, em associação a uma segunda unidade terminológica, que a torna parte de uma unidade terminológica complexa, passando assim a pertencer à categoria das siglas ou acrónimos. A sua pronúncia é alfabética, como sucede com as siglas, mas a formação é de cariz acronímico, mantendo a letra inicial e uma letra que ocorre no seu interior. Integram-se nesta categoria as unidades terminológicas reduzidas TV Cabo (Televisão por Cabo) e TVI (Televisão Independente).

Também HUMBLEY e CANDEL (1994: 139) se depararam com unidades terminológicas reduzidas cujo funcionamento se assemelha à primeira categoria indicada acima, categoria essa que detém a maior ocorrência de unidades terminológicas deste tipo. Não estabelecendo a distinção entre sigla e acrónimo, os autores designaram as unidades terminológicas “*dont la prononciation mêle épellation et “lecture”*” de siglas mistas.

2.6. Falsas siglas / Falsos acrónimos

São denominadas de falsas siglas ou falsos acrónimos as unidades terminológicas reduzidas que se assemelham a siglas ou a acrónimos, mas que não o são. O *corpus* de trabalho que constituímos apresenta manifestações deste tipo de unidades terminológicas, como é o caso da referência à empresa GALP, cuja designação, apesar de se assemelhar a um acrónimo, corresponde a “Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, SA”. Europac (*Papeles y Cartones de Europa*), Fertima (*Société Marocaine des Fertilisants*), Portucel (Celulose e Papel de Portugal) apresentam, por outro lado, uma estrutura semelhante aos acrónimos, contudo a sua formação por meio de processos de amálgama distancia-se dos modos de formação particulares aos acrónimos, matéria que será alvo de discussão no capítulo que se segue.

2.7. Símbolos

Os símbolos, como já referimos, têm como função a representação de um conceito por meio de letras, números, figuras ou da sua combinação, como testemunham os

exemplos apresentados pelo *corpus* de trabalho: E (símbolo da bolsa *Nasdaq*) e uma série de modelos de marcas de carros (Ferrari 328 GTV, Ford T Roadster, Jaguar E V12, Lotus Elan +2S). A propósito desta última referência, também GALISSON e COSTE (1983: 650) alertam para o facto de que “os estrangeiros confundem por vezes “siglas” e “marcas” (de *objectos manufacturados*). Assim, as denominações Citroën ID, DS, AMI, podem fazer pensar em siglas, mas são marcas: o D e o S de DS não se referem a iniciais de palavras, mas o conjunto DS é um jogo de letras que faz lembrar “déesse” (deusa), como ID faz lembrar “idée” (ideia), AMI faz lembrar “ami” (amigo), etc.”.

Os exemplos que seleccionámos confirmam o que já atrás se afirmou acerca do modo de apresentação dos símbolos. Nenhum dos casos apresenta ponto de separação, uma vez que é o símbolo que representa esse papel, e as marcas de género e número não se manifestam.

2.8. Símbolos com siglas e acrónimos

A fim de estabelecer a diferença com as categorias siglas e acrónimos com símbolos, criamos uma nova categoria que se distingue das outras pelo facto de serem introduzidas por um símbolo e não por uma sigla ou acrónimo. Ex.: 3DTech (*Three-Dimensional Technology*), [INDU] (*Industrial Dow Jones*).

2.9. Abreviaturas e abreviações

A abreviatura, enquanto redução gráfica de uma unidade terminológica simples, e a abreviação, a redução fonética, apresentam vários exemplos no *corpus*: art. (artigo), Lda. (limitada) e Media (*mass media*), telecom (telecomunicações), respectivamente.

Há que chamar mais uma vez a atenção para o facto de se evitar a confusão entre sigla e abreviatura, e que GALISSON e COSTE (1983: 650) igualmente ressaltam: “algumas abreviaturas como 4 CV, 6 CV (*algarismos + letras*) não podem ser considerados como siglas vulgares na medida em que:

- não constituem uma sequência de iniciais (C e V pertencem ambas a “chevaux” (cavalos));

- *a abreviatura só é tida como tal na escrita (...)*".

Tais conjecturas vêm reiterar a validade das afirmações que temos vindo a fazer acerca de tais unidades terminológicas reduzidas.

2.10. Sem classificação

Nesta categoria integram-se as unidades terminológicas reduzidas cuja extensão não foi possível confirmar, apresentando-se contudo alguma informação acerca da origem ou área de actuação de cada uma, consoante os casos.

CAPÍTULO III

Modos de Representação das Siglas e Acrónimos

CAPÍTULO III – MODOS DE REPRESENTAÇÃO DAS SIGLAS E ACRÓNIMOS

Os processos de siglação são muito frequentes nas línguas de especialidade, em textos científicos e técnicos. Podemos encontrá-los nos mais variados domínios de saber como a economia, a medicina e a informática.

O elevado número de ocorrências de siglas nos textos de especialidade, leva BAUDET (2001: 35-36) a acreditar que tal fenómeno constitui “*un indicateur de technicité des textes*” e que “*le comptage des sigles*” pode ser útil ao terminólogo para a atribuição de “*caractéristiques de technicité*” a um texto, concluindo que “*les Américains produisent (en informatique, mais aussi dans bien d’autres domaines) plus de sigles que les Français*”, conclusão que poderemos atribuir ao caso português dada a recorrência de siglas de origem inglesa em relação às de origem autóctone. Também RONDEAU (1981) atribui às línguas de especialidade um carácter de concisão concretizado pela siglação, truncação (onde inclui os acrónimos) e redução.

A economia da linguagem e a rapidez na comunicação escrita e oral são as principais funções do uso das siglas. As siglas levantam no entanto vários problemas. A uma sigla pode corresponder mais que uma extensão ou unidade terminológica complexa, quer dentro de uma língua, quer de língua para língua. A homonímia e a influência avassaladora dos estrangeirismos na forma de siglas, maioritariamente de origem inglesa (exceptuando os casos de empresas e realidades pertencentes a outros países), são, por conseguinte, aspectos característicos deste tipo de fenómeno.

No *corpus* analisado verificámos que as siglas e os acrónimos cobrem vários campos de significação:

- i) bancos (ex.: BNC (Banco Nacional de Crédito Imobiliário), BES (Banco Espírito Santo), BNP (*Banque Nationale de Paris*));
- ii) bolsa de valores (ex.: IPO (*Initial Public Offering*), OPV (Oferta Pública de Venda), P/E (*Price Earnings*));
- iii) comunicação social (ex.: DN (Diário de Notícias), RDP (Rádio Difusão Portuguesa), Interfax (*International Information Group*));
- iv) economia (ex.: AGE (Assembleia Geral Extraordinária), CA (Conselho de Administração), CEO (*Chief Executive Officer*));

- v) empresas (nomes de empresas ligadas a uma grande diversidade de sectores, por exemplo: EDP (*Electricidade de Portugal*), BP (*British Petroleum*), Petrogal (*Petróleos de Portugal*); e termos específicos que surgem associados à designação das empresas, por exemplo: BC (*Business Consulting*), SA (*Sociedade Anónima*), SGPS (*Sociedade Gestora de Participações Sociais*));
- vi) finanças (ex.: IRC (*Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas*), IVA (*Imposto sobre o Valor Acrescentado*), VAB (*Valor Acrescentado Bruto*));
- vii) geografia (ex.: RU (*Reino Unido*), SP (*São Paulo*), TMG (*Tempo Médio de Greenwich*));
- viii) informática (ex.: CAD (*Computer Aided Design*), Internet (*International Network*), WWW (*World Wide Web*));
- ix) outras instituições (INE (*Instituto Nacional de Estatística*), Ipimar (*Instituto de Investigação das Pescas e do Mar*), MS (*Morgan Stanley*));
- x) telecomunicações (ex.: PCS (*Personal Communications Service*), TMT (*Tecnologias, Media e Telecomunicações ou Tecnológicas, Média e Telecoms*), UMTS (*Universal Mobile Telecommunication System*));
- xi) televisão (ex.: RTP (*Rádio Televisão Portuguesa, actualmente Rádio e Televisão de Portugal*), SIC (*Sociedade Independente de Comunicação*), TVI (*Televisão Independente*)).

A observação atenta destas e de outras unidades terminológicas reduzidas recolhidas nos *corpora* permitiu-nos verificar que estas se apresentam de formas diferentes: com ou sem ponto de separação, em maiúsculas ou minúsculas, em combinação com símbolos. A sua estrutura e pronúncia distintas, o género e número são outros dos aspectos que se prestam a discussão, com especial destaque para as siglas e os acrónimos.

1. O tratamento das siglas e acrónimos pelos dicionários e pela imprensa

A forma como os dicionários e a imprensa encaram as unidades terminológicas reduzidas revela-nos as preocupações subjacentes ao seu tratamento enquanto entradas num dicionário ou quando usadas no interior de um texto ou mesmo na

oralidade. Observemos alguns dos critérios considerados na sua apresentação e uso quotidiano.

Ellen T. Crowley e Robert C. Thomas (1970), autores do *Dicionário de Acrónimos e Siglas*, citado por GEHENOT (1975: 277), classificam as siglas por ordem alfabética, de acordo com uma série de regras:

- “1) *une lettre capitale précède une minuscule*
“A” précède “a” et “A.B.” précède “a.B.” et “a.b.”
- 2) *les sigles non ponctués précèdent les sigles ponctués*
“A” précède “a” et “A.”
- 3) *les sigles non séparés par un point précèdent ceux qui le sont par un ou plusieurs points*
- 4) *le point précède toute autre forme de ponctuation*
“A.B.” précède “A.-B.” et “A/B”.

À questão sobre o modo como se faz a apresentação de siglas homonímicas, isto é, de uma sigla que apresenta extensões diferentes, o *Ciberdúvidas* (www.ciberduvidas.com) acrescenta que se deve indicar a sequência de todas as palavras que formam as siglas segundo a sua ordem alfabética, incluindo as preposições.

No que se refere aos acrónimos, a sua apresentação como entrada num dicionário apresenta menores dificuldades que as manifestadas pelas siglas, dada a sua estrutura, semelhante a qualquer outra unidade lexical ou terminológica simples. Esta peculiaridade do acrónimo é justificada por GUILBERT (1975: 245-246) pelo facto de que *“le recours à l’acronymie traduit le besoin, inhérent à l’acte de communication, de ramener les formations lexicales composées à l’unité lexicale type du mot graphique soudé correspondant à un syntagme unique”*, e que reflecte o seu processo de formação e pronúncia específicos, *“cette tendance se manifeste sur le plan diachronique par le phénomène de l’effacement de la motivation étymologique de composition, qu’il s’accompagne de transformations phonétiques ou non”*.

A organização seguida pelos dicionários revela-se atenta aos principais aspectos em ocorrência na estrutura das siglas e acrónimos e que condicionam inevitavelmente a sua apresentação enquanto entradas num dicionário. Contudo, esta especificidade faz sentido num dicionário que se dedica exclusivamente ao tratamento das unidades

terminológicas reduzidas. Um dicionário de língua geral já fará uma selecção das unidades terminológicas reduzidas de uso mais frequente na escrita e oralidade, relegando para último plano as suas variantes em co-ocorrência com símbolos, entre outras, já que a preocupação destes dicionários é, como afirma o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia (2000: xvi), “facilitar ao leitor” o conhecimento da extensão das siglas e acrónimos de uso frequente “na comunicação hodierna oral e, sobretudo, escrita, em particular nos jornais, revistas e obras de divulgação” e que “que nem sempre aparecem aí decifradas”. Neste sentido, o dicionário inclui nas suas entradas os elementos “que funcionam, em geral, como nomes próprios:

- *siglas e acrónimos que designam invenções ou descobertas, associações, instituições, organismos, etc., nacionais e internacionais, de maior relevância, como, por exemplo, ACL, BCG, NATO, ONU, UNESCO, VAC;*
- *acrónimos, alguns provindos directamente, como tal, de outras línguas, que se lexicalizaram como nomes comuns, como laser, radar, sida, etc.”*

A posição adoptada pelo dicionário da Academia é a seguida pelos dicionários de referência da língua portuguesa, que começaram a reconhecer a importância da inclusão das unidades terminológicas reduzidas entre as entradas de um dicionário de língua geral.

A economia de espaço é uma prioridade para a imprensa, que faz um uso regular deste tipo de unidades terminológicas. Contudo, quando um grande número de pessoas recorre ao uso de siglas, acrónimos e abreviaturas, sem que para tal existam normas de uso instituídas, a multiplicidade de pontos de vista no tratamento das mesmas unidades terminológicas é inevitável, reflectindo-se na escrita sobre a forma de variantes, oscilações ortográficas e mesmo erros, fruto de um desconhecimento do uso correcto das mesmas.

Foi neste sentido que o jornal *Público* (www.publico.pt/nos/livro_estilo/21-siglas.html) sentiu a necessidade de criar uma lista de regras a seguir na utilização das siglas e acrónimos, que inclui numa rubrica denominada “Livro de Estilo”, onde se começa por admitir que “um texto cheio de siglas pode ser incompreensível para o leitor e assumir o ar de um rascunho. Mas num jornal, por razões de espaço, o uso de siglas é inevitável. Devem então ser usadas com parcimónia e respeitando algumas regras.

1. a) *Na sua primeira menção devem ser sempre descodificadas, excepto as que são presumivelmente conhecidas do leitor (EUA, ONU, URSS).*

b) *No caso em que há necessidade de descodificar várias siglas, isso não deve ser feito de uma só vez num único parágrafo, quase que obrigando o leitor a decorar as siglas para prosseguir a leitura, mas diluído nos parágrafos subsequentes, repetindo a designação por extenso até finalmente se passar a usar a sigla.*

2. *São escritas em maiúsculas, quando todas as letras corresponderem às iniciais das palavras que as compõem (UNITA — União Nacional para a Independência Total de Angola); apenas se escreve com maiúscula a letra correspondente ao primeiro nome, no caso de cada letra não "representar" uma palavra (Frelimo — Frente de Libertação de Moçambique), o que corresponde a um acrónimo.*

3. *São grafadas sem pontos: CIP, EMGFA, PCP.*

4. *Não fazem plural: as FAPLA, as ONG, as OT (Obrigações do Tesouro), os PALOP, as PME.*

5. *Apenas as instituições são passíveis de tradução através de siglas (PR designa a Presidência da República e não o Presidente da República; PGR corresponde a Procuradoria-Geral da República e não ao procurador-geral da República; MNE corresponde a Ministério dos Negócios Estrangeiros e não ao ministro dos Negócios Estrangeiros; PM não designa nada — primeiro-ministro escreve-se por extenso).*

6. *Analogamente os nomes próprios não formam siglas; se escritos por iniciais, deverão levar pontos (Paulo Portas= P.P. e não PP=Partido Popular).*

7. *Deverá evitar-se o recurso a siglas coincidentes com outras sobejamente conhecidas (CP=comissão política e CP= transportadora ferroviária nacional), a menos que o contexto impeça qualquer ambiguidade.*

8. *É possível formar siglas de designações gerais como PIB (produto interno bruto) e ONG (organizações não governamentais), por razões de espaço."*

Apesar da importância da existência de normas de uso das unidades terminológicas reduzidas na escrita, o *Público* não consegue resolver todas as dificuldades que aponta. A referência às siglas "*presumivelmente conhecidas do leitor*" é uma matéria polémica, o que é conhecido de uns não é de outros, o que um jornalista ou redactor

considera conhecido pelo seu público não é o mesmo que outro jornalista considera. A possibilidade das designações gerais poderem formar siglas, coloca-nos também a questão sobre o que se entende por designações gerais, uma vez que à partida tais decisões poderão assentar em critérios de subjectividade.

O *Público* não consegue também travar a proliferação do elevado número de oscilações gráficas no que concerne o uso de maiúsculas, de pontos de separação, de flexão de plural associados às siglas e acrónimos. Além disso, é muito frequente o uso da redução não só na designação de instituições mas também nos cargos proeminentes da sociedade. Uma pesquisa sobre o uso da sigla PR, que o *Público* afirma dever ser referida como "*Presidência da República*" e não como "*Presidente da República*", revela-nos que esta é vastamente usada para designar a função e não a instituição. MNE é frequentemente usada para referir a instituição, contudo também designa o cargo do Ministro dos Negócios Estrangeiros em alguns casos. PM, que segundo o *Público* "*não designa nada*", é usado com muita frequência para referir o cargo do Primeiro-Ministro.

A redução dos nomes próprios com recurso a pontos de separação, como aconselha o *Público*, é muito raramente usada, como nos confirma o *corpus* de trabalho que também parece apontar a resposta para tal comportamento. Os nomes próprios coincidem, muitas vezes, com o nome de uma empresa, pelo que JP Morgan contém as iniciais do nome próprio Jack Piermont Morgan, que deu nome à conhecida empresa.

Quanto à utilização das chamadas "*siglas coincidentes*", estas são já alvo de algum cuidado na sua referência. O que se observou nos textos do *corpus* de trabalho foi que a extensão da sigla, que comporta o seu uso mais frequente, é referida apenas algumas vezes em vários textos, enquanto a extensão com um uso reduzido é referida na sua primeira ocorrência num texto e depois usada na sua forma reduzida até ao fim desse mesmo texto, sem novas referências à extensão que designa.

Na sua abordagem à problemática do uso das siglas, KOCOUREK (1982: 162-63) declara que, as siglas "*sont des unités lexicales en partie différentes des autres unités lexicales; ils sont brachygraphiques, ils n'ont pas de marque graphique du pluriel, ils ne forment que rarement des dérivés, ils sont peu transparents*" e, adiante, "*même s'il est presque inconnu, le syntagme source est plus transparent, il n'est pas moins compréhensible que le sigle*", na medida em que cumprem a função de "*syntagmes*

explicatifs ou définissants". É por esse motivo que as siglas "*ont une vertu irrésistible aux spécialistes; ils atteignent une concision remarquable sans perdre quoi que ce soit de la précision sémantique du syntagme source*".

As preocupações de KOCOUREK vão de encontro aos pontos de vista que têm vindo a ser discutidos, reflectindo claramente as múltiplas questões surgidas em torno do uso das siglas e acrónimos e que continuam a ser alvo de discussão entre linguistas, especialistas e público em geral. O facto de tais aspectos figurarem mesmo entre as definições deste tipo de unidades terminológicas reduzidas justifica a importância da sua observação atenta.

2. A estrutura das siglas e dos acrónimos

A estrutura das siglas e acrónimos caracteriza-se por uma grande variabilidade no que se refere ao número de caracteres que as constituem. Uma constatação que à partida parece óbvia, remete-nos, no entanto, para importantes aspectos sobre o modo específico de funcionamento destas unidades terminológicas, onde grafia e pronúncia estabelecem uma relação indissociável.

Tomando como ponto de partida os dados apresentados na caracterização das unidades terminológicas reduzidas que constituem o *corpus* de trabalho, começemos por analisar, estatisticamente, a estrutura das categorias mais significativas: as siglas e os acrónimos, que perfazem um total de 245 unidades terminológicas reduzidas.

Assim, se atentarmos a estrutura das siglas e dos acrónimos presentes no *corpus*, em termos de número de caracteres, é possível observar o seguinte:

Estrutura	Exemplos	Número		%	
		Siglas	Acr.	Siglas	Acr.
2 caracteres	CE	33	0	28	0
3 caracteres	BPN	66	37	55	29
4 caracteres	OCDE	19	26	16	21
5 caracteres	CCCAM	1	22	1	18
6 caracteres	Nasdaq	0	15	0	12
7 caracteres	Euribor	0	5	0	4
8 caracteres	IBOVESPA	0	10	0	8
9 caracteres	Petrobras	0	4	0	3
10 caracteres	SINORQUIFA	0	3	0	2
+ de 10 caracteres	Hidrocantábrico	0	4	0	3
Total		119	126	100%	100%

Figura 4

Como podemos constatar, a estrutura de 2, 3 e 4 caracteres representa a grande maioria das siglas no *corpus*, 99% do total, sendo que mais de 50% das siglas são constituídas por 3 caracteres. Os acrónimos registam uma maior incidência sobre a estrutura de 3 a 5 caracteres, 68% do total, manifestando, à semelhança das siglas, uma percentagem maior sobre a estrutura de 3 caracteres. Assim, podemos concluir que estamos perante acrónimos sempre que temos estruturas superiores a 2 caracteres, enquanto as siglas ocorrem num nível inferior, até 4 caracteres e muito raramente 5. Assim, uma estrutura de 2 caracteres corresponderá a uma sigla, enquanto uma estrutura de 6 ou mais caracteres constituirá um acrónimo. De facto, quanto maior a extensão da unidade terminológica, maior a dificuldade de a pronunciar letra a letra. Tais considerações ajudam, sem dúvida, a clarificar os conceitos de sigla e acrónimo.

Se considerarmos estas unidades terminológicas como um todo, concluímos finalmente que a estrutura média das siglas e dos acrónimos oscila entre os 3 e os 4 caracteres, o que vai de encontro aos estudos levados a cabo por GERMAIN e LAPIERRE (1988), KOCOUREK (1982) e CALVET (1980), denunciando uma relativa estabilidade do fenómeno em questão. Mas, como explicar este tipo de estabilidade entre as siglas e os acrónimos?

Apesar de não fazer a distinção entre os conceitos de abreviatura e de sigla, considerando possíveis as estruturas de um carácter para as siglas, e ao entender o acrónimo como parte integrante das siglas, CALVET (1980: 21-23) justifica de forma plausível a recorrência desta estabilidade:

- i) as possibilidades de criação sem homonímia das estruturas de 2 caracteres são limitadas, dado a combinação entre os caracteres se esgotar rapidamente. Assim sendo, *“l’information apportée par (...) deux lettres est insuffisante pour assurer la communication écrite”*;
- ii) a facilidade de memorização, *“un sigle long (de 7 ou 8 lettres) est (...) plus difficile à retenir qu’un sigle court (de 3 ou 4 lettres)”*, aspecto indissociável da pronúncia;
- iii) a importância da economia e da frequência da sigla ou do acrónimo, esta última motivada pelo grau de necessidade/utilidade da unidade terminológica para os falantes, e, por outro lado, o *“degré de solidarité des éléments d’un groupe siglable”*.

Para finalizar, detenhamo-nos nos processos de formação específicos dos acrónimos, traço indissociável da definição do termo como já demonstrámos no capítulo I.

A este propósito, GUILBERT (1975: 246) afirma que a acronímia é um processo consciente de sintetização, que envolve *“dans l’opération de synthèse une troncation calculée des composants destinés à entrer dans le segment phonique unique”*, apresentando em seguida três tipos diferentes de formação de acrónimos:

- i) *“un premier type consiste dans la réduction du premier composant, le second subsistant dans son intégralité: hebdomigrant < hebdo(madaire) et migrant, alcootest < alcool et test, télébenne < télé(phérique) et benne, musicassette < musique + cassette”*;
- ii) *“un second type résulte de la troncation du second composant dont le moignon se soude au premier demeuré intact: autogramme < auto et (télé)gramme, vidéophone < vidéo et (télé)phone”*;
- iii) *“le troisième type provient d’une réduction concomittante de chacun des composants: eurovision < euro(péenne) et (télé)vision, technétronique < tech(nologie) et (élec)tronique, franglais < fran(çais) et (an)glais”*.

Ao procurarmos no *corpus* os casos que pudessem corresponder a cada um destes modos de formação, verificamos o seguinte:

- i) encontram-se alguns casos que correspondem ao primeiro tipo (Citigroup - *Citizens Group*, Rodonorte - Rodoviária do Norte);
- ii) não encontramos qualquer ocorrência de acrónimos pertencentes ao segundo tipo;
- iii) o terceiro tipo é muito raro, registando um único caso (Iberpistas - *Ibérica de Autopistas, S.A.*).

A baixa ocorrência destes três tipos de processos de formação, indica-nos a existência de outros processos que GUILBERT não menciona e que são predominantes na acronímia. Na verdade, o autor mostra-se exclusivamente preocupado com os casos de acronímia que implicam truncação.

Um dos processos mais frequentes no *corpus* são os casos de acrónimos cuja formação é idêntica à das siglas, em que cada letra corresponde à inicial dos elementos que constitui a extensão, mas cuja pronúncia é silábica:

Acesa – *Autopistas, Concesionaria Española S.A.*

CIL – *Cartera Inversiones Lusitânia*

Destacam-se ainda os acrónimos formados pela truncação do final dos componentes:

Amro – *Amsterdam-Rotterdam*

Capex – *Capital Expenditure*

Para além destes processos, ocorrem outros ainda que combinam iniciais com a truncação:

Amgen – *Applied Molecular Genetics*

Banif – *Banco Internacional do Funchal*

É possível constatar que os processos de formação de acrónimos são muito mais abrangentes, apresentando uma multiplicidade de facetas que envolvem a truncação, que a rejeitam ou que apresentam uma grande variedade de combinações. Vejamos, a título de exemplo:

- DAX – *Deutscher Aktienindex* (sequência formada pela inicial do primeiro constituinte + inicial e letra final do segundo constituinte);
- MIBTEL – *Milano Borsa Telematico* (sequência constituída pela sílaba inicial do primeiro constituinte + inicial do segundo cosntituente + sílaba inicial e primeira letra da segunda sílaba do terceiro constituinte);
- Sonae – *Sociedade Nacional de Estratificados* (sequência constituída pelas sílabas iniciais dos dois primeiros constituintes + inicial do terceiro constituinte).

Estamos assim em posição de concluir que os processos de formação dos acrónimos são múltiplos porque as possibilidades de combinação das unidades terminológicas simples são ilimitadas, a tal ponto que na sua formação podem entrar caracteres que não fazem parte da extensão do acrónimo:

- SINORQUIFA – Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Norte
- Ipimar – Instituto de investigação das pescas e do mar (a conjunção copulativa exerce um papel importante, na medida em que a vogal <i> é adoptada por comodidade de pronúncia)

Anteriormente, já RODRÍGUEZ GONZÁLEZ (1993: 275) havia reconhecido esta particularidade da formação dos acrónimos: *“the coining of an acronym form does not follow fixed rules with regard to the choice of the initials. Every element of the base syntagm can be symbolized by way of a letter, syllable or segment, or it may not even be represented in any feasible way. Confronted with the selection of such diverse methods, users at times coin two or more forms almost simultaneously”*.

Muito frequentemente, perde-se a noção da parte dos elementos da extensão a que corresponde o acrónimo, uma vez que os caracteres são coincidentes num e noutro elemento das unidades terminológicas que são alvo de redução:

- ISTAT – *Istituto Nazionale di Statistica* (o segundo e terceiro caracteres do acrónimo ocorrem no primeiro e terceiro componentes da extensão)
- PREC – *Processo Revolucionário em Curso* (o terceiro carácter do acrónimo poderá ser parte do segundo ou do terceiro elemento da extensão)

Na verdade, a preocupação principal subjacente à formação do acrónimo é a facilidade de pronúncia, não se mostrando importante o esclarecimento do processo de formação que esteve na sua origem. GUILBERT (1975: 247) confirma-o: *“le point de jonction phonétique est recherché pour que la voyelle de la syllabe de fusion soit commune au premier et au second composant et les rende ainsi plus perceptibles l'un et l'autre”*, concluindo que *“l'acte initial de création de la relation entre les deux composants de base est de caractère syntagmatique et l'acte de troncation vise à maintenir la perception de la relation de composition”*. Retomaremos adiante esta discussão quando nos debruçarmos sobre a prosódia das unidades terminológicas reduzidas.

3. O princípio da economia

A estrutura das siglas é regida pelo princípio de economia – uma letra corresponde a cada uma das unidades terminológicas que são alvo de redução, segundo os preceitos subjacentes à evolução de qualquer sistema linguístico: *“la loi du moindre effort (qui pousse à raccourcir) et la nécessité de se faire comprendre (qui pousse à conserver)”* (CALVET 1980: 27).

O modo como as línguas lidam com o princípio da economia é, no entanto, diverso. Como observa GEHENOT (1975: 288), existem algumas diferenças a nível morfológico e sintático de língua para língua: *“les langues flexionnelles et celles où la composition se fait sans l'aide de prépositions peuvent abréger plus facilement tous les éléments de leurs expressions composées. En revanche, les langues romanes, où prolifèrent les mots-outils, doivent très souvent les exclure de leurs abréviations. La tendance actuelle à toutes les langues est de limiter le nombre de mots vides, et même de les éliminer complètement”*. Podemos apresentar como exemplos os seguintes, que ocorrem no *corpus* de trabalho:

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

TPI – Tecnologia e Produtos Industriais

E que funciona também com os acrónimos:

CIMPOR – Cimentos de Portugal

OPA – Oferta Pública de Aquisição

Apesar desta ser uma grande tendência das unidades lexicais ou terminológicas reduzidas, encontramos porém alguns casos que não rejeitam as palavras funcionais e, apenas em casos muito excepcionais encontramos uma palavra funcional a ocorrer em contexto de sigla:

DPA – Dividendo Por Acção

EDP – Electricidade De Portugal

A economia e a facilidade de comunicação actuam ainda a nível da palavra, podendo suceder casos de omissão de uma ou várias palavras da extensão na estrutura da unidade terminológica reduzida:

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas

SAP – Sistemas, Aplicações e Produtos Informáticos

Em alguns dos casos, quando a inicial das unidades terminológicas reduzidas coincide com a unidade terminológica que se lhe segue, uma das iniciais é excluída da sua estrutura:

EMU – *European Economic and Monetary Union*

Ipimar – Instituto de Investigação das Pescas e do Mar

Existem ainda ocorrências de unidades terminológicas reduzidas que excluem umas unidades funcionais mas incluem outras:

ICEP – Investimento, Comércio e Turismo de Portugal

A observação dos diferentes exemplos leva-nos a concluir que, no que se refere sobretudo às unidades terminológicas reduzidas que designam empresas, o critério da eufonia é prioritário ao princípio de economia. Assim, “Sociedade Anónima”, sequência normalmente excluída da estrutura da unidade terminológica reduzida, pode ser considerada na estrutura da sigla ou do acrónimo se esta facilitar a sua pronúncia:

Endesa – *Empresa Nacional De Electricidad Sociedad Anónima*

No entanto, é frequente a inclusão das iniciais que apelam a referências comerciais após a unidade terminológica reduzida que designa o nome da empresa:

SLN SGPS – Sociedade Lusa de Negócios, Sociedade Gestora de Participações Sociais

SonaeCom – Sociedade Nacional de Estratificados Comercial

Há casos ainda de inversão de letras a servir propósitos de pronúncia, outras vezes é a pronúncia que determina a grafia pela substituição ou acrescento de letras. Por exemplo, *Footsie*, a variante acronímica de FTSE (*Finantial Times Stock Exchange*), sigla com a qual co-ocorre, apela à facilidade de pronúncia da sigla transformando-a num acrónimo.

GERMAIN e LAPIERRE (1988) já se haviam deparado com casos semelhantes que, no seu *corpus* de estudo, apontam para uma percentagem de 90% de siglas, cujos elementos funcionais (artigos, preposições e conjunções) são omitidos por razões de ordem económica e/ou fonética. Sempre que tais elementos ocorrem na formação de unidades lexicais ou terminológicas reduzidas, estes são motivados pela fonética com o intuito de tornar as siglas pronunciáveis, situando-nos assim no campo dos acrónimos.

CAPÍTULO IV

Da Escrita à Oralidade: a Evolução das Unidades Terminológicas Reduzidas

CAPÍTULO IV – Da Escrita à Oralidade: a Evolução das Unidades Terminológicas Reduzidas

1. A evolução

1.1. O uso do ponto de separação

Uma das grandes questões em torno das unidades terminológicas reduzidas refere-se ao uso do ponto de separação entre os caracteres que as constituem, uma vez que não existe nenhuma regra específica que o explique. Como tal, apenas a observação atenta do seu uso nos permitirá retirar algumas conclusões sobre o assunto.

As abreviaturas latinas eram acompanhadas de um ponto, por vezes substituído pela última letra da abreviatura em posição mais elevada e em formato menor em relação à letra imediatamente anterior. Actualmente, o ponto deverá seguir, em regra, cada letra da sigla, apesar de cada vez mais ter tendência a desaparecer.

No *corpus* são poucos os casos de unidades terminológicas que incluem o ponto de separação na sua estrutura:

- i) nomes de empresas que coincidem com nomes próprios (*J. P. Morgan* (*Jack Piermont Morgan*), que se apresenta como variante de *JP Morgan*, registando esta última maior número de ocorrências; *L. J. Carregosa* (*Lourenço Joaquim Carregosa*); *T.D.P.* (*Teixeira Duarte Portugal*));
- ii) o termo económico p.p. (pontos percentuais);
- iii) as abreviaturas, que incluem os pontos usados em informática, utilizados à esquerda da abreviatura (.com; .pt).

Todas as restantes ocorrências de siglas ou acrónimos apresentam-se sem qualquer ponto de separação. Quanto às abreviaturas, mesmo neste contexto, verifica-se a tendência para a perda do ponto, ausente sempre que a unidade terminológica se refere a uma sequência usada quer na escrita quer na oralidade (por exemplo, *Telecom*).

Os dados fornecidos pelo *corpus* permitem-nos assim concluir que, a sigla é muito raramente seguida do ponto de separação entre as suas letras constituintes. Contudo, é-nos também possível observar entre os exemplos apresentados, que o uso de pontos se estende apenas às siglas e nunca aos acrónimos. Como explicar esta tendência?

À partida, a justificação é óbvia, precisamente porque um dos traços que distingue os conceitos de sigla e de acrónimo é o facto destes últimos se pronunciarem silabicamente, como se se tratassem de unidades terminológicas simples. O *Prontuário da Língua Portuguesa* de Manuel dos Santos Alves, citado pelo *Ciberdúvidas* (www.ciberduvidas.com), confirma-o: “antigamente, costumavam-se escrever as siglas com pontos depois de cada letra. Actualmente, não. E há certa vantagem nisto, porque algumas das siglas se constituíram em palavras”. O *Ciberdúvidas* alerta, contudo, para a importância do uso dos pontos “no conjunto de maiúsculas que representam um nome próprio (...) ou nas abreviaturas (...). Nas siglas, modernamente são dispensados os pontos (...), tanto mais que nalgumas siglas existe já a tendência para se transformarem em acrónimos”.

A este respeito, GEHENOT (1975: 285) conclui também que, já na década de 70, parecia existir uma certa tendência para a “*généralisation de la suppression du point, ce qui satisfait probablement à des désirs de simplification et d'esthétique. D'autre part, cette tendance est accentuée par le recours de plus en plus fréquent à des procédés acronymiques*”. Mais adiante, o autor afirma que “*en règle générale, on suit l'usage consacré par la pratique: l'écriture sans point, surtout quand il s'agit d'institutions ou d'organismes qui par leur ancienneté ou leur importance sont très connus. Dans ce cas, tout le monde accepte le sigle comme un concept en soi*”, ignorando já a extensão para que elas remetem. Por fim, “*étant donné la tendance moderne de tout faire rapidement, l'emploi du sigle se généralise jusqu'à être accepté sans point dans des cercles de plus en plus grands, c'est-à-dire comme un mot indépendant*” (1975: 287).

GEHENOT confirma ainda que podemos observar não raramente o emprego simultâneo de uma mesma sigla/acrónimo com e sem pontos no interior de um mesmo texto, e que parece haver uma maior probabilidade para a ocorrência sigla/acrónimo seguida de ponto nos títulos e, sem ponto, no interior do texto. Esta última afirmação parece-nos contudo bastante discutível à luz da actualidade e do *corpus* que

constituímos, parecendo apontar no sentido de uma marca de evolução diacrónica no que concerne o uso de pontos com siglas e acrónimos.

Para concluir, uma função importante está subjacente ao uso ou ausência dos pontos que se encontra directamente relacionado com a sua pronúncia, como reconhece DELACHERIE (1997-98: 13), "*les points n'ont qu'un intérêt phonologique. Ils permettent de savoir si le sigle doit être lu ou épelé*". Mas, com a tendência para o desaparecimento dos pontos, que decisão tomar? Retomaremos esta discussão mais adiante.

1.2. O emprego das maiúsculas

Uma outra característica específica das unidades terminológicas reduzidas é o emprego das maiúsculas, aspecto que tem vindo igualmente a ser alvo de grandes discussões, dadas as suas capacidades de combinação com minúsculas.

As unidades terminológicas reduzidas que fazem parte do *corpus*, permitem-nos observar os seguintes padrões de ocorrências:

- i) estruturas constituídas exclusivamente por maiúsculas: a) todas as siglas, à excepção de uma, são constituídas por maiúsculas na sua totalidade; b) 47% dos acrónimos apresentam uma estrutura composta por maiúsculas, na sua maioria referentes aos casos em que cada uma das iniciais corresponde a cada um dos elementos da sua extensão (ex.: IDE (Investimento Directo Estrangeiro));
- ii) estruturas maiúscula inicial + minúsculas: 40% dos acrónimos, destacando-se duas unidades terminológicas que apresentam duas variantes compostas somente por minúsculas (Euribor / euribor (*Euro Interbank Offered Rate*); Internet / internet (*International Network*), cuja estrutura em minúsculas aparece integrada numa unidade terminológica complexa a exercer a função de adjectivo: "modelos internet e intranet");
- iii) estruturas duplas, isto é, que apresentam duas variantes para uma mesma unidade terminológica reduzida segundo as estruturas i) e ii): 8% dos acrónimos, sendo que a estrutura ii) regista um número inferior de ocorrências, com excepção para Nasdaq (*National Association of Securities*

- Dealers Automated Quotation System*), que regista um número superior de ocorrências face a NASDAQ;
- iv) estruturas que combinam de diversas formas maiúsculas e minúsculas: 5% dos acrónimos (ex.: EnBW (*Energie Baden-Württemberg*)).

Podemos, por fim, comprovar que as estruturas constituídas por minúsculas são exclusivas dos acrónimos. Consequentemente, sempre que nos confrontarmos com unidades terminológicas reduzidas cuja vertente escrita se assemelhe a uma unidade terminológica simples, estamos inequivocamente perante um acrónimo. Por outro lado, as maiúsculas permitem distinguir as siglas, e alguns acrónimos de pronúncia silábica, das unidades lexicais ou terminológicas simples.

Este é um processo muito recorrente, dada a facilidade que determinadas unidades terminológicas reduzidas – os acrónimos, mostram ao integrar-se na língua como unidades terminológicas simples e com elas se confundindo. Podemos verificá-lo nos dicionários de língua ao encontrarmos entradas como laser (*Light Amplification by Stimulation Emission of Radiation*), radar (*Radio Detection and Ranging*), sida (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) ou ovni (Objecto Voador Não Identificado), das quais já se perdeu, quase por completo, a consciência da sua origem acronímica.

1.3. A prosódia

A prosódia é outro ponto que move as discussões sobre siglas e acrónimos. Até aqui, já vimos que a sigla, separada ou não por pontos, é pronunciada letra a letra ao passo que o acrónimo se pronuncia silabicamente, como uma unidade lexical ou terminológica simples. O critério de escolha da pronúncia parece ser óbvio. Em geral:

- i) a pronúncia faz-se letra a letra em sequências consonânticas (CGD – Caixa Geral de Depósitos) ou maioritariamente consonânticas (UTL – União de Transportes e Limpezas, LDA.);
- ii) a pronúncia é silábica em sequências com combinações de consoantes com vogais ou vice-versa, que coincidem com sequências pronunciáveis no sistema linguístico (ex.: MIBEL – Mercado Ibérico de Electricidade, INIA – Instituto Nacional de Investigação Agrária, NEC – *Nippon Electric Company*).

Também CALVET (1980: 36), para quem *“l’utilisation orale du sigle est rarement absente de la pensée de ses créateurs”*, defende esta posição, reconhecendo o que já anteriormente observámos sobre a importância que a prosódia exerce sobre o modo de formação dos acrónimos, unidades terminológicas reduzidas que se caracterizam pela sua estrutura longa face às siglas. Neste sentido, CALVET (1980: 37) confirma que *“un sigle de trois lettres peut être formé uniquement de consonnes sans grands problèmes de prononciation: on prononcera les lettres une à une. Mais la chose est plus difficile pour un sigle de huit lettres, et (...) plus un sigle est long, plus il a de chances d’être prononcé comme un mot (...) Une suite de trois consonnes dans un sigle long rend évidemment difficile une prononciation du type U.N.E.S.C.O., ce pourquoi on trouve dans ces sigles un procédé consistant à réinsérer entre deux consonnes une voyelle non initiale, celle qui suit la consonne dans la source, afin de faciliter la prononciation”*. Assim se explicam formações do tipo :

MEFF – Mercado Futures Financier

Tafisa – Tableros de Fibras, SA

A fim de comprovar as suas afirmações, CALVET (1980: 49) levou a cabo um estudo assente na relação entre a estrutura das unidades terminológicas reduzidas e a sua pronúncia, concluindo que é incontestável *“la tendance de la langue écrite à privilégier les sigles de trois lettres”* aspecto esse que *“se trouve confirmée et largement amplifiée par la langue parlée”*. Por outro lado, a recusa por uma pronúncia silábica encontra-se dependente de dois importantes factores: *“la langue parlée (...) ne prononcerait les sigles comme un mot que dans la mesure où cette prononciation n’entraînerait ni homonymie ni vocable de consonance inhabituelle, c’est-à-dire dans la mesure où le sigle emprunté à la langue écrite peut être sans problème, avec cette prononciation, intégré au système de la langue parlée, à sa structure phonologique et à son organisation lexicale”* (1975: 52). Esta posição encontra-se largamente difundida em outros estudos feitos sobre o carácter prosódico das siglas e acrónimos.

A melhor estratégia de leitura das unidades terminológicas reduzidas, segundo YVON (1994: 164-165), é aquela que permite ao leitor reconhecer ou aplicar à sua forma gráfica as regras de pronúncia, entre as possibilidades que o sistema fonológico da língua lhe oferece. Por fim, conclui que a realização oral de uma sigla ou acrónimo *“résulte d’un processus de sélection d’une (ou de plusieurs) chaîne(s) phonétique(s) parmi la liste de toutes les oralisations possibles, cette sélection s’effectuant par une*

série de compromis complexes entre des contraintes de natures différentes, parmi lesquelles l'informativité de la forme produite semble jouer un rôle non négligeable”.

DIAMOND (1994: 128) que se debruçou sobre a pronúncia das unidades terminológicas reduzidas em inglês corrobora as conclusões a que chegou CALVET, mas vai mais longe. Para o autor, a escolha entre pronúncia letra a letra ou silábica depende de *“facteurs sémantiques et historiques, de contraintes formelles basées sur la forme phonologique d'un acronyme potentiel et sur la forme graphique d'un sigle”*, confirmando-se uma vez mais o facto de estrutura e pronúncia serem aspectos indissociáveis entre siglas e acrónimos. Consequentemente, DIAMOND (1994: 128) constata que: *“l'oralisation par lecture s'avère impossible pour un sigle de deux lettres, un sigle syllabable de trois lettres peut indifféremment être épelé ou lu, et un de quatre lettres ou plus sera presque certainement lu s'il n'y a pas d'autres facteurs qui l'en empêchent”*, conclusões que vão de encontro à reflexão que realizámos anteriormente sobre a estrutura das unidades terminológicas reduzidas.

Neste conjunto de unidades terminológicas reduzidas que possuem a capacidade de ser lidas como uma palavra, HUMBLEY e CANDEL (1994: 151) verificam que as sequências mais produtivas são *“VCVC (...) les plus prometteurs en matière de lecture”*. Entre este grupo, os autores destacam ainda outras sequências que revelam índices elevados de frequência, *“groupes candidats à la lecture, en y intégrant notamment les sigles en CVCV, CCVVC, CVCCV, CVCVC et VCCVC”*.

O número de caracteres propostos corresponde aos mais produtivos no que respeita a estrutura dos acrónimos, no entanto as sequências apresentadas não parecem registar elevados índices no *corpus* em português. Tais resultados são, contudo, importantes, na medida em que reflectem o que se concluiu acerca da estrutura dos acrónimos. Quanto maiores as possibilidades combinatórias a nível da sua estrutura, maiores as possibilidades de criação de uma infinidade de sequências pronunciáveis.

Por outro lado, a fronteira que se estabelece entre as pronúncias alfabética e silábica não é tão clara quanto parece à primeira vista. Vejamos como se pronuncia a sequência POE (Programa Operacional da Economia), alfabeticamente, silabicamente ou ambas?

Esta é, de facto, uma questão que se estende a outras línguas e para a qual não existe uma resposta concreta. Como explicar, no inglês, que YMCA se pronuncia

alfabeticamente, quando se poderia pronunciar silabicamente sem qualquer dificuldade? Ou, no francês, como explicar que a sigla ONU se pode, e é pronunciada, de ambas as formas? Para esta última questão, LERAT (1995: 58) justifica a ocorrência pelo facto de que *“les initiales pouvant être soit vocaliques soit consonantiques, dans le premier cas elles constituent des syllabes ou sont des supports de syllabes. Ainsi s’explique un usage non unifié pour un mot comme ONU: tantôt l’épellation (à laquelle incite la graphie O.N.U.), tantôt la lecture syllabique (favorisée par la graphie ONU)”*.

A dificuldade de classificação desta especificidade das unidades terminológicas reduzidas, que torna impossível uma distinção sigla/acrónimo baseada em parâmetros de pronúncia, levou-nos à criação de um novo grupo de unidades terminológicas reduzidas, que designámos de *siglas ou acrónimos*, categoria já apresentada no capítulo II, momento em que procedemos à caracterização das unidades terminológicas reduzidas do *corpus*.

GEHENOT (1975: 284) alerta também para o facto de determinados acrónimos adquirirem letras ou sons “invisíveis” na sua forma escrita e que os tornam pronunciáveis como meras unidades lexicais ou terminológicas. A título de exemplo, indica SNCC (*Student National Coordinating Committee*) que se pronuncia como [snik]. No *corpus* não registámos qualquer ocorrência desta índole, o que poderá ser um indicador de que este é um processo não muito frequente, pelo menos em português. Precisáramos, no entanto, de um *corpus* mais vasto e alargado a outros domínios para o podermos comprovar. Verificamos, contudo, e como já referimos anteriormente, o caso de uma sigla de origem inglesa que revela uma forte tendência para a acronímia:

FTSE - *Finantial Times Stock Exchange*, conhecido por *The Fointsie*.

Trata-se, sem dúvida, de casos em que a pronúncia exerce influência sobre a forma escrita da unidade terminológica.

1.4. Níveis de evolução das unidades terminológicas reduzidas

A escolha, evolução e implementação das siglas e acrónimos numa língua é o resultado de um conjunto de características linguísticas, económicas ou políticas. Neste sentido, as unidades terminológicas reduzidas têm vindo a atravessar diferentes processos de evolução ao longo dos tempos, acompanhando as necessidades dos sistemas linguísticos, determinadas pelo ritmo da sociedade contemporânea. Para que possamos ter noção desta evolução, é de extrema importância a fixação destas unidades terminológicas reduzidas e sua extensão, papel esse assumido pelos bancos de termos.

Um dos casos mais claros, que nos permite observar a evolução por que passaram as unidades terminológicas reduzidas, refere-se ao uso do ponto e das maiúsculas, como vimos anteriormente. Vejamos as mudanças que sofreram, por exemplo, as designações das conhecidas organizações internacionais:

- i) U.N.E.S.C.O. → UNESCO → Unesco
- ii) O.N.U. → ONU → Onu

Como podemos verificar, estamos perante três tipos de evolução: o uso das maiúsculas com os pontos de separação, a perda dos pontos e, finalmente, a substituição das maiúsculas por minúsculas, mantendo-se apenas a maiúscula inicial. Assim, a tendência demonstrada pelas unidades terminológicas que se encontram na primeira ou segunda etapa de evolução é para, mais tarde ou mais cedo, saltar para a etapa seguinte. O *corpus* confirma-nos esta tendência:

- i) as unidades terminológicas reduzidas apresentam-se na sua grande maioria em maiúsculas, sendo que os casos de ocorrência de minúsculas acontecem quando nos encontramos no campo dos acrónimos;
- ii) as siglas apresentam-se quase sempre em maiúsculas e sem pontos, salvo raras exceções.

A etapa final da evolução culmina com a eliminação total das maiúsculas, momento em que o acrónimo adquire a forma e pronúncia de qualquer outra unidade lexical ou

terminológica simples. Quando tal sucede, é permitido ao acrónimo figurar como entrada no corpo de um dicionário, onde é classificado como substantivo, perdendo-se gradualmente a consciência da sua origem. Esta evolução traduz, segundo os vários autores, um nível avançado de integração lexical.

Após tais conjecturas, observemos os diferentes pontos de vista no que respeita às etapas de evolução das siglas até se tornarem acrónimos.

GUILBERT (1975: 275) admite um nível de evolução fonético, assente na tendência da passagem de uma pronúncia letra a letra para uma pronúncia silábica, que vai de encontro às diferentes etapas de evolução das unidades terminológicas reduzidas: *“sur le plan phonétique, on est passé de l'habitude de prononcer les lettres une à une à l'habitude de prononcer l'ensemble en syllabes (...) La même mutation s'opère encore souvent à partir d'un nouveau sigle, d'abord prononcé lettriquement, et ensuite syllabiquement; l'adoption de l'une ou l'autre forme peut correspondre à des connotations diverses de familiarité ou de distanciation”*. Conclui-se assim, que a série de evoluções por que passam as unidades terminológicas não é apenas gráfica mas também prosódica.

Por outro lado, CALVET (1980 : 41) apresenta uma perspectiva dicotómica para os fenómenos de evolução das siglas e dos acrónimos, assente na relação escrita / oralidade: *“le sigle est (...) créé par la langue écrite et pour elle pourrions-nous dire puisqu'il y trouve une utilisation immédiate. Mais ce stade graphique a une contrepartie phonique: le sigle est aussi utilisé par la langue parlée”*. Adiante, o autor vem a reconhecer as diferenças que ambos os sistemas mantêm: *“l'économie en langue écrite est dynamique, elle pousse au changement, l'économie en langue parlée est sélective, elle pousse au choix dans les changements proposés par la langue écrite”*. É por esta razão que o número de siglas criadas é muito elevado, mas muito reduzido o número de unidades terminológicas que alcançam o último patamar de evolução.

Atenta aos processos de evolução das unidades terminológicas reduzidas, PERCEBOIS (2001: 636) levou a cabo um interessante estudo em que observou as variações sincrónicas e diacrónicas operadas na transcrição de siglas, nomeadamente no que respeita à sua apresentação em maiúsculas ou minúsculas, com ou sem o uso de pontuação. As conclusões a que chegou vão de encontro ao que observámos no corpus. Em regra, a apresentação das siglas e acrónimos sofre uma evolução diacrónica que consiste em *“un sigle commence par s'écrire avec des capitales*

séparées par des points. Ensuite, par étapes successives, ces points disparaissent et des capitales ne subsiste que l'initiale (...). Enfin, à l'exception des sigles ou acronymes noms propres, si leur usage s'intensifie, ils pourront finir par s'écrire totalement en minuscules, et, forme ultime de la lexicalisation, devenir un mot comme un autre qu'il faudra accorder (un laser, des lasers, un radar, des radars) et servir de base de dérivation". A autora refere-se evidentemente aos dicionários de língua geral. Os acrónimos com a função de nome próprio podem também figurar como entradas num dicionário, caso se trate de um dicionário de unidades terminológicas reduzidas ou de um dicionário terminológico. Esta etapa última de evolução sente-se, sobretudo, quando começam a surgir oscilações gráficas na representação de uma mesma unidade terminológica reduzida.

A escolha das siglas e acrónimos pode sujeitar-se igualmente a variações sincrónicas, onde os níveis de língua assumem lugar de destaque. Neste contexto, a selecção das unidades lexicais ou terminológicas reduzidas é, segundo PERCEBOIS (2001), fortemente determinada pelas origens sócio-culturais dos locutores, por exemplo pela sua pertença a um determinado grupo sócio-profissional.

Quando implementadas no interior de um sistema linguístico, a aceitação de cada uma das unidades terminológicas reduzidas encontra-se directamente dependente do nível cultural dos locutores. Outras características, como o aspecto lúdico, a sedução, o objectivo de despertar a atenção a nível internacional, confirmam a fácil integração de siglas e acrónimos numa língua. Para isso, as unidades terminológicas reduzidas deverão ser *"faciles à retenir, attirant[e]s et parlant[e]s"*. Por outro lado, *"si une partie au moins de l'acronyme peut donner une idée de ce qu'il représente ou de son contexte d'implantation, l'usage et la mémorisation en sont facilités"* (PERCEBOIS 2001: 640).

Por fim, PERCEBOIS (2001: 641) reconhece a lexicalização como a consequência do sucesso de implementação de uma sigla ou acrónimo numa língua, entendendo-se por lexicalização o processo através do qual uma unidade lexical ou terminológica reduzida entra no sistema linguístico e passa a ser utilizada como uma unidade lexical simples. Para fundamentar o seu ponto de vista, a autora afirma que *"la lexicalisation marque la coupure sémantique entre le sigle et sa source"*, conforme às afirmações de CALVET (1980: 119), *"le sigle est en cela intégré au système sémiologique plus large qu'est la langue. Il n'est plus une abréviation, renvoyant sans arrêt à son origine, il est une unité du système"*. Por conseguinte, as siglas e os acrónimos vão-se juntar às

unidades lexicais ou terminológicas simples, *"la marque du pluriel étant le premier signe de cette évolution"*.

Para concluir, estamos finalmente em posição de apresentar as etapas de evolução que as unidades terminológicas reduzidas têm vindo a sofrer ao longo dos tempos, a partir de um exemplo que já fez a sua evolução completa:

- i) extensão (ex.: Objecto Voador Não Identificado)
- ii) sigla com maiúsculas e pontos (ex.: O.V.N.I.)
- iii) sigla/acrónimo constituído exclusivamente por maiúsculas (ex.: OVNI)
- iv) acrónimo com maiúscula inicial seguido de minúsculas (ex.: Ovni)
- v) acrónimo constituído apenas por minúsculas, que se confunde com as unidades lexicais ou terminológicas simples (ex.: ovni)

São estes os diferentes níveis de evolução que possibilitam a passagem de uma sigla a acrónimo e, em última instância, a uma unidade terminológica simples perfeitamente integrada no sistema linguístico.

2. As consequências

2.1. Mudanças e alterações das extensões

A capacidade de evolução que as unidades terminológicas reduzidas demonstram alarga-se à extensão que as designa, numa relação em que a unidade terminológica reduzida pode mudar ou manter-se inalterada de acordo com dois aspectos:

- i) a mudança de forma da extensão, em que nem o sentido nem a unidade terminológica de base sofrem alteração;
- ii) a alteração do sentido da extensão que, na maioria das vezes, é responsável pela mudança da unidade terminológica original que até aí o designava.

O termo extensão, como o temos vindo a utilizar, designa a unidade terminológica complexa que corresponde à totalidade das partes que constituem a unidade terminológica reduzida. Contudo, cada autor parece usar a sua terminologia própria

para se referir a esta realidade: fonte, desenvolvimento, unidade terminológica plena ou sintagma pleno, sintagma de designação, sintema descontínuo, entre outros.

CALVET (1980: 32) observou a evolução diacrónica do uso da unidade terminológica reduzida em paralelo com a extensão e chegou à seguinte conclusão: *“les sigles les plus anciens (...) sont apparus des années après leur source alors qu’aujourd’hui le sigle apparaît le plus souvent en même temps que sa source”*.

O conhecimento e uso correcto da sigla está dependente de múltiplos factores, que passam pela faixa etária, nível de escolaridade, profissão, pertença a um grupo social e espaço geográfico em que os falantes se integram. Neste contexto, CALVET (1980: 77) constata que *“l’acquisition du sigle apparaît comme un phénomène classique d’acquisition du vocabulaire qui progresse avec l’âge”*, contudo, *“l’usage quotidien du sigle sont-ils séparés de la connaissance de sa source”*, razão pela qual os falantes fazem um uso correcto das siglas e acrónimos sem conhecer a sua extensão. Consequentemente, o autor conclui que *“le sigle adopté par la langue parlée y devient un signe à part entière dont la motivation (la référence à sa source) tend à disparaître. Celle-ci serait d’ailleurs fortement redondante puisque la forme phonique du sigle suffit dès lors à renvoyer à un signifié satisfaisant pour le degré de précision du champ sémantique du locuteur”* (1980: 87), apresentando como exemplos os acrónimos que entraram nos dicionários e passaram a ser utilizados como qualquer outra unidade terminológica simples. Uma vez mais, CALVET (1980: 78) vê confirmada a sua asserção de que a sigla é um signo linguístico independente e autónomo: *“le sigle semble donc avoir dans l’oralité une existence autonome, renvoyer directement à un signifié sans que la médiation de sa source ne soit nécessaire”*.

As unidades terminológicas reduzidas e a sua extensão podem, como já referimos, ser alvo de diferentes tipos de mudanças e alterações ao longo do seu tempo de vida. A este propósito, PERCEBOIS (2001: 637) afirma que *“les sigles et les acronymes peuvent donc être remplacés, modifiés ou changer de développement, en fonction de la vie de leurs référents et pour des raisons historiques, juridiques, sociolinguistiques aussi bien que psycholinguistiques”*. Assim, uma sigla poderá ver-se substituída por uma outra quando os traços do seu referente sofrem alteração. O significante é modificado para se ajustar ao significado. A análise de várias unidades terminológicas reduzidas, entre elas siglas e acrónimos motivados, *“c’est-à-dire une forme dont la désignation est en rapport avec le sens de son homonyme”*, conduz PERCEBOIS (2001: 638) à conclusão de que *“un changement de sigle peut donc être la*

conséquence d'une motivation unique mais résulte le plus souvent d'un ensemble de raisons très diverses se renforçant entre elles".

A extensão de uma dada unidade terminológica reduzida pode ainda sofrer mudança a nível da sua forma ou, por outro lado, ver o seu sentido alterado, na medida em que algumas formas reduzidas possuem uma maior estabilidade e adquirem, por consequência, uma existência própria. O que sucede é uma evolução em que a sigla ou acrónimo permanecem imutáveis, mas a extensão que os designa é alterada. Se tal alteração é efectuada por “[des] *raisons conjoncturelles, le sigle initial, de réputation internationale, a toutefois été conservé*”, pelo que se verifica que “*la modification du développement des sigles peut donc s'effectuer en maintenant totalement la relation avec les initiales d'origine (MATIF, NAFTA) ou bien en ne conservant partiellement ce contact (UNICEF, LIFFE). Elle peut être due à des raisons techniques ou conjoncturelles, de politique économique intérieure ou internationale*” (PERCEBOIS 2001: 638-639). O estatuto autónomo da unidade terminológica reduzida confirma-se uma vez mais.

No que se refere às empresas, tais procedimentos sucedem-se, regra geral, quando estas atravessam processos de reestruturação interna, seja por fusão ou aquisição da empresa por uma outra. Assim, no *corpus* verificamos a ocorrência de um novo acrónimo na realidade portuguesa – Anacom (Autoridade Nacional de Comunicações), que veio substituir o antigo ICP (Instituto das Comunicações de Portugal), que cumpria funções idênticas ao novo organismo. Neste caso particular, a nova extensão veio introduzir um novo sentido à sua antecessora que, apesar de com ela manter traços comuns, obrigou a uma alteração da unidade terminológica que anteriormente designava tal organismo. Na sequência das reestruturações sofridas pela RTP, a estação televisiva passou a denominar-se “Rádio e Televisão de Portugal” em vez de “Rádio Televisão Portuguesa”. A sigla surge no *corpus* destituída da sua extensão e, como tal, a mudança de forma que se operou encontra-se camuflada pela unidade terminológica reduzida que a substitui no discurso.

A partir da sua reflexão sobre a problemática do uso das siglas e da sua extensão, ESKÉNAZI (1994: 47-50) propõe cinco níveis de evolução, assente nos graus de notoriedade das siglas, em que a notoriedade é maior consoante o uso da sigla sem necessidade de recurso à sua extensão. Em consequência, o autor é levado a concluir que é a notoriedade da sigla que condiciona o desaparecimento da sua extensão, constituindo a designação pela sigla a marca de notoriedade. De contrário, “*ne*

trouve-t-ons pas le sigle lorsque le référent est donné comme de création récente, donc provisoirement sans notoriété (...) ou lorsque le texte réfère à sa création; la désignation en plein est alors généralement déterminée par l'article transitoire un, "avant" de l'article notoire le".

As constatações de ESKÉNAZI levaram-nos à observação do *corpus*, de onde podemos retirar as seguintes conclusões:

- i) as unidades terminológicas reduzidas mais conhecidas não apresentam extensão, na maioria dos casos: BP (Banco de Portugal), PT (Portugal Telecom), BPI (Banco Português de Investimento), CE (Comissão Europeia);
- ii) os casos que comportam homonímia apresentam sempre a extensão da unidade terminológica reduzida menos conhecida na sua primeira ocorrência, por exemplo PT (Partido dos Trabalhadores), enquanto na sigla mais conhecida, PT (Portugal Telecom), apenas é apresentada a sua extensão em substituição da sigla quando se pretende evitar a repetição;
- iii) por razões de economia, o uso da unidade terminológica reduzida é privilegiado em detrimento da sua extensão, que é mencionada apenas para resolver problemas de homonímia ou repetição de estruturas linguísticas análogas.

2.2. Variantes ortográficas, oscilações de escrita e erros

A fase de transição entre diferentes níveis de evolução tem vindo a originar uma série de hesitações na representação gráfica de algumas unidades terminológicas reduzidas. Estas variantes são motivadas em larga escala pela multiplicidade de formas derivadas do uso de pontos e maiúsculas e a tendência ao seu desaparecimento gradual.

Não obstante as tentativas por parte da imprensa em normalizar o uso das unidades terminológicas reduzidas, sobretudo as siglas e os acrónimos, a observação atenta dos textos da imprensa *online* nacional revela-nos que as unidades terminológicas reduzidas continuam a ser utilizadas sem que se obedeça a uma série de normas

institucionalizadas pelos órgãos de comunicação social. Como consequência, deparamo-nos com a variação ortográfica, em diferentes notícias e mesmo no interior de um mesmo texto, a diferentes níveis:

- i) o uso de pontos de separação: JP Morgan (32 frequências) / J.P. Morgan (3 frequências), a demonstrar a tendência para o desaparecimento dos pontos e, conseqüentemente, para a escalada até um nível superior de evolução;
- ii) o uso de maiúsculas: Alcatel (4 frequências) / ALCATEL (1 frequência) ou Nasdaq (82 frequências) / NASDAQ (4 frequências), a confirmar o desaparecimento das maiúsculas não iniciais;
- iii) a oscilação no uso de maiúsculas no interior da unidade terminológica: Hidrocantábrico (16 frequências) / HidroCantábrico (2 frequências), em que uma visita ao *sítio* da empresa nos permite observar que o nome da empresa se escreve "HidroCantábrico", uma vez que "Cantábrico" é um topónimo, contudo, a tendência para simplificar e assemelhar o acrónimo a uma unidade terminológica simples parecem estar na origem da elevada frequência da grafia "Hidrocantábrico"; SonaeCom (21 frequências) / Sonaecom (1 frequência) em oposição a Sonae.com (19 frequências) / Sonae.Com (1 frequência), apesar da abreviatura da *Internet* ser em minúsculas, a tendência em usar maiúscula mostra-se quando o ponto não existe a marcar a diferença entre a designação da empresa e a abreviatura;
- iv) a evolução impulsionada por unidades terminológicas homónimas: FED (4 frequências) / Fed (1 frequência) - Fundo Europeu de Desenvolvimento e Fed (5 frequências) - *Federal Reserve*;
- v) a tendência para a lexicalização, pela perda da maiúscula inicial, em acrónimos muito difundidos por todas as camadas populacionais: Euribor (6 frequências) / euribor (1 frequência) ou Internet (18 frequências) / internet (1 frequência);
- vi) a co-ocorrência com símbolos: CAC 40 (8 frequências) / CAC-40 (5 frequências) / CAC40 (1 frequência) / Cac-40 (1 frequência) ou Ibex-35 (9 frequências) / IBEX 35 (8 frequências) / Ibex 35 (1 frequência), em que a influência das maiúsculas continua a ser importante, manifestando diferentes níveis de evolução, no primeiro caso menos avançado, no segundo caso com maior grau de evolução;

- vii) o uso de espaçamento com símbolos: S&P 500 (5 frequências) S&P500 (1 frequência)
- viii) a mudança da unidade terminológica motivada por reestruturações no seio da empresa: Galp (18 frequências) / Galp Energia (5 frequências) / GalpEnergia (3 frequências) / Galpenergia (1 frequência);

As diferentes grafias nas abreviaturas/abreviações relativamente a Telecom são motivadas pela língua em que a abreviatura aparece representada, não constituindo por isso uma variante ortográfica.

A variação ocorre ainda a nível da extensão da unidade terminológica, geralmente a nível das palavras funcionais ou na dúvida entre a marca de número de uma das unidades terminológicas da extensão:

- BPI – Banco Português de Investimento (2 frequências) ou Banco Português de Investimentos (1 frequência), a primeira extensão, que regista maior número de frequências, é a correcta como nos confirma o *site* do banco;
- CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (8 frequências), Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (4 frequências) ou Comissão de Mercados de Valores Mobiliários (2 frequências), também aqui a extensão que regista maior número de frequências se revela a correcta após uma visita ao *site* da CMVM.

Detectaram-se também alguns erros na apresentação das unidades terminológicas reduzidas. É o caso de Citygroup (2 frequências), erro motivado pela unidade terminológica “city”, que reflecte o desconhecimento da verdadeira extensão do acrónimo: “Citizens Goup”, e revela de imediato a forma correcta – Citigroup (3 frequências).

De facto, os erros frequentes a nível da extensão da unidade terminológica reduzida nascem do desconhecimento do falante face à unidade terminológica complexa que corresponde à sigla ou ao acrónimo. Este é capaz de usar a unidade terminológica reduzida com correcção e saber explicar o seu significado, apesar de não ter consciência da extensão que a mesma designa. Este é o argumento a que alguns autores recorrem para defender o estatuto da sigla ou acrónimo como signos linguísticos autónomos. Assim sendo, CALVET (1980: 86) delibera que, “*la source est*

parfaitement inutile pour cette utilisation. Le sens vient de l'usage et qui sait utiliser un sigle (un signe) dans une phrase lui donne ipso facto un sens".

GERMAIN e LAPIERRE (1988: 64-65), que igualmente se detiveram sobre estes aspectos, apelidam de variação morfológica os erros ou oscilações que ocorrem sobre o uso corrente das siglas e enumeram alguns casos:

- i) equívoco a nível da extensão. Ex.: *AABN (Acte de l'Amérique du Nord Britannique)* em vez de *AANB* ;
- ii) hesitação na própria formação da sigla. Ex.: a co-ocorrência das siglas *UQUAM* e *UQAM* para designar a *Université du Québec à Montréal*;
- iii) mudanças de atitude, de ordem social, que se reflectem em mudanças siglicas. Ex.: *FTQ (Fédération des Travailleurs du Québec)* que sofreu alteração para *FTTQ (Fédération des Travailleurs et Travailleuses du Québec)*, motivada pelas pressões dos movimentos feministas.

A propósito dos erros registados nas unidades terminológicas reduzidas, GEHENOT (1975) denuncia exemplos de duas siglas diferentes em representação de uma mesma organização, de erros que se referem à repetição de uma mesma letra no interior de uma sigla ou ao mau uso da pontuação, nomeadamente o seu uso em acrónimos quando estes a dispensam. Trata-se de fenómenos com uma incidência menor na formação das unidades terminológicas reduzidas e que, como tal, não se reflectem no *corpus*.

Para além dos casos já observados, CALVET (1980: 117) refere outros ainda em que o erro subjacente à extensão nasce de intenções irónicas e, por isso, são fruto de uma consciência. Finalmente, conclui-se que *"l'incapacité de traduire avec exactitude le sigle, de fournir sa source, n'empêchait nullement de l'utiliser et que le sigle fonctionnait comme une unité lexicale à part entière, sans référence à son "étymologie". Mais ici c'est d'une invention de l'étymologie qu'il s'agit*". Neste sentido, a opacidade da extensão serve objectivos vários: *"un masque du sens, masque objectif (on ne connaît pas le sens) ou masque intentionnel (on nous cache le sens)"*.

CAPÍTULO V

O Comportamento e a Função das Unidades Terminológicas

Reduzidas

CAPÍTULO V – O COMPORTAMENTO E A FUNÇÃO DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS REDUZIDAS

1. A função denominativa da sigla e do acrónimo

O recurso a siglas e acrónimos em todos os domínios e tipos de discurso, quer na escrita quer na oralidade, são uma realidade cuja frequência se realça especificamente nas línguas de especialidade, como já vimos. A sua implantação em todas as áreas de saber levou mesmo a que, na década de 60, os autores do *Grande Dicionário de Americanismos*, citado por PERCEBOIS (2001), considerassem as abreviaturas como uma característica da língua americana e que, actualmente, podemos considerar uma característica de qualquer sistema linguístico escrito ou falado. Ao fundamentar o lugar da sigla como uma unidade linguística independente, CALVET (1980: 89) reconhece-a mesmo como um “*trait linguistique universel*”.

A nível internacional, as unidades terminológicas reduzidas são especialmente visíveis na denominação de instituições e organismos internacionais, assim como nos acordos internacionais. Segundo PERCEBOIS (2001), esta incidência destaca-se sobretudo no domínio do comércio internacional, que se encontra sob a alçada da economia. Na língua francesa, a autora destaca as instituições e organismos nacionais, os organismos administrativos, as sociedades comerciais e industriais, as universidades e diplomas, os partidos políticos e os sindicatos, entre outros.

No *corpus* de textos económicos, as siglas e acrónimos designam, não apenas empresas, bancos e organismos nacionais e internacionais, como também a terminologia específica de vários domínios privilegiados a nível económico, como a bolsa de valores, os negócios e a informática. Assim sendo, se estas unidades terminológicas reduzidas cumprem uma função denominativa, elas são apresentadas no eixo sintagmático como:

- i) nomes próprios (ex.: API – Agência Portuguesa de Investimentos);
- ii) nomes comuns (ex.: OPV – Oferta Pública de Venda).

Existem casos ainda em que a unidade terminológica reduzida exerce a função de adjectivo, apesar da sua ocorrência ser menos frequente. No caso de “*modelos*

internet e intranet", "*internet e intranet*" desempenham a função de adjetivo. Por outro lado, em "*economia eua ue*", "*eua ue*" exercem a função de adjetivo enquanto sinónimos de "*economia americana e europeia*".

Enquanto nome, próprio ou comum, a unidade terminológica reduzida é acompanhada de um determinante, geralmente um artigo definido ou indefinido, podendo ocorrer junto de demonstrativos e possessivos: "*a realização da OPV*", "*o lançamento desta OPV*". Este é o argumento que confirma, segundo CALVET (1980: 92) e outros autores, a autonomia da unidade terminológica reduzida no sistema linguístico: "*la présence ou l'absence de déterminant nous permet déjà de rapprocher les sigles d'autres éléments du lexique, de les classer*". A nível sintáctico, a sigla e o acrónimo exercem funções diferentes, quer de sujeito, quer de complemento, no seu uso escrito ou oral.

Por outro lado, se a unidade terminológica reduzida ocupa o lugar de adjetivo, esta aparecerá associada a um nome sobre o qual exerce uma função de epíteto (CALVET 1980). No entanto, a sigla ou acrónimo só podem estar nesta posição caso já sejam utilizados como nomes: "*on ne rencontre pas de sigle employé comme adjectif et qui ne le soit pas comme substantif, il n'est pas adjectif "par essence", c'est l'emploi qui parfois le transforme en adjectif*" (CALVET 1980: 94). O motivo por que são muito raramente usados como adjetivo, explica-se pelo facto da sua extensão corresponder maioritariamente a um sintagma nominal.

Neste momento, faz sentido questionarmo-nos acerca do lugar que as unidades terminológicas reduzidas ocupam em relação aos nomes próprios e comuns.

Uma sigla ou acrónimo pode ser universal tornando-se semelhante a um nome próprio e podendo adquirir formas diferentes de acordo com a língua em uso, como é o caso de NATO para o inglês e OTAN para o português. O mesmo sucede com os nomes comuns que mudam de língua para língua. Além disso, uma mesma sigla pode apresentar diferentes variações gráficas, inclusive no interior do mesmo texto, como temos vindo a referir. Neste contexto, NAKOS (1990: 407) defende que "*le sigle formerait une catégorie intermédiaire entre le nom propre et le nom commun*". Assim, se explicam os casos de associação de nomes comuns a siglas ou acrónimos que podem dar origem a um nome próprio (BIG - Banco de Investimento Global) e, por outro lado, da associação de palavras da qual fazem parte nomes próprios pode

nascer uma sigla ou um acrónimo, quer seja nome comum (p.p. – pontos percentuais) ou próprio (PT - Portugal Telecom).

Em seguida, a autora procedeu a um estudo de três possibilidades de relacionamento entre os nomes próprios e as siglas/acrónimos:

- i) a sigla ou acrónimo formados a partir de nomes comuns aos quais se pode juntar um nome próprio e que o transforma num nome próprio (é o caso das denominações oficiais);
- ii) o nome próprio encontra-se na formação de siglas ou acrónimos que são nomes próprios (caso das denominações patronímicas ou toponímicas);
- iii) o nome próprio serve de formação das siglas ou acrónimos que são nomes comuns (caso dos vocabulários técnicos e científicos).

Segundo NAKOS (1990: 408-410), na primeira categoria de nomes incluem-se os organismos e sociedades de todos os tipos, assim como movimentos políticos, títulos de revistas e ainda linguagens informáticas. No *corpus* encontramos múltiplos casos de unidades terminológicas que se inserem nesta primeira categoria: BES (Banco Espírito Santo), PT (Partido dos Trabalhadores), DN (Diário de Notícias), CATIA V5 (*Computer Aided Three-dimensional Interactive Application Version 5*). No que se refere às siglas e acrónimos com características autóctones, nem sempre estes encontrarão um termo correspondente em outra língua, podendo vir a sofrer alterações a nível do seu aspecto gráfico ou adquirir denominações diferentes de acordo com a língua em que vierem a ser utilizados.

Da segunda categoria fazem parte os nomes de personalidades célebres, como JP Morgan (*Jack Piermont Morgan*), e os topónimos, como EUA (Estados Unidos da América).

A terceira e última categoria distribui-se por dois domínios distintos: o domínio técnico e o domínio científico. No domínio técnico, ao contrário das duas primeiras categorias, apenas de um número muito restrito de siglas ou acrónimos fazem parte os nomes próprios. As denominações oficiais qualificam neste domínio alguns termos do vocabulário técnico que correspondem a unidades terminológicas complexas com extensão à esquerda ou à direita. É o caso de Tecnidata BC (*Business Consulting*) e Tecnidata SI (*Systems Integration*), BCA (*British Car Auctions*) Autoleilões e ES (*Espírito Santo*) Research.

No que respeita os domínios científicos, as siglas e acrónimos favorecem as unidades terminológicas complexas, onde a sigla em inglês é usada preferencialmente em detrimento da sigla autóctone. NAKOS (1990: 411-412) apresenta ainda uma série de casos paradigmáticos que se inscrevem no domínio científico: a sigla resulta da redução de uma unidade terminológica complexa formada a partir de uma palavra-chave e de qualificativos toponímicos e patronímicos; a palavra-chave é escrita no interior de uma unidade terminológica complexa e os qualificativos toponímicos ou patronímicos são siglados; a palavra-chave é siglada e o qualificativo toponímico ou patronímico é escrito no interior da unidade terminológica complexa; a sigla-símbolo resulta da redução de um patronímico (é o caso das unidades de medida).

Finalmente, NAKOS (1990: 413) conclui que “[il] existe un grand nombre de combinaisons possibles de sigles et de noms communs (...) ou de sigles et de noms propres (...) ou encore des deux à la fois (...) où le sigle n’est plus le résultat d’un syntagme mais “l’origine” d’un nouveau syntagme. En ce sens, le sigle se comporte exactement comme tout autre nom commun qui devient l’élément clé d’un syntagme figé et monosémique”.

Por outro lado, esta particularidade das siglas e acrónimos em fazerem parte integrante do léxico geral, do vocabulário técnico e científico e das denominações oficiais, nasce do facto de “un syntagme nominal donnant lieu à toutes sortes de possibilités, agissant comme nom et souvent comme composant (...). Sa graphie, (...) tient tantôt du nom propre, tantôt du nom commun. De fait, nous avons essayé de montrer que le sigle peut être à la fois nom propre et nom commun en fonction de son utilisation précise dans le discours” (NAKOS 1990: 413).

Também PERCEBOIS (2001) se interroga sobre quais as funções das siglas e acrónimos na língua e que funções justificam tal proliferação, apontando os conceitos de denotação/conotação e motivação/desmotivação como factores determinantes. Relativamente a estes dois últimos conceitos, a autora recorre a TOURNIER (1991: 135) para fundamentar o papel das siglas/acrónimos na motivação/desmotivação dos termos: a motivação enquanto “conscience du lien entre le signifiant et le signifié” e a desmotivação, “la disparition, généralement progressive, de la motivation d’un mot, du fait de l’évolution graphique et phonétique” ou, por outras palavras, “le passage d’une formation syntaxique composée à un sigle épilé ou lu comme un mot” (PERCEBOIS 2001: 629). Torna-se assim claro, que a dicotomia motivação/desmotivação exerce um

papel preponderante na evolução das unidades terminológicas reduzidas, determinando a sua escalada ou retrocesso nas diferentes etapas que constituem o quadro dos níveis de evolução.

As siglas e acrónimos são, num primeiro momento, processos de criação neológica que cumprem uma *função denominativa*, como vimos, facilitando ao mesmo tempo a comunicação, pela redução gráfica e fonética do conceito que designam. Uma vez que as siglas começaram por ser usadas na antiguidade em inscrições em monumentos, medalhas e manuscritos, PERCEBOIS (2001: 630) propõe ainda o adjectivo “*lapidar*” como forma de evocar “*par sa concision et sa vigueur le style des inscriptions sur pierre* (Petit Robert: 1999)” e a origem latina da “*sigla*”.

A autora considera que esta *Função Denominativa Lapidar* (FDL) deverá satisfazer o princípio da eufonia. De facto, a facilidade de pronúncia é um dos aspectos que contribui para o sucesso do uso e expansão das unidades lexicais e terminológicas reduzidas, sobretudo no caso dos acrónimos que se assemelham a verdadeiras palavras. A omissão das iniciais das preposições ou conjunções que deles fazem parte é um dos recursos de eufonia utilizados, entre outros já mencionados. Por vezes, a unidade terminológica reduzida em uso é de origem estrangeira, quase sempre em inglês, pelo facto da unidade autóctone não possuir a eufonia necessária. Sempre que a sigla apresenta dificuldades de pronúncia o discurso oral substitui-a, segundo PERCEBOIS, pela extensão correspondente ou por uma denominação simplificada consagrada pelo uso.

A FDL apresenta-se, neste contexto, como a primeira função geral comum a qualquer sigla ou acrónimo, no seio da qual se fará a distinção entre funções denominativas lapidares veiculares e gregárias, segundo a terminologia de CALVET e às quais se acrescentará uma terceira – a função denominativa lapidar eufémica. CALVET (1999) considera que toda e qualquer unidade lexical ou terminológica integra um vasto leque de funções que se situam entre dois pólos: o pólo *veicular*, que inclui as formas linguísticas que visam a dilatação da comunicação a um maior número de indivíduos e o pólo *gregário*, cujas formas linguísticas se destinam a limitar a comunicação a um círculo mais restrito de indivíduos. As siglas e acrónimos servem assim a compreensão e a difusão de um conceito na sua função veicular, enquanto a função gregária oculta o seu significado, por um lado pela simplificação de uma unidade lexical ou terminológica complexa, com a finalidade de dar a conhecer o novo uso

dessa unidade a um maior número de indivíduos ou, por outro lado, com o intuito de restringir esse uso a um número limitado de indivíduos.

Como vimos, a *Função Denominativa Lapidar Veicular* (FDLV) pretende colocar ao alcance de um público vasto os conceitos mais obscuros, sem que este, na grande maioria das vezes, tenha acesso às extensões correspondentes aos conceitos abreviados. Sendo a siglação um fenómeno de alta produtividade nas línguas de especialidade, é aí que a FDLV demonstra a sua força, sobretudo no caso dos acrónimos, dado o poder evocatório e mnemónico que alguns comportam. De facto, *“l’acronyme gagne en efficacité lorsqu’il conserve partiellement la dénotation d’origine de certains des termes de la composition initiale”* (TROUILLON 1998: 218, citado por PERCEBOIS 2001: 631). Consequentemente, PERCEBOIS (2001: 632) conclui que *“peu importe si le sigle perd le contact précis avec la formation lexicale composée à l’origine de sa formation. L’essentiel est son ancrage dans le sociolecte d’une communauté linguistique ou d’un fragment de communauté, tel qu’un groupe socio-professionnel”*.

A *Função Denominativa Lapidar Gregária* (FDLG), por outro lado, limita a compreensão das unidades terminológicas reduzidas a uma comunidade restrita. *“Le sigle peut même apparaître comme un procédé de cryptage lié à la préservation de la confidentialité ou du secret. Ces sigles pour initiés se trouvent dans certains domaines techniques, le secteur de la défense nationale, de la recherche dans des secteurs sensibles tels que le nucléaire. Les pratiques cryptiques sont aussi le propre de certaines communautés ésotériques”* (PERCEBOIS 2001: 632-633). Por consequência, e dadas as suas características, podemos aproximar a FDLG do “jargão”, *“linguagem específica utilizada por elementos de sectores profissionais (gíria jornalística) ou sociais (gíria académica)”* (PORTO EDITORA MULTIMEDIA 2001).

As siglas para os iniciados num dado domínio técnico ou científico, criadas com o intuito de facilitar a comunicação entre iniciados e especialistas, são apenas inteligíveis por estes últimos que as dão a conhecer aos primeiros. Neste sentido, o recurso à sigla faz-se por mera comodidade prática de comunicação, o *shop talking* que *“permet une communication plus rapide et plus efficace avec les initiés”*, segundo PERCEBOIS (2001: 633), e que os não iniciados não compreendem uma vez que esse discurso não lhes é destinado.

A teoria do *shop talking* subdivide-se, por sua vez, numa segunda – teoria do segredo, “*moyen de communication que le public peut surprendre mais sera incapable de décoder*” (PERCEBOIS 2001: 633). O segredo ocorre por razões de segurança, podendo mesmo surgir sob a forma de código, quando se trata de domínios como o militar ou o nuclear. Por este motivo, as sociedades de iniciados aparecem igualmente designadas como “sociedades esotéricas”.

Impressionar os não iniciados é a terceira função que a “língua dos iniciados” pretende cumprir, processo conhecido por *show talk*. Neste sentido, o *shop talking* cumpre uma função de pertença a um grupo, reforçada em diversos estilos de *show talk* pelo reforço de inclusão num grupo.

Por fim, PERCEBOIS (2001: 634) propõe uma última função – a *Função Denominativa Lapidar Eufémica* (FDLE) que, como o próprio nome indica, se encontra associada aos campos temáticos que tocam a eufemização linguística. Constituindo o processo de eufemização numa substituição lexical, essa substituição é realizada por meio de processos linguísticos tais como “*antonyme négatif, métaphore, métonymie, emprunt ou périphrase* (Tournier 1991: 70), *parmi lesquels apparaît la réduction du signifiant par troncation ou siglaison*”. Adiante, a autora afirma que “*l’euphémisation est une fonction classique des sigles; leur usage vise à protéger autrui et à se protéger en minorant en quelque sorte la gravité ou l’intensité des faits*”.

A partir destas considerações PERCEBOIS observou o impacto da tendência eufemística na terminologia económica, verificando uma evolução diacrónica em que as novas siglas se impõem progressivamente em relação às mais antigas. Por fim, conclui que “*l’impact déterminant du discours politiquement correct sur l’évolution de la terminologie de l’économie du développement et en particulier l’emploi des sigles dans ce contexte*” tem como objectivo primeiro “*la valorisation des pays*”. Assim, “*la fonction euphémique des sigles et acronymes est donc une fonction véhiculaire minorée, infléchi par des considérations autres que la volonté de véhiculer un concept auprès du plus grand nombre*” (PERCEBOIS 2001: 636).

Todas as unidades terminológicas reduzidas podem ser encontradas a exercer cada uma destas funções, porque são funções determinadas pela sociedade, por um grupo profissional ou social, por uma nação, pelo mundo, assente em critérios que podem ser opostos. Por um lado, o objectivo é a rapidez e eficácia da comunicação, por outro o segredo ou a eufemização podem prevalecer por motivos profissionais, sociais ou

políticos. Para além disso, o uso de unidades terminológicas reduzidas como reforço de pertença a um grupo é outro ponto fundamental no jogo de relações entre os falantes.

2. O género e o número

Sendo a função de nome que domina as siglas ou os acrónimos, esta é facilmente observável pelo determinante, geralmente o artigo definido, que os antecede. No que respeita ao eixo sintagmático, verifica-se uma certa unanimidade no que respeita ao seu comportamento e que as unidades terminológicas do *corpus* vêm confirmar.

O determinante assume, em geral, o género da primeira unidade terminológica da extensão da sigla ou acrónimo: “a AG” (Assembleia Geral), que CALVET (1980: 97) justifica pela lógica subjacente à sigla, “*qui n’est jamais qu’un signe nouveau pour son signifiant correspondant pour son signifié à ce substantif initial*”. Existem, no entanto, excepções à regra, por uma série de factores diversos motivados, muitas vezes, pela intuição do falante desconhecedor da extensão da unidade terminológica reduzida, ou pela sua difusão pela entidade responsável pela criação da unidade terminológica reduzida. Por exemplo, por que razão é atribuído o género feminino à petrolífera brasileira Petrobras (Petróleo Brasileiro), cujas unidades terminológicas da extensão se encontram no género masculino? Uma visita ao historial da empresa revela-nos que a empresa terá fixado o género feminino na sua designação: “A *Petróleo Brasileiro S/A* iniciou suas atividades com o acervo recebido do antigo Conselho Nacional do Petróleo (CNP)” (<http://www2.petrobras.com.br/portal/Petrobras.htm>).

Quando surgem sem determinante, a sigla ou o acrónimo podem encontrar-se em contextos diversos como o título de uma notícia, a enumeração de diferentes entidades ou antecédidos de um nome, a exercer a função de adjectivo.

O problema da atribuição de género coloca-se quando nos deparamos com siglas ou acrónimos de origem estrangeira, sobretudo quando se encontram em língua inglesa. Quando transpostos para a língua sem alteração da sua forma, o género dos empréstimos de origem inglesa é neutro ou encontra-se ausente. Como resolver esta dificuldade?

À partida, tomaríamos como referência o nome que constitui o núcleo da unidade terminológica complexa que designa, perspectiva assumida por CALVET (1980: 98-99) para a língua francesa: *“le genre du sigle n’est plus celui de son premier mot (l’ordre étant inverse en anglais: les adjectifs viennent devant le substantif) et que, par ailleurs, cette attribution d’un genre au sigle présuppose une vague connaissance de l’anglais, une traduction approximative du sigle”*. Contudo, são muitas as exceções que vêm contrapor os argumentos de CALVET e que o autor não menciona. No *corpus* encontramos, por exemplo:

- SCH – “o SCH” (*Statistical Clearing House*). Se transpuséssemos para português a unidade terminológica núcleo “house” teríamos “casa”, que apresenta género feminino em português, no entanto a sigla é usada com artigo no género masculino.
- MS – “a MS” (*Morgan & Stanley*), nome próprio que em português adquiriria o género masculino mas que é usado com o género feminino, em oposição a MSCI – “o MSCI” (*Morgan Stanley Capital International*).

Existem casos ainda de duplo género, quer em inglês, quer em português. A sigla híbrida ESFG (*Espírito Santo Financial Group*), constituída por unidades terminológicas de duas línguas diferentes, é um caso atípico de duplo género em português, talvez por influência dos elementos de origem inglesa. Uma pesquisa nas páginas de Portugal manifesta-nos essa mesma oscilação, sem que nenhum dos géneros se sobreponha ao outro em termos de frequência. A tão conhecida sigla da *internet*, WWW (*World Wide Web*) adquire ambos os géneros em português, observando-se que quando o género é masculino a sigla é seguida do endereço de um *site*, sendo o género determinado pelo tipo de sintagma que sucede a sigla; o género é feminino quando a sigla funciona como unidade autónoma, sem que seja seguida de um endereço na *internet*. Todos estes casos são usados com a função de nome.

AT&T (*American Telephone & Telegraph*) e ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos) são unidades terminológicas cujo género é o feminino, contudo o seu uso no *corpus* atribui-lhes o género masculino. Da observação dos contextos verificámos que AT&T ocorre como “a AT&T”, mas adquire género masculino quando faz parte integrante de um sintagma: “o gigante AT&T”. ERSE, acrónimo cujo género é o feminino, aparece, em contrapartida, referido como “o regulador ERSE” onde adquire género masculino por influência da unidade terminológica complexa da qual faz parte.

Quando reflectimos sobre a definição de sigla e de acrónimo, uma distinção se estabelecia por parte de alguns autores quanto à sua admissão de marca de número, sobretudo o *Ciberdúvidas* (www.ciberduvidas.com), que defendia que a sigla não admite plural enquanto o acrónimo sim. No entanto, temos muitos exemplos que vêm contradizer esta asserção: os CD's (*Compact Disc*), os DT's (*Director de Turma*), os PC's (*Personal Computer*). Embora o apóstrofe seguido de -s não corresponda à formação do plural em português, quando usado na oralidade, os falantes atribuem-lhe esse valor por conformidade à regra geral de formação do plural.

O *Ciberdúvidas* (www.ciberduvidas.com) afirma que não é necessário usar o -s como sinal de plural, apresentando vários exemplos: “os CTT, os EU, as SA, as TV”, mas aceita o plural “OVNIS” justificando o “alto nível de lexicalização deste acrónimo”, alertando para o facto de que “quando os acrónimos se substantivam na linguagem comum (tal como sida) escrevem-se em minúsculas, tanto no singular como no plural”. Numa outra questão, diz que se “pode usar o plural nas abreviaturas (...) mas não é costume usá-lo nas siglas” e que “os acrónimos podem ter plural (as siglas não)”. Este não é, de modo algum, um tema consensual. Ao assumir-se a marca de plural simplesmente no artigo que antecede a sigla, o *Ciberdúvidas* acaba por se contradizer quando afirma que “não é costume usá-lo nas siglas”, de onde se entende que, apesar de não ser um hábito, o plural é usado nas siglas. E, na verdade, é assim que sucede. Uma pesquisa na *Internet*, vem refutar a posição normativa do *Ciberdúvidas* quando se confirma a elevada frequência de uso das siglas apresentadas no parágrafo anterior.

Assim, existem duas possibilidades de pluralização das siglas e acrónimos em português, segundo duas posições distintas:

- i) a posição das gramáticas e dos linguistas atribui a marca de plural apenas ao artigo, mantendo a sigla inalterada;
- ii) a língua falada segue a regra geral de formação do plural, pelo acrescentamento de um -s à unidade terminológica reduzida, transpondo esse uso para a língua escrita. Temos enfim um caso em que é a língua falada é que vai influenciar a escrita das unidades terminológicas reduzidas.

Outras línguas, como o francês, recorrem à repetição das letras da sigla/acrónimo para fazer o plural (ex.: *EE.UU.*) segundo GEHENOT (1975) ou, à semelhança do português, sem qualquer alteração, como propõe CALVET (1980: 99): “*le pluriel*

indiqué par le déterminant n'est pas marqué sur l'unité lexicale: le sigle ne porte pas l'indication graphique de nombre que porterait un substantif", por se incorrer em risco de se reconhecer a marca de plural da sigla como uma inicial caso esta seja grafada em maiúscula. Apesar de seguir esta posição, CALVET (1980: 101) admite que *"pour le français il nous faudra dire que la langue écrite n'a pas intégré le sigle jusqu'au point de marquer le pluriel mais le problème ne se pose pas en ces termes pour la langue parlée"*. Está assim justificada a posição por nós defendida quando afirmamos que, neste último caso, é a língua falada que vai exercer influência sobre a língua escrita, denotando assim uma mudança em curso.

O *corpus* segue a posição normativa, atribuindo a marca de número ao artigo: "os *EUA*" (Estados Unidos da América), "os *CTT*" (Correios, Telégrafos e Telefones). Temos também a pluralização na abreviatura "*telecoms*", contudo a regra geral do plural não constitui polémica no que se refere a abreviaturas ou acrónimos.

À semelhança do português, GERMAIN e LAPIERRE (1988: 66) reconhecem a flutuação existente em torno do uso da marca de plural nas siglas, apresentando exemplos de uso idênticos aos que demos, recorrendo a BLOM, para justificar tal instabilidade: *"cette fluctuation semble aller à l'encontre des observations de BLOM (1970: 160) qui rapproche le pluriel des sigles avec celui, invariable, des noms propres"*. Na verdade, o que BLOM tenta explicar é a razão por que apenas o artigo recebe marca de plural, como defendem gramáticos e linguistas.

3. A homonímia

O uso de siglas e acrónimos pressupõe um conhecimento vasto do mundo e das línguas de especialidade. Como tal, as unidades terminológicas reduzidas constituem muitas vezes um obstáculo a nível semântico, uma vez que, apesar de surgirem associadas à sua extensão e/ou definição, tal não sucede na maioria das vezes, razão pela qual o discurso especializado se torna mais opaco à compreensão de um público não especializado. É nesse sentido que se alerta para a importância de não apresentar as siglas num texto sem antes indicar a sua extensão, pelo menos uma vez, fazendo-a seguir das suas iniciais entre parênteses, como forma de evitar a opacidade. F. A. Butress (*Word List of Abbreviations* de 1966), citado por GEHENOT (1975), vai mais longe e aconselha que, para além da indicação da extensão da

unidade terminológica reduzida, deveria ser ainda disponibilizada uma breve lista das abreviaturas utilizadas, sobretudo em publicações de grande fôlego.

Quanto à utilização de siglas homónimas, estas são já alvo de algum cuidado na sua referência. O que se verifica nos textos do *corpus* é que a extensão das siglas largamente conhecidas é referida poucas vezes e pode ser utilizada em vários textos sem referência à extensão, enquanto que a extensão das siglas com uso reduzido é sempre referida na sua primeira ocorrência e apenas usada na sua forma reduzida sem novas referências à extensão que designa quando ocorre num mesmo texto.

Alerta-se ainda para o facto dos acrónimos se poderem apresentar sob a forma de um homónimo do inglês, correspondente a uma extensão de origem autóctone (por exemplo, BIG, Banco de Investimento Global, que ocorre no *corpus*) e vice-versa, sempre com uma função comum: *"l'homonymie avec un terme existant dont le sémantisme doit renforcer le signifié du sigle ou de l'acronyme (...)". À cet objectif s'ajoute alors un attrait supplémentaire, l'aspect exotique de l'emprunt*" (PERCEBOIS 2001: 640). Contudo, a existência de unidades terminológicas reduzidas homónimas coloca sempre problemas, que o contexto deverá solucionar, algumas vezes com o auxílio da marca de género.

No *corpus* registámos vários casos de homonímia, facilmente resolvidos pelo contexto e, quase sempre, pela diferença de género:

PT – (masc.) Partido dos Trabalhadores

PT – (fem.) Portugal Telecom

BIG – (masc.) Banco de Investimento Global

Big corretora (fem.) em que, pelo que apurámos, *big* não corresponde a um acrónimo mas a uma unidade terminológica simples.

A sigla p.p. (pontos percentuais), também usada sem pontos em contexto económico, regista um elevado índice de homonímia, dada a sua estrutura de dois caracteres que admite um número muito limitado de combinações, como já vimos. A sigla é, por exemplo, usada como abreviatura do plural de páginas (pp.) ou para designar o Partido Popular (PP) ou o seu líder Paulo Portas (PP), sendo que nestes dois últimos casos a homonímia em relação à sigla p.p. é resolvida pela apresentação em maiúsculas.

Finalmente, estamos em posição de assumir que a homonímia é um fenómeno que regista alguma frequência no domínio económico, com predominância para a ocorrência de dois significados diferentes para a mesma unidade terminológica reduzida. Num dicionário, tais unidades terminológicas resultarão em duas entradas distintas.

CAPÍTULO VI

Classificação das Siglas e Acrónimos nas Línguas de Especialidade em Categorias e Domínios

CAPÍTULO VI – CLASSIFICAÇÃO DAS SIGLAS E ACRÓNIMOS NAS LÍNGUAS DE ESPECIALIDADE EM CATEGORIAS E DOMÍNIOS

1. As diferentes classificações

Cada vez mais o emprego das siglas e acrónimos aumenta, abreviando uma série de nomes (geralmente quando são demasiado longos), países, sociedades, instituições,... O seu uso abusivo origina a indesejável homonímia e justifica, entre outros factores, a concepção de glossários que contemplam os casos das unidades terminológicas reduzidas utilizadas a todo o momento.

A observação das categorias e domínios de emprego das siglas e acrónimos e a sua distribuição é um aspecto pouco afluído pelos investigadores, não obstante a sua importância na análise das unidades terminológicas reduzidas no contexto da língua geral, mas sobretudo das línguas de especialidade. A fim de o constatar, vejamos as diferentes tipologias de categorias e domínios de emprego das siglas propostas por alguns autores.

GEHENOT (1975: 294-302) apresenta uma listagem de áreas de uso corrente das siglas e acrónimos, que se estrutura da seguinte forma:

- i) Organizações internacionais
- ii) Partidos e movimentos políticos
- iii) Sociedades comerciais
- iv) Marcas
- v) Códigos abreviados interbancários
- vi) Serviços telegráficos e telefónicos
- vii) Serviço postal
- viii) Cheques postais
- ix) Metalurgia
- x) Notações técnicas
- xi) Marcas de automóveis
- xii) Biologia
- xiii) Física
- xiv) Química

- xv) Música
- xvi) Domínio da espionagem
- xvii) Siglas da era espacial
- xviii) Siglas do terrorismo
- xix) Siglas gerais

Trata-se de uma estrutura pouco homogênea, inclusive a nível terminológico, onde se apresentam denominações como “organizações internacionais” e “metalurgia” em paralelo com denominações distintas como “siglas da era espacial” ou “domínio da espionagem”. Verifica-se alguma redundância, nomeadamente em vários pontos que poderiam ser agrupados num só, como é o caso das categorias vi), vii) e viii), e ao mesmo tempo verifica-se lacunas em alguns domínios. Para além do desequilíbrio demonstrado, esta classificação reflecte, sem dúvida, a sociedade e o estado das ciências nos anos 70, justificando a ausência de áreas como a informática, mas não se compreendendo a ausência de áreas dominantes ao longo dos tempos como é o caso da medicina. Trata-se, portanto, de uma classificação de domínios desactualizada, que não prevê os domínios de emprego contemporâneos.

Antes de apresentar a sua proposta, GERMAIN e LAPIERRE (1988: 67), comentam a classificação de CALVET (1970) paralelamente à de GEHENOT (1975), que lhes parece *“plutôt sociologique que sémantique, dont l'utilisation nous paraît tout aussi gênante du fait qu'elle invite, par exemple, à considérer comme étant différentes les “organisations politiques” et les “organisations internationales”*.

Dadas as críticas motivadas pelas propostas anteriores, GERMAIN e LAPIERRE (1988:73) decidem enveredar por uma classificação bipartida em categorias, segundo o tipo de siglas, e em domínios, de acordo com o local de actualização das mesmas siglas. Assim, partindo da observação do seu *corpus* de textos da imprensa escrita, os autores chegam à seguinte classificação de categorias de uso das siglas:

- i) Organismos
- ii) Títulos e fórmulas (ex.: DEC - *Diplôme d'Études Collégiales*; CQFD - *Ce Qu'il Fallait Démontrer*)
- iii) Programas (ex.: ARDA - *Aménagement Rural et Développement Agricole*)
- iv) Sistemas (ex.: DPO - *Direction Par Objectif*)
- v) Lugares (ex.: URSS - *Union des Républiques Socialistes Soviétiques*)

- vi) Objectos (ex.: OVNI - *Objet Volant Non Identifié*)
- vii) Eventos (ex.: JO - *Jeux Olympiques*)
- viii) Comportamentos (ex.: BA - *Bonne Action*)
- ix) Não classificados

A primeira categoria, que integra todos os *"regroupements collectifs d'individus ou de sociétés, qu'elle qu'en soit la nature"*, revelou-se *"le lieu de prédilection de la création siglique"*. De facto, os organismos reflectem a tendência contemporânea para o agrupamento de indivíduos ou sociedades sob uma designação que, geralmente, adopta a forma de uma sigla ou acrónimo. A fim de confirmar a sua afirmação, os autores (1988:67) citam CALVET (1980): *"cette tendance prédomine aujourd'hui largement, qu'il s'agisse des domaines politiques, syndicaux ou économiques: chaque fois que se crée une société, un groupe, un parti, ses fondateurs songent au sigle qui le désignera et (...) imaginent parfois une source taillée sur mesure afin que le sigle qui en découle fasse du sens"*. Apesar das restantes categorias não serem tão produtivas, elas não deixam de ser importantes, na medida em que mostram a distribuição de usos das siglas e, em termos percentuais, permitem fazer uma avaliação da importância relativa de umas categorias em relação às outras.

A partir da divisão em categorias das unidades terminológicas reduzidas, GERMAIN e LAPIERRE (1988: 73) sugerem em seguida uma tabela de domínios de emprego:

- i) Desportos e tempos livres
- ii) Economia e negócios
- iii) Transportes e comunicações
- iv) Educação
- v) Saúde e bem-estar
- vi) Ciência e tecnologia
- vii) Meio físico
- viii) Segurança e defesa
- ix) Agricultura e pesca
- x) Movimentos nacionalistas
- xi) Artes e cultura
- xii) Política
- xiii) Direito e jurisprudência
- xiv) Energia
- xv) Filosofia e religião

- xvi) Geografia e toponímia
- xvii) Habitação e construção
- xviii) Minas e metalurgia
- xix) História
- xx) Não especificado

A observação da distribuição das siglas pelos diferentes domínios de emprego mostrou que não há nenhum domínio que destaque a sua relevância sobre os restantes. No entanto, estes dados permitem-nos examinar a importância dos domínios de língua para língua, tendo em conta que cada sociedade se encontra exposta a diferentes factores externos cada um com influências maiores ou menores.

O *corpus* de GERMAIN e LAPIERRE (1988) demonstrou uma ligeira liderança do domínio “desportos e tempos livres”, o que poderá ser relevante para a caracterização da sociedade do Québec e assim fornecer-nos uma primeira imagem da realidade social desse país.

Finalmente, esta distinção entre categorias e domínios de emprego das unidades terminológicas reduzidas permite ultrapassar uma simples repartição linguística das siglas e acrónimos e clarificar, de alguma forma, as zonas predilectas de actualização siglística e acronímica quer na língua nacional quer noutras línguas, com especial incidência para o inglês, língua de comunicação mundial.

2. Uma proposta de classificação actual do domínio económico

Se adoptarmos a tipologia de categorias propostas por GERMAIN e LAPIERRE (1988), classificação que cobre os diferentes domínios de acção na contemporaneidade, o *corpus* de textos da imprensa económica situar-se-á, evidentemente, no segundo domínio: “Economia e negócios”. A partir daí, é possível procedermos a uma subdivisão de domínios de acordo com os campos de significação que as unidades terminológicas reduzidas do *corpus* cobrem. Chegámos assim a um quadro de treze categorias, sobre as quais já tecemos algumas considerações no capítulo anterior:

- i) Bancos
- ii) Bolsa de valores
- iii) Comunicação social
- iv) Economia
- v) Empresas (de diferentes ramos de actividade)
- vi) Finanças
- vii) Geografia
- viii) Informática
- ix) Organismos (agências, associações, comissões, instituições, organizações, sociedades e afins que não se identificam como empresas)
- x) Política
- xi) Transportes e comunicações
- xii) Telecomunicações
- xiii) Diversos (inclui as categorias menos representativas)

Segundo esta nova classificação, em que o número total de siglas e acrónimos do *corpus* sofre um incremento por haver unidades terminológicas a tocar mais de um subdomínio em simultâneo, podemos observar a seguinte distribuição:

Subdomínios	Exemplos	Número		%	
		Siglas	Acr.	Siglas	Acr.
Bancos	BCP	20	11	16	8
Bolsa de valores	DJ	14	25	11	19
Comunicação social	DN	4	2	3	2
Economia	PIB	22	8	17	6
Empresas	CIMPOR	40	57	31	44
Finanças	VAB	1	2	1	2
Geografia	RU	3	0	2	0
Informática	CAD	6	4	5	3
Organismos	INE	11	20	9	15
Política	PT	2	0	1,5	0
Transportes e comunicações	SCUT	2	1	1,5	1
Telecomunicações	UMTS	3	0	2	0
Total		119+9	126+4	100%	100%

Figura 5

Verifica-se claramente a predominância do subdomínio “empresas” quer entre as siglas, quer entre os acrónimos. Por outro lado, as siglas revelam uma maior produtividade a nível dos subdomínios dos “Bancos” e da “Economia”, enquanto os acrónimos sobressaem na “Bolsa” e nos “Organismos”. A categoria “Diversos” foi excluída da classificação, por se encontrar fora das categorias em análise.

Por fim, podemos concluir que as empresas, bancos e organismos se destacam entre os subdomínios mais produtivos a nível da criação de fenómenos de siglação e acronímia, o que vai de encontro às pesquisas de GERMAIN e LAPIERRE (1988). Esta tendência expande-se à terminologia da economia e, mais especificamente, da bolsa de valores, subdomínio predominante logo a seguir às empresas.

CAPÍTULO VII

Tipologia dos Empréstimos com Base Síglica e Acronímica

CAPÍTULO VII – TIPOLOGIA DOS EMPRÉSTIMOS COM BASE SÍGLICA E ACRONÍMICA

1. O papel dos empréstimos externos: os estrangeirismos

Os empréstimos com origem em línguas estrangeiras, nomeadamente os de origem inglesa, são um recurso bastante frequente em muitas línguas de especialidade, e em especial no vocabulário económico ao qual o domínio da Bolsa de Valores não fica imune, sobretudo no contexto de um *corpus* de divulgação.

A situação de contacto entre o português e outras línguas estrangeiras caracteriza-se essencialmente por *“uma atitude de acolhimento excepcional e sem precedentes na comunidade linguística portuguesa; por outro lado, [por] uma pressão, também sem precedentes, da língua inglesa sobre a portuguesa (como aliás, para quase todas as outras línguas do mundo) como resultado da dominação incontestada dos Estados Unidos nos domínios da economia, da técnica e dos produtos culturais de massa”*, como explica SANTOS (1994: 109).

A língua inglesa é utilizada, a nível nacional, como fonte inexaurível de criação de neologia para preencher as necessidades de actualização do vocabulário geral e de especialidade da contemporaneidade. A atitude de adesão voluntária face à aceitação do estrangeirismo na língua portuguesa e o estatuto soberano da língua inglesa, a nível mundial como língua de comunicação, das ciências e das técnicas, explica a proliferação de termos de origem inglesa no vocabulário da Bolsa de Valores enquanto elemento característico da língua de especialidade económica, que se estende até às unidades terminológicas reduzidas, dos quais temos vindo a referir alguns exemplos.

O *corpus* apresenta uma grande variedade de estrangeirismos para designar realidades nacionais e internacionais:

- i) terminologia da Economia / Bolsa de Valores (ex.: *Head of Research, Dow Jones, Nasdaq, leading indicators, blue chips, small caps, warrants...*);
- ii) unidades lexicais da língua geral (ex.: *know how, pin's, post-it*);
- iii) personalidades (ex.: *Steve Wilder, James Harrison, Ariel Sharon*);

- iv) empresas (incluindo bancos, sociedades corretoras, *holdings* e afins, por exemplo: *Apple Computers, Dresdner Bank, Lisbon Brokers, Partex Oil and Gas*);
- v) marcas (ex.: *Ferrari, Opel, Renault*);
- vi) imprensa (ex.: *Actualidad, Le Figaro, Reuters*);
- vii) automóvel (terminologia do sector automóvel, por ex.: *airbag*);
- viii) telecomunicações (ex.: *call center*);
- ix) informática (ex.: *downloads, software, web, Internet, site*);
- x) *marketing* e gestão (ex.: *management, senior manager*);
- xi) localidades e locais (ex.: *Frankfurt, Washington, Wall Street*);
- xii) cinema (ex.: *Windwalkers*, título de um filme da MGM);
- xiii) futebol (ex.: *Newcastle*).

Quanto às unidades terminológicas reduzidas, a que dedicaremos mais atenção por ser esse o nosso objecto de estudo, constatamos, por exemplo que, os índices bolsistas são preferencialmente designados em língua autóctone, à excepção do índice português cuja extensão se apresenta em língua inglesa:

CAC – *Compagnie des Agents de Change* ou *Cotation Assistée en Continue*
 DAX – *Deutscher Aktienindex*
 MIBTEL – *Milano Borsa Telematico*
 PSI – *Portuguese Stock Index*

Será este um indicador da falta de confiança do mercado bolsista português, que se pretende emancipar mediante a designação sobre a forma de um acrónimo cuja extensão se apresenta em língua inglesa? Trata-se de um factor já comprovado por algumas empresas que viram aumentar os seus lucros após a mudança para uma designação igual ou semelhante a uma unidade terminológica inglesa. A designação de uma marca ou projecto em língua inglesa, em vez da língua portuguesa, garantirá uma maior taxa de sucesso a nível internacional. Estando alerta para este importante factor, a fábrica de vidro da Marinha Grande, Vitrocristal, viu a empresa sair de uma situação de crise após a criação da marca MGlass (Marinha Grande Glass), “*hoje, pode afirmar-se, sem margem para dúvidas, que a marca ocupa já lugar de relevo e prestígio, desde os Estados Unidos a Portugal, passando por vários países europeus*” (<http://www.regiaodeleiria.pt/100maiores/mglass.php>).

Por outro lado, existem casos de combinação de siglas com unidades terminológicas simples:

BCA Autoleilões – *British Car Auctions Autoleilões*

Tecnidata BC – *Tecnidata Business Consulting*

Ou casos de siglas alfa-numéricas:

3D Tech – *Three-Dimensional Technology*

3 M – *Minnesota Mining and Manufacturing Company*

Segundo GEHENOT (1975: 288), as siglas ditas universais manifestam a sua especificidade relativamente a uma língua por meio de um elemento final que surge por exigências contextuais ou intencionais, apresentando a sigla *PC* (*Partido Comunista*) como um desses casos paradigmáticos: *P.C.B.* (*Partido Comunista Boliviano*), *P.C.C.* (*Partido Comunista de Cuba*), *P.C.D.* (*Partido Comunista Dominicano*), *P.C.E.* (*Partido Comunista de Espana*), *P.C.V.* (*Partido Comunista Venezuelano*).

As siglas universais de GEHENOT assemelham-se ao que GARCIA (1994: 112-113) designa de internacionalismos, “*termos que apresentam uma grafia idêntica em várias línguas, embora essas línguas possam impor a esses termos formas sonoras muito diferentes*”, enquanto testemunhos de uma “*tendência para a internacionalização da língua científico-técnica*”. É o caso da tão discutida Organização das Nações Unidas (ONU).

As unidades terminológicas reduzidas em língua estrangeira, presentes no *corpus*, tocam várias áreas e são verdadeiramente internacionalismos porque são usadas como tal em qualquer lugar do mundo. O que o prova é que a extensão não se altera qualquer que seja a língua onde é usada, por exemplo quando nos referimos aos índices Nasdaq (*National Association of Securities Dealers Automated Quotation System*) ou Nikkei (*Nihon Keizai Shimbu-Sha*).

Existem outras unidades terminológicas que são, além disso, coincidentes em diferentes línguas:

I&D – Investigação e Desenvolvimento / *Investigation and Development*

SAP – *Systeme, Anwendungen, Produkte in der Datenverarbeitung* / *Systems, Applications and Products in Data Processing* / Sistemas, Aplicações e Produtos Informáticos (a sigla original tem extensão em língua alemã para a qual existem extensões equivalentes em inglês e português, por exemplo)

TMT – Tecnologias, Média e Telecomunicações / *Technologies, Media and Telecommunications*

Trata-se de um conjunto de unidades terminológicas reduzidas que têm em comum o facto da sua forma reduzida ser a mesma em mais do que uma língua e, como tal, corresponder a uma mesma denominação em línguas diferentes. Podemos considerá-las como siglas / acrónimos bilingues ou multilingues, de acordo com cada caso específico.

Neste contexto, DOPPAGNE (1991: 99) atribui a opacidade da unidade terminológica reduzida à extensão em língua estrangeira, que declara ser "*indéchiffrable parce que très souvent la base de l'abréviation est en langue étrangère*". Não concordamos totalmente com esta afirmação, porque a opacidade da unidade terminológica reduzida não se limita às que possuem extensão em língua estrangeira, mas também é muito frequente nas siglas e acrónimos de origem portuguesa, como já verificámos.

Dada a importância da língua inglesa na criação de neologismos, particularmente nas línguas de especialidade, GERMAIN e LAPIERRE (1988: 68-69) estudaram a predominância de estrangeirismos entre as unidades terminológicas reduzidas do seu *corpus*, confirmando a forte inclinação para o uso de siglas de origem anglo-saxónica apenas antecidas pelas siglas autóctones, neste caso, da língua francesa. Seguem-se as siglas bilingues, cuja forma é idêntica quer em francês quer em inglês, as siglas de outras línguas e uma percentagem mínima de siglas não identificadas. Em conclusão, as siglas francesas ocupam 3/4 do *corpus*, seguidas da presença dominante das siglas inglesas.

Numa segunda fase, os autores procederam à identificação das zonas de actualização predilectas das siglas anglo-saxónicas, a fim de verificar em que categorias e domínios estas siglas são mais importantes que as francesas. Assim, verificou-se que as categorias "objecto" e "sistemas" se destacam pela predominância do número de siglas inglesas em relação às siglas francesas. Este défice poder-se-ia justificar pela

integração e aceitação do modelo anglo-saxónico de siglação nessas duas categorias pela sociedade quebequense e que, em última instância, traduziria ainda a ausência de uma tendência semelhante na língua francesa. A este respeito, os autores avançam a hipótese da existência de uma diferença fundamental entre o inglês e o francês no plano da criação siglica, sendo que o francês apresentaria uma fraca recorrência à siglação na designação de objectos e sistemas.

À semelhança do que GERMAIN e LAPIERRE (1988) verificaram para a língua francesa, também o *corpus* da terminologia económica confirma a predominância das siglas / acrónimos em língua portuguesa, seguidas pelas unidades terminológicas reduzidas de origem anglo-saxónica:

Línguas em uso	Exemplos	Número		%	
		Siglas	Acr.	Siglas	Acr.
Português	AG	59	57	50	45
Inglês	PIPS	48	39	40	31
Espanhol	BBVA	5	9	4	7
Alemão	ENBW	1	7	1	5,5
Italiano	ISTAT	0	6	0	5
Francês	CAC	1	2	1	1,5
Holandês	ABN	1	2	1	1,5
Sueco	SEB	0	1	0	1
Japonês	Nikkei	0	1	0	1
Híbridos	ESFG	4	2	3	1,5
Total		119	126	100%	100%

Figura 6

Em termos percentuais, o recurso ao uso de siglas (50%) em português é superior ao uso de acrónimos (46%), seguindo as unidades terminológicas reduzidas em língua inglesa a mesma tendência, 40% de formações siglicas face a 30% de formações acronímicas.

De seguida, verificámos quais os subdomínios que revelam maior taxa de sucesso na língua portuguesa ou inglesa, as mais produtivas a nível da formação de unidades

terminológicas reduzidas. As áreas que tocam mais que um subdomínio em simultâneo reflectem-se no acréscimo do total de unidades terminológicas reduzidas.

Subdomínios Português	Exemplos	Número		%	
		Siglas	Acr.	Siglas	Acr.
Bancos	BCE	11	6	17	10
Bolsa de valores	OPA	5	4	8	6
Comunicação Social	DN	4	1	6	2
Economia	ME	14	7	22	11
Empresas	JM	17	25	26	41
Finanças	IRC	1	2	1,5	3
Geografia	SP	2	0	3	0
Informática	TI	1	0	1,5	0
Organismos	UE	6	15	9	25
Política	PT	2	0	3	0
Transportes e comunicações	IP	1	1	1,5	2
Telecomunicações	TMT	1	0	1,5	0
Total		59+6	57+4	100%	100%

Figura 7

As siglas em língua portuguesa são empregues com uma maior frequência na denominação de “Empresas”, seguidas de perto pelo seu uso na terminologia económica. A designação dos “Bancos” é uma categoria igualmente importante na constituição de siglas autóctones. Os acrónimos, por outro lado, demonstram uma maior produtividade na designação de “Empresas”, categoria seguida de longe pelos “Organismos”. Os “Bancos” e a terminologia económica são áreas que mostram também alguma relevância na formação de acrónimos em português.

Vejamos o que sucede nas unidades terminológicas reduzidas em inglês.

Subdomínios Inglês	Exemplos	Número		%	
		Siglas	Acr.	Siglas	Acr.
Bancos	UBS	2	0	4	0
Bolsa de valores	FTSE	7	15	14	38
Comunicação social	Interfax	0	1	0	2,5
Economia	CCI	9	1	18	2,5
Empresas	BP	20	17	40	44
Finanças	----	0	0	0	0
Geografia	----	0	0	0	0
Informática	ISP	5	3	10	8
Organismos	EUROSTAT	4	2	8	5
Política	---	0	0	0	0
Transportes e comunicações	BMW	1	0	2	0
Telecomunicações	UMTS	2	0	4	0
Total		48+2	39	100%	100%

Figura 8

Quer as siglas, quer os acrónimos em língua inglesa dominam o campo das “Empresas”, o que revela o domínio dos mercados por empresas britânicas e americanas ou outras que recorrem ao inglês para denominar os seus empreendimentos. Em termos percentuais, a terminologia da bolsa de valores destaca-se pela sua elevada produtividade a nível dos acrónimos, enquanto a siglação é responsável pela criação de maior número de unidades terminológicas no âmbito da terminologia económica.

Vejamos agora um quadro comparativo dos resultados obtidos sobre a formação de siglas e acrónimos nas línguas portuguesa e inglesa:

Subdomínios	Português		Inglês	
	Siglas	Acr.	Siglas	Acr.
Bancos	17%	10%	4%	0%
Bolsa de valores	8%	6%	14%	38%
Comunicação social	6%	2%	0%	2,5%
Economia	22%	11%	18%	2,5%
Empresas	26%	41%	40%	44%
Finanças	1,5%	3%	0%	0%
Geografia	3%	0%	0%	0%
Informática	1,5%	0%	10%	8%
Organismos	9%	25%	8%	5%
Política	3%	0%	0%	0%
Transportes e comunicações	1,5%	2%	2%	0%
Telecomunicações	1,5%	0%	4%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Figura 9

A subcategorização do domínio económico permite-nos observar que os fenómenos de siglação e acronímia, quer em português, quer em inglês, são altamente produtivos na denominação de “Empresas”. A terminologia económica e os “Organismos” manifestam uma presença maioritária entre as siglas e acrónimos em português, respectivamente. Em inglês, a terminologia económica e, sobretudo, a terminologia da bolsa de valores são aquelas que, logo a seguir às “Empresas”, dominam os processos de siglação e acronímia.

A que se deve tal predomínio de unidades terminológicas reduzidas em inglês na terminologia da economia e, mais especificamente, na terminologia da bolsa? Na verdade, trata-se de uma tendência das línguas de especialidade, em que o estrangeirismo, sobretudo de origem inglesa, surge como resposta à necessidade de designação de novas realidades insuficientemente delimitadas na língua de chegada. CARDERO GARCÍA (2002: 324) atribui mesmo o uso da terminologia inglesa à “*manifestación de una necesidad cultural*”.

No contexto das línguas de especialidade, o sucesso do estrangeirismo assenta precisamente no facto deste assegurar a desambiguação no discurso científico e

técnico, visto que só um dos significados do termo é importado. As propostas de termos de âmbito mais limitado e circunscrito, apresentam sempre maior garantia de êxito. Neste sentido, a vantagem do uso do termo inglês a nível internacional é incontestável, como confirma RODRÍGUEZ GONZÁLEZ (1993: 284): “*no one will deny the advantages brought to the international scientific community by adopting a common code, as some scientists and lexicographers have been claiming*”.

2. O decalque lexical e outros tipos de empréstimo interno

Na sequência do que atrás observámos, podemos encarar o estrangeirismo como uma moeda de duas faces. Por um lado, é um fenómeno de enriquecimento lexical, que as línguas adaptam semanticamente de modo a responder às necessidades comunicativas dos falantes, por outro lado, é visto como um rival que entra em concorrência com termos autóctones existentes para designar um mesmo conceito. No *corpus*, temos, por exemplo, um caso de coabitação de um termo inglês com a sua variante em língua portuguesa: *price target* / preço alvo ou preço-alvo. Quanto às unidades terminológicas reduzidas, temos a co-ocorrência dos seguintes pares de termos equivalentes:

- i) as siglas IHPC (Índice de Preços Harmonizado no Consumidor) e IPC (Índice de Preços no Consumidor) em língua portuguesa, registam 4 frequências, face ao equivalente inglês, CCI (*Consumer Confidence Index*), que regista apenas 1 frequência;
- ii) a sigla FMI (Fundo Monetário Internacional) com 11 frequências em relação ao seu homónimo inglês IMF (*Internacional Monetary Fund*) com 1 frequência;
- iii) a sigla OPV (Oferta Pública de Venda) com 11 frequências em paralelo com o acrónimo IPO (*Initial Public Offering*) que regista 15 frequências. Verificamos, contudo, que a sigla nacional veio a sofrer entretanto uma mudança, que resultou na sua substituição recente pela sigla OPD que, actualmente, aparece designada por meio de duas extensões similares, “Oferta Pública de Distribuição” e “Oferta Pública de Dispersão”, traços comuns à definição da sigla em questão. Dada a recente implementação da sigla OPD em substituição de OPV, evolução essa ainda em curso, o *corpus* não regista qualquer ocorrência da nova sigla.

Apesar da co-ocorrência com o equivalente inglês, parece haver uma tendência para se adoptar a unidade terminológica reduzida na língua nacional. Trata-se de casos de decalque lexical, em que a adaptação ou tradução do termo inglês para a língua portuguesa se faz sem que com isso se perca o seu significado original. Ao não entrar em confronto com o sistema da língua de chegada, o decalque pode constituir um processo bastante viável, mesmo desejável, de criação neológica.

Para além dos empréstimos externos e dos decalques lexicais, CALVET (1980: 103) considera ainda um outro tipo de empréstimo, que nasce da evolução subjacente à unidade terminológica reduzida, ou seja, da sua passagem da escrita à oralidade: *“le passage de l’écrit vers l’oral que constitue l’adoption du sigle par la langue peut être considéré comme une forme d’emprunt. Et, de ce point de vue, le critère de l’intégration dérivationnelle nous permet de cerner le degré d’adoption des sigles”*.

Para finalizar, uma questão se coloca: quais os critérios de aceitação das siglas e dos acrónimos estrangeiros? A resposta encontra-se directamente associada aos mesmos factores que estão na origem do nascimento de uma unidade terminológica reduzida e, para a qual, seguimos os critérios apontados por LOUBIER (2003: 85-87) para a língua francesa:

- i) *“s’ils sont jugés conformes ou intégrables au système linguistique du français sans perturber son développement et sans nuire à la cohérence de la terminologie d’un domaine ou d’un secteur d’activité”;*
- ii) *“s’ils sont considérés comme des internationalismes ou s’ils désignent des normes, des protocoles, etc., qui font l’objet d’ententes internationales particulières”;*
- iii) *“si, sans qu’ils soient jugés intégrables au français, leur utilisation régulière, restreinte ou temporaire, se confine à des domaines ou des techniques de pointe (aéronautique, informatique, etc.) et ne risque pas d’avoir des répercussions négatives sur l’emploi généralisé du français dans la langue courante”.*

1.2. Os problemas de tradução

Dadas todas as especificidades particulares às siglas e aos acrónimos, como resolver os problemas inerentes à sua tradução? Devem as siglas e os acrónimos ser traduzidos? Deverão ser usados tal e qual como na língua de origem ou deve-se tentar encontrar o seu equivalente na língua de chegada? E quanto ao intérprete ou ao tradutor, como resolver os condicionalismos de tempo a que se encontra obrigado no momento da tradução imediata da unidade terminológica reduzida?

A identificação da sigla ou do acrónimo constitui um problema adicional para o tradutor, uma vez que esta o força a tomar determinadas decisões:

- i) traduzir a unidade terminológica reduzida em língua estrangeira por meio de uma sigla ou acrónimo, da sua extensão ou de um termo que a designe;
- ii) manter a sigla ou acrónimo na sua forma original por se tratar de uma referência nacional, indicando a tradução da sua extensão na língua de origem.

Numa tentativa de dar resposta a estas questões, GEHENOT (1975: 292) propõe que na tradução se faça seguir a sigla ou o acrónimo da sua versão original na língua de origem, já que a tradução possível não será mais do que uma aproximação e que *“la plupart de ces dénominations comprennent des termes plus ou moins en rapport avec le vocabulaire institutionnel du pays étudié”*, porque dificilmente se encontram equivalentes sinónimos na língua de chegada. Nos países bilingues, a tradução da unidade terminológica reduzida seguida da sua extensão impõe-se por motivos óbvios.

Por outro lado, GEHENOT (1975: 293) afirma que a tradução das siglas que designam organizações internacionais parece obrigatória, contudo *“il n’en résulte pas nécessairement que le sigle correspondant change selon la langue et certains sigles s’emploient, quelle que soit la langue, sous la même forme, née de la dénomination dans une langue déterminée de l’organisation étudiée (...) certaines organisations internationales empruntent leur sigle à leur dénomination dans une des principales langues officielles, l’anglais ou le français”*. É o caso do acrónimo UNESCO, que se emprega de igual forma noutras línguas, nomeadamente o português, mas cuja

extensão remete para a língua inglesa: *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ (1993: 284) reconhece igualmente esta particularidade das unidades terminológicas reduzidas no momento em que afirma que, *"when faced with a concept or organization of foreign origin, one normally expects a single acronym form to be adopted, either through the translation of its underlying phrase or through the direct borrowing of the alien form"*. A tendência para a adopção das duas formas, isto é, da co-ocorrência da extensão em língua nacional com a extensão em língua estrangeira, geralmente em inglês, sucede quando nos encontramos perante *"the increasing number of concepts that appear in the most diverse fields of science: biology, chemistry, medicine, computer science, data processing"*. Por fim, a solução final é a mesma defendida por GEHENOT (1975): *"face of the chaos which would result from the inversion or alteration of initials belonging to the scientific field, there is no alternative to accepting and adopting the acronyms in their original form, which is in any case internationally established"* (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ 1993: 284-285). Contudo, este não será o melhor caminho se a unidade terminológica reduzida em língua estrangeira entrar em conflito com as regras do sistema linguístico de chegada ou se esta designar uma realidade específica ao país.

Sem dúvida que os domínios a que as unidades terminológicas reduzidas pertencem exercem um papel determinante na selecção da extensão adoptada pelas línguas, independentemente das suas características prosódicas: *"in the domain of computer sciences, for instance, translation is rare due to the strong mark made by English"* (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ 1983: 286). Também aqui se sentem as consequências dos níveis de evolução das unidades terminológicas reduzidas, na medida em que *"the lexical fields exhibit varying degrees of translation"* (1983: 286). A familiaridade com a forma estrangeira é relevante na escolha da forma adoptada, como RODRÍGUEZ GONZÁLEZ (1983: 286) reconhece: *"in the process that leads to the calque or translation of a foreign acronym it is not difficult to find fluctuations at first before usage finally establishes a single form. Such fluctuations are produced by unfamiliarity with the concept or the acronym which names it"*. Perante tais dilemas, o autor acaba por defender um tratamento diferente para as unidades terminológicas reduzidas específicas à realidade nacional de um sistema linguístico: *"one should tend toward the most literal translation where possible, even if the phrasing is impaired, so that the differences between foreign and native acronyms are kept to the minimum"* (1983: 288), posição essa que vai de encontro à perspectiva assumida por GEHENOT (1975).

Esta duplicidade de escolhas subjacente à extensão das unidades terminológicas reduzidas, conduz RODRÍGUEZ GONZÁLEZ (1983: 288) à conclusão, igualmente válida para as siglas, de que *“the most characteristic pattern of double acronym stems from both borrowing the acronymic form directly and translating its underlying source. This translation can give rise in its turn to two different phrases in the target language and thereby result in a double acronym”*.

Um bom conhecimento da língua a traduzir revela-se assim de importância extrema, sobretudo se essa língua é falada em diferentes espaços geográficos. O desconhecimento das especificidades da diversidade linguística das variedades de uma língua pode dar origem a erros de tradução que podem comprometer seriamente a compreensão dos enunciados traduzidos.

Observemos, o caso do português europeu e do português do Brasil a propósito da designação de uma mesma organização internacional: *“nem sempre uma instituição é conhecida pela mesma sigla em Portugal e no Brasil. No Brasil, por exemplo, denomina-se OTAN (= Organização do Tratado do Atlântico Norte) o organismo que em Portugal se chama NATO (= North Atlantic Treaty Organisation), por ter-se aqui vulgarizado a sigla inglesa. § Por vezes há diferença de acentuação da sigla nos dois países. Diz-se, por exemplo, ONÚ em Portugal e ÓNU no Brasil”* (CUNHA e CINTRA 1984: 117). Todavia, enquanto em Portugal se adoptou a extensão em língua portuguesa para designar a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), no Brasil a extensão adoptada é a inglesa, *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (AIDS). RODRÍGUEZ GONZÁLEZ (1993) verificou a mesma tendência do português europeu na língua espanhola face ao tratamento deste acrónimo, justificando-o com o facto de que a extensão em língua nacional revela uma maior capacidade eufónica, admitindo que nem sempre a prosódia é decisiva nos critérios de selecção da unidade terminológica reduzida a adoptar pelos sistemas linguísticos.

Por conseguinte, o tradutor deve manifestar alguma prudência quando tem de utilizar uma sigla ou acrónimo. Para tal, necessita de se informar acerca das suas extensões e significados exactos, quer pela consulta de textos científicos e técnicos, de jornais e revistas, quer através de uma observação atenta dos neologismos que a cada momento se instalam nas línguas. Não só é imprescindível conhecer a perspectiva adoptada pela língua de chegada na selecção da língua para a extensão das unidades terminológicas reduzidas, como GEHENOT (1975) e RODRÍGUEZ GONZÁLEZ (1993)

reconhecem, mas também as especificidades das variedades linguísticas dominantes cujas decisões, face ao mesmo sistema linguístico, são distintas.

CAPÍTULO VIII

A Importância da Siglação e Acronímia Enquanto Processos de Criação Neológica

CAPÍTULO VIII – A IMPORTÂNCIA DA SIGLAÇÃO E ACRONÍMIA ENQUANTO PROCESSOS DE CRIAÇÃO NEOLÓGICA

1. As unidades terminológicas reduzidas e os processos de neologia

As unidades terminológicas reduzidas e, mais especificamente, as siglas e os acrónimos são dois importantes tipos de neologia que reflectem a criatividade lexical da língua e dos seus falantes. Nascem geralmente na escrita e são o resultado de uma necessidade de designação da realidade de uma forma mais económica, quer seja para poupar tempo na comunicação falada e escrita, quer seja para poupar espaço, tão valorizado pela imprensa em particular.

Já nos anos 70, GUILBERT (1975: 275-276) considerava as unidades terminológicas reduzidas como *“un moyen de créer une nouvelle matière phonique, de nouvelles bases de dérivation”*. Quando pronunciada como qualquer outra palavra, o acrónimo pode constituir neologia porque é *“un mot entièrement nouveau dans sa substance phonique”*.

Actualmente, a importância das unidades terminológicas reduzidas enquanto processos de criação de neologismos é incontestável. As perspectivas de abordagem dos autores diferem, mas são complementares.

No seio daquilo que considera neologismos de larga difusão, TEBÉ (2002) integra os neologismos por siglação, acronímia e abreviatura ao lado dos neologismos por derivação e composição, das mudanças de categoria gramatical, dos empréstimos, xenismos e neologismos semânticos. Apresenta alguns exemplos dos neologismos por redução mais produtivos na língua espanhola e, por fim, salienta a forte resistência dos dicionários face à aceitação de novas unidades terminológicas reduzidas.

Enquanto processos de criação de neologismos, os fenómenos de siglação são reconhecidos pela tipologia proposta por PRUVOST e SABLAYROLLES (2003), que os inserem numa matriz morfológica, exclusiva dos fenómenos linguísticos que envolvem redução de forma. A matriz morfológica é subdividida em duas categorias: a

truncação e a siglação, sendo nesta última que os autores integram as siglas e os acrónimos. Sobre estas unidades terminológicas reduzidas, os autores ressaltam a sua capacidade de se impor na língua, substituindo palavras antigas; a sua tendência para formar homónimos a partir de palavras já existentes na língua e a possibilidade de assumirem a base de palavras derivadas.

1.1. A neologia lexical e terminológica

Os processos de siglação/acronímia ou a sigla/acrónimo enquanto produto são fenómenos que se encontram directamente relacionados com a neologia lexical, a criação de novas unidades lexicais na língua geral, ou com a neologia terminológica, se a criação de termos novos ocorrer numa língua de especialidade, contexto em que o *corpus* se situa.

GERMAIN e LAPIERRE (1988: 56) confirmam-no, citando BOULANGER (1979), para quem a neologia lexical é composta por três grandes tipos específicos de neologia: a neologia de forma (ou morfológica), a neologia de sentido (ou semântica) e a neologia por empréstimo. Neste sentido, a sigla pertencerá à neologia de forma que “*consiste à fabriquer de nouvelles unités lexicales (ou qui n'ont jamais été rencontrées sous cette forme) à partir d'éléments appartenant au système morphologique [d'une langue] (...) Le sigle nouveau peut être employé pour désigner une notion nouvelle ou pour référer à un signifié antérieur à la création du signe*” (BOULANGER 1979: 66).

Os fenómenos de siglação e acronímia são também, para MORTUREUX (1994: 17), “*une procédure de néologie lexicale, créant d'un même mouvement un signe, par la transformation d'une séquence de lettres en signifiant, lié à un signifié*”, o que pressupõe um conhecimento bem definido das regras da língua, nomeadamente no que se refere aos “*rapports entre les représentations graphiques et les représentations phoniques*”.

As siglas e os acrónimos, à semelhança dos processos de derivação e composição, constituem mecanismos de criação de novas unidades lexicais ou terminológicas cada vez que se passa a designar uma nova realidade por meio de uma sigla ou acrónimos aos quais estão associadas as suas respectivas extensões. A possibilidade de associar, com maior ou menor dificuldade, uma extensão às unidades terminológicas

do *corpus*, revelou uma relativa fixação destas unidades no sistema linguístico ou, pelo menos, no domínio económico e subdomínios que lhe estão associados.

1.2. A derivação como consequência da lexicalização das unidades terminológicas reduzidas

O termo lexicalização é o escolhido pela maioria dos autores para se referir, no contexto das unidades terminológicas reduzidas, ao mais alto grau de evolução das siglas até se tornarem acrónimos. Por outras palavras, trata-se do processo através do qual a unidade terminológica reduzida entra no sistema linguístico e passa a ser utilizada como uma unidade terminológica simples com a qual se confunde, perdendo-se a consciência da sua origem. Por conseguinte, Danielle CANDEL (1992: 146) reconhece que existe lexicalização, quando as siglas, e sobretudo os acrónimos “*sont souvent si bien intégrés à la langue (...) ils ont tendance à se comporter comme une unité linguistique autonome à part entière*”.

Substantivação é o termo adoptado por XAVIER e MATEUS (1992: 359) que corresponde mais de perto à definição que apresentámos: “*processo morfológico que consiste em usar como substantivo uma palavra de outra classe. Assinala-se pela adjunção do artigo ou de um pronome adjectivo como determinante da palavra*”, factores que já confirmámos sucederem pela função claramente denominativa que a sigla exerce.

De facto, as siglas ou acrónimos podem transformar-se em substantivos, precedidos de um artigo definido segundo as regras sintácticas da língua em questão, ou em adjectivos. Há casos ainda em que a sigla chega mesmo a ocupar o lugar de um adjectivo, assim a sigla *USA* aparecerá como substituto do adjectivo *americano/a*. Estas afirmações confirmam as conclusões que já tecemos a propósito das funções das siglas e acrónimos e que fundamentámos devidamente com exemplos do *corpus*.

A lexicalização de uma unidade lexical ou terminológica observa-se, como o refere CORBIN (1992: 10), pelo “*fait qu'elle accède au statut d'unité codée*”. Quando menciona os casos de siglação/acronímia, reconhece que estas unidades terminológicas reduzidas “*puissent être lexicalisés, et même fonctionner comme bases pour l'affixation (onusien, cégétiste, cinéaste)*” (1992: 25).

leda ALVES (1994: 58) integra as siglas e os acrónimos na neologia formada por composição, onde reconhece a sua capacidade de formar derivados, ainda que raramente: *“os neologismos formados pelo mecanismo da acronímia derivam novas unidades lexicais neológicas. Trata-se de um processo interessante, que revela que a sigla já se encontra no domínio popular”*, ou seja, já passou a ser usada como uma unidade lexical ou terminológica simples. Esta proposta revela alguma instabilidade, quando se refere às possibilidades de formação de palavras por derivação na sequência da sua discussão em torno da “composição por siglas e acronímia”. De facto, nesse capítulo a autora refere-se às funções das unidades terminológicas no eixo sintagmático, não referindo qualquer caso de formação de palavras por composição.

A consequência do sucesso de implantação da unidade terminológica reduzida na língua é, para PERCEBOIS (2001: 641), a lexicalização: *“sigles et acronymes parviennent au stade ultime de leur évolution avec leur complète lexicalisation”*. E, de facto, assim é, razão pela qual a lexicalização ocupa a última posição na escala de evolução das unidades terminológicas reduzidas. Para a autora, a lexicalização realiza-se por meio de processos de *“dérivation par l'adjonction de suffixes”* e, como consequência, *“devenant une base de dérivation suffixale, le sigle fonctionne comme un nom, sujet à transformations: transformation adjectivale, la plus fréquente (...) mais aussi transformation verbale”*. Este processo neológico é, por fim, considerado como uma marca de criatividade ao serviço do redactor ou do falante, que assim podem evitar o *“recours à un terme banal d'usage courant”*.

Também MORTUREUX defende a lexicalização das unidades terminológicas reduzidas como um processo de neologia, reconhecendo-lhe a capacidade de servir de base derivacional ou de composição, sobretudo na formação de nomes, à semelhança do que sucede com outros neologismos.

Os autores de dicionários de linguística e das gramáticas são unânimes ao admitir os processos de derivação das unidades terminológicas reduzidas como uma consequência da sua lexicalização.

GALISSON e COSTE (1983: 649) defendem o ponto de vista da lexicalização das unidades terminológicas reduzidas na língua francesa, que justificam pelo facto de *“uma sigla [que se encontra] particularmente bem integrada no léxico se[r] tratada*

como uma palavra vulgar e d[ar] assim origem a palavras derivadas". Na Gramática de CUNHA e CINTRA (1992: 117) afirma-se que: "uma vez criada e vulgarizada, a SIGLA passa a ser sentida como uma palavra primitiva, capaz, portanto, de formar derivados: *cegetista, petebista, etc.*". O *Prontuário* de BERGSTRÖM e NEVES REIS (2002: 77) confirma-o: "tanto os acrónimos como as siglas podem dar origem a derivados: *ugetista (de UGT, União Geral dos Trabalhadores, + -ista)*", no entanto, o exemplo apresentado refere-se ao português do Brasil.

Neste contexto, CALVET (1980: 88) vai reconhecer o estatuto de neologismo à unidade terminológica reduzida, na medida em que "*le sigle est donc un produit type de l'économie de la langue comme principe de création*", admitindo no futuro uma difusão cada vez maior do fenómeno que, hoje, se confirma. Adiante, quando reflecte sobre os processos de sufixação e prefixação, o autor constata que "*si les dérivations à partir de sigles ne sont pas nombreuses, elles semblent utiliser les suffixes les plus productifs et se situent donc dans le mouvement général de la langue*" (1980: 104) no que se refere à criação de palavras novas. Quanto à prefixação, CALVET (1980: 105-106) considera o funcionamento das siglas como prefixo à luz da "*fréquence des sources du type 'fédération...' ou 'association...' et au fait que ces sources sont fréquemment siglées*". O facto da sigla-prefixo poder ser usada autonomamente "*prouve à la fois son existence et sa vitalité*". Finalmente, dado o estatuto autónomo da sigla enquanto signo linguístico, ela encarna "*une représentation de la langue, l'écriture, prend par rapport à la langue une certaine autonomie et lui propose ses propres créations, ses néologismes*" (1980: 109-110).

Para além dos casos de derivação por sufixação, em que a eliminação de maiúsculas denuncia um nível mais avançado de integração lexical da unidade terminológica reduzida, GERMAIN e LAPIERRE (1988: 65) reconhecem, à semelhança de CALVET, a ocorrência de derivados por prefixação, apesar destes registarem uma fraca produtividade na língua.

A derivação acronímica é um fenómeno devidamente atestado num estudo de RODRÍGUEZ GONZÁLEZ (1988) para o grego e para as línguas eslavas e românicas (espanhol, francês, italiano, romeno, português do Brasil), processo do qual exclui o português europeu, que considera não adoptar este tipo de criação lexical. As línguas germânicas, que seguem igualmente o processo de derivação acronímica, fazem-no, ao contrário, por meio de fenómenos de composição.

Neste contexto, RODRÍGUEZ GONZÁLEZ debruçou-se sobre o domínio político e verificou que a vida política de cada país determinou a recorrência destes fenómenos de derivação acronímica. Quanto ao português europeu verificou existir uma percentagem quase nula de lexicalização de acrónimos.

Ao comparar a situação política espanhola com a portuguesa observou que ambos os países atravessaram difíceis processos de ditadura aos quais se seguiram a proliferação de partidos políticos. No entanto, a evolução de cada língua seguiu caminhos divergentes face à situação política. RODRÍGUEZ GONZÁLEZ aponta como possível explicação o facto de em Espanha terem sido os partidos a envolver-se na luta contra a ditadura, suportando um longo período de (quase-)clandestinidade, enquanto que, em Portugal, foram as forças de ordem militar que enfrentaram a ditadura com o movimento do 25 de Abril de 74, processo esse que se efectuou com alguma rapidez. Antes do 25 de Abril, a oposição concentrava-se quase exclusivamente no Partido Comunista, razão pela qual a população se veio a mostrar desconhecadora dos numerosos partidos que surgiram mais tarde. Não se encontrando a população habituada ao uso de mecanismos de derivação face à vida política, a via mais simples foi precisamente a “derivação sufixal zero”, ou seja, “*the characterization of party followers by metonymy*” (1988: 74). O estabelecimento do debate político entre os poucos partidos existentes que conseguiram alguma proeminência e consequentemente representação parlamentar, trouxeram à luz algumas dessas expressões ainda hoje de uso corrente no domínio político: *socialistas, comunistas...* O sufixo *-ista* é um caso recorrente de derivação acronímica no português do Brasil e no espanhol. O português europeu regista igualmente elevados índices de derivação associada ao mesmo sufixo, surgindo contudo associado apenas a unidades terminológicas simples e não a siglas ou acrónimos.

O autor conclui por fim que, o português do Brasil, ao contrário do português europeu, adoptou a derivação acronímica no seu sistema linguístico, dado registar uma longa história de partidos políticos.

O único vestígio de lexicalização que RODRÍGUEZ GONZÁLEZ encontrou no português europeu coincide com a marca de plural (-s), como em *PC's, PCP's, PSD's*, que já foi tema de discussão e onde se provou esta tendência com exemplos, que contudo não ocorrem no *corpus*.

Apesar dos argumentos do autor serem válidos, na nossa opinião, não se deve afastar o português europeu dos fenómenos de derivação por sufixação, por nos parecer ser uma mudança em curso com tendência a aumentar à luz da actualidade. A este propósito, referimos já algumas possibilidades de sufixação associadas ao acrónimo sida (sidoso, sidaico).

Para concluir, observemos os casos em que as siglas e os acrónimos podem constituir o núcleo de unidades terminológicas complexas, onde demonstram a capacidade de funcionar como nome no interior da mesma:

BCP Investimentos – Banco Comercial Português Investimentos

Tecnidata BC – Tecnidata Business Consulting

TV Cabo – Televisão por Cabo

Estes exemplos aproximam-se das unidades terminológicas reduzidas que CALVET (1980) considera funcionarem como prefixo ou sufixo autónomos. Neste caso, as siglas ou acrónimos podem ocupar lugares de prefixo ou sufixo, segundo a sua posição à esquerda ou à direita da unidade terminológica, funcionando como unidades dependentes dos elementos da unidade terminológica complexa com os quais ocorrem.

1.3. A composição por justaposição

A composição por justaposição como processo de criação de neologismos é reconhecida por GERMAIN e LAPIERRE (1988: 65), que registam exemplos de compostos por justaposição, em que esta se pode realizar por meio não só de uma sigla, mas também através de um nome explicativo, de um número e, muito raramente pela ocorrência de uma sigla/acrónimo siglado, em que um dos seus elementos corresponde a uma sigla diversa. Entenda-se aqui por justaposição, o *“tipo de associação de duas formas linguísticas, que passam a constituir uma unidade mantendo a estrutura fonológica de cada uma delas”* (XAVIER e MATEUS 1992: 220).

No *corpus* ocorrem vários exemplos do tipo de compostos por justaposição propostos pelos autores:

3M	– <i>Minnesota Mining and Manufacturing Company</i>
BM-SEAL-9	– Bloco Marítimo 9 da Bacia Sergipe-Alagoas
CAC 40 / CAC-40	– <i>Compagnie des Agents de Change ou Cotation Assistée en Continue</i>
NASDAQ 100	– <i>National Association of Securities Dealers Automated Quotation System</i>
PSI 20 / PSI20 / PSI-20	– <i>Portuguese Stock Index 20</i>
PSI 30 / PSI30	– <i>Portuguese Stock Index 30</i>

1.4. A criatividade linguística: siglas predestinadas e termos pré-fabricados ou acrónimos motivados?

Trata-se de uma outra marca de criatividade patente nas unidades terminológicas reduzidas que, apesar de registarem menor produtividade, são dignas de menção.

Neste contexto, GEHENOT (1975: 290-292) aponta exemplos de mudança de designação de siglas respeitantes a organismos políticos, decretos, entre outros, sobre os quais já falámos; refere um fenómeno que afirma ser típico da língua belga – as “palavras charneira”, que exemplifica com as siglas ABL (*Armée Belge-Belgish Leger*) e GNG (*Gendarmerie Nationale Gendarmerie*); revela casos ainda em que o humor motiva a extensão da sigla: GAMS (*Girls Against More Skirt*) ou OGLE (*Organization for Getting Legs Exposed*), aspecto esse que CALVET observou relativamente a mudanças intencionais da extensão da unidade terminológica com fins irónicos. Temos um caso similar para o acrónimo TAP (Transportes Aéreos Portugueses), que surge no *corpus*, cuja extensão é normalmente referida pelos falantes como “*Take Another Plane*”.

GEHENOT (1975: 290-291) revela ainda especial atenção pelo que designa de “siglas predestinadas” que, segundo ele, nascem com o intuito de facilitar a memorização, por meio de siglas, cuja forma remete para símbolos ou metáforas, servindo ao mesmo tempo objectivos publicitários, e também através da eufonia, a fim de conseguir um maior impacto sobre o público. Em seguida, fala dos “termos pré-fabricados”, que são mais populares, e acerca dos quais declara: “*il semble bien que l'on considère l'acronyme comme un facteur clé dans le succès de projets, mouvements, et autres*”.

genres d'activités dont l'efficacité dépend de l'attrait qu'il exerce sur les yeux ou l'imagination du public. Ils sont formés de façon à transmettre une certaine impression pour un certain but".

Apesar da sua visão bastante abrangente dos fenómenos de siglação, GEHENOT (1975) não é suficientemente claro na distinção que estabelece entre "siglas predestinadas" e "termos pré-fabricados". As definições apresentadas apontam para uma distinção entre sigla no primeiro caso e acrónimo para o segundo. No entanto, se nos fixarmos nos exemplos apresentados pelo autor, questionamo-nos sobre qual a diferença entre as siglas predestinadas "MIRACLE" (*Mokums Industrial Research Automatic Calculator for Laboratory and Engineering*) ou "WOMAN" (*World Organization of the Mothers of All Nations*) e os termos pré-fabricados "SCARE" (*Students Concerned About a Ravaged Environment*) ou "PAUSE" (*People Against Unconstitutional Sex Education*).

Uma vez que ambos os termos parecem servir os mesmos propósitos – memorização, fins publicitários e, conseqüentemente, impacto sobre o público, por que não falar antes de acrónimos predestinados? Porquê acrónimos e não siglas? Pelo facto de que estes termos se assumem sob a forma de uma palavra pronunciável. Poderíamos assim apontar, como exemplo de "acrónimo predestinado", a unidade terminológica reduzida BIG (Banco de Investimento Global) que ocorre no *corpus* e sobre cuja forma já reflectimos.

Também KOCOUREK (1982: 165) reconhece este tipo de particularidades, que justifica pelos *"effets du nouveau rapport systématique ajoutent aux connotations virtuelles du sigle, dues à une contamination homonymique ou paronymique"*. Quanto aos processos de formação deste tipo de unidades terminológicas, o autor argumenta que *"on choisit un sigle ayant une connotation désirée et on cherche un syntagme source correspondant (...) Parfois, le sigle-lexème employé est lié assez librement aux lexèmes sémantiquement pertinents"*.

A este propósito, GERMAIN e LAPIERRE (1988: 64) propõem as ditas "siglas predestinadas" como um tipo diverso de homonímia, na medida em que é estabelecida a relação entre uma sigla e uma unidade lexical ou terminológica actual da língua. Neste sentido, os autores avançam a hipótese da existência de *"un degré d'affinité entre le sigle-monème et sa signification"*, que confirma as constatações de KOCOUREK e segue ao encontro do que já se afirmou sobre o acrónimo BIG.

Finalmente, PERCEBOIS (2001: 638) propõe o termo “sigla ou acrónimo motivado”, que preferimos por nos parecer mais transparente, e que define como “*une forme dont la désignation est en rapport avec le sens de son homonyme*”. Esta é a posição terminológica em que nos situamos.

1.5. Os empréstimos

Os empréstimos externos, sobretudo os de origem inglesa, como já vimos, são processos recorrentes entre as unidades terminológicas reduzidas na designação de termos da economia e da bolsa de valores. Estes apresentam-se essencialmente de duas formas:

- i) as unidades terminológicas reduzidas que passam para a língua portuguesa na sua forma original em inglês, muitas vezes sem que se tenha a percepção de que a sigla ou o acrónimo possuem uma extensão de língua estrangeira, e para a qual o falante não necessita de conhecer a sua extensão para a poder usar. Ex.: Fincor (*Fidelity Instruments Group*);
- ii) as unidades terminológicas reduzidas homónimas de palavras inglesas, a que damos o nome de acrónimos motivados. Ex.: BIG (Banco de Investimento Global).

Como vimos no capítulo anterior, o *corpus* admite ainda outros tipos de criação de novas palavras por meio de processos de decalque (ex.: IMF / FMI) e, muitas vezes, as siglas e acrónimos assumem-se sobre a forma de uma extensão em língua inglesa para designar uma realidade portuguesa, conseguindo com esse estratagema um maior reconhecimento a nível europeu e mesmo internacional (ex.: PSI).

Para MORTUREUX (1994: 17), estes procedimentos neológicos das siglas e dos acrónimos “*mettent en cause l’existence des frontières entre langues*”, apesar disso constituem “*une solution élégante aux problèmes de l’emprunt, et de l’internationalisation des vocabulaires spécialisés*”.

Não obstante a importância que os processos de siglação e acronímia têm na criação de novas palavras e, conseqüentemente, na actualização da língua, quando comparadas com as unidades terminológicas simples, as unidades terminológicas reduzidas são um fenómeno de menor produtividade no seio da neologia.

CAPÍTULO IX

Proposta para um Dicionário Electrónico de Siglas e Acrónimos

CAPÍTULO IX – PROPOSTA PARA UM DICIONÁRIO ELECTRÓNICO DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

1. A emergência de um dicionário de unidades terminológicas reduzidas no mercado nacional

A Economia e, mais especificamente, a Bolsa de Valores são áreas de actuação da contemporaneidade com um destaque incontestável na economia mundial enquanto factor de financiamento económico de um país. Portugal encontra-se, todavia, longe do nível de desenvolvimento e dinamismo atingido nos países com uma economia estável, situação essa que se veio a espelhar na recolha bibliográfica, insuficiente quer em textos científicos quer em dicionários. Mesmo os dicionários disponíveis no mercado nacional não são mais do que traduções para a língua portuguesa, apenas com adaptações à realidade económica portuguesa em alguns casos. A considerável informação existente sobre a evolução económica e o comportamento da bolsa nacional face aos mercados internacionais é encontrada, diária ou semanalmente, na imprensa, na televisão, e mais frequentemente na *Internet*, onde existem vários *sites* em língua portuguesa a dar conta do comportamento dos mercados com actualizações sucessivas ao longo do dia.

Contudo, o público que acede a tal informação, não sendo especialista na área, sentirá grandes dificuldades na descodificação da terminologia aí utilizada, sobretudo porque a comunicação social é aquela que, por condicionalismos de tempo e de espaço, mais frequentemente recorre ao uso das unidades terminológicas reduzidas. Torna-se, por conseguinte, incontestável a emergência de novos estudos de âmbito económico, sobretudo na área da terminologia, dada a escassez de bibliografia especializada em língua portuguesa. No que respeita às unidades terminológicas reduzidas em específico, não existe, até à data, qualquer dicionário que se dedique exclusivamente ao tratamento das siglas e acrónimos que não param de surgir nos mais variados domínios de saber da vida nacional.

A Informática vem, neste contexto, assumir mais uma vez um papel de relevância na medida em que permite a constituição de bases de dados de diferentes tipos e utilidades (textual, dicionarística, lexical, lexicográfica, terminológica), a partir das

quais poderemos partir para a elaboração de um glossário, de uma terminologia ou de um dicionário (conceptual, electrónico, terminológico ou integrado num dicionário de língua geral com informações relativas a unidades terminológicas reduzidas).

A análise que temos vindo a fazer do funcionamento das unidades terminológicas reduzidas permite, neste momento, avançar com uma proposta de dicionário terminológico de siglas e acrónimos, com base na extracção de termos a partir de um *corpus* de divulgação do vocabulário económico, seguindo a nossa aceção de dicionário a perspectiva defendida por QUEMADA (1987 : 236).

O dicionário é, segundo o autor, *“un projet fondé sur un ensemble d'options typologiques ou méthodologiques et sur la mise en œuvre d'un choix représentatif de valeurs linguistiques, culturelles, etc., et un produit doté de caractéristiques concrètes, physiques et économiques: projet + produit = objet-dictionnaire”*, sendo o “objecto-dicionário” encarado sob três aspectos:

- i) *“instrument de communication”*;
- ii) *“ensemble documentaire systématisé”*;
- iii) *“produit technico-commercial”*.

2. Critérios de apresentação das siglas e acrónimos como entradas para um dicionário electrónico

O dicionário, enquanto utensílio interactivo e dinâmico, possibilita a pesquisa multifuncional de acordo com as questões e problemas que se colocam àqueles que nele procuram o acesso à informação fidedigna de forma rápida. Neste sentido, o dicionário informatizado supera de longe o dicionário em suporte papel pelo dinamismo e rapidez de consulta, o fácil acesso a grandes volumes de informação, a rapidez de processamento da informação, a sistematicidade da informação dada, a possibilidade de actualização de dados e de recurso a diferentes modalidades de pesquisa. Esta é a proposta de dicionário que avançamos, apesar dos critérios a considerar na selecção e apresentação das unidades terminológicas reduzidas serem válidos para qualquer formato de dicionário.

O produto final ofereceria novas potencialidades de desenvolvimento que poderia assumir, por exemplo, a forma de um dicionário máquina que, quando integrado no *Microsoft Word*, permitisse ao utilizador aceder automaticamente à extensão das unidades terminológicas reduzidas sem que fosse necessário procurar o seu significado manualmente.

Este seria um dicionário que interessaria a um público vasto, entre documentalistas, estudantes de economia (portugueses e estrangeiros), jornalistas, redactores, terminólogos e tradutores, não deixando de constituir uma base de referência para os especialistas.

Um trabalho deste tipo envolve, como se tem vindo a verificar, uma certa complexidade dadas as particularidades inerentes às unidades terminológicas reduzidas. O tratamento lexicográfico de que as unidades terminológicas reduzidas são alvo aquando da sua dicionarização já foi discutido anteriormente e, é nessa perspectiva que nos situaremos a fim de avançar ao encontro de novas abordagens.

2.1. Referência à sigla e ao acrónimo no título do dicionário

Para começar, verificamos que os dicionários estrangeiros e as traduções que nos chegam em português, não estabelecem qualquer distinção entre sigla e acrónimo, tomando ambas as realidades como um todo que resulta numa denominação dos dicionários como “dicionários de siglas”, seguindo o mesmo tratamento que os dicionários de língua geral fazem deste tipo de unidades terminológicas.

Antes de mais, se pretendemos elaborar um dicionário, do qual façam parte quer siglas quer acrónimos, há que saber fazer tal distinção na apresentação das entradas e transpôr essa opção para o título. Assim, o título do nosso dicionário seria *Dicionário de Siglas e Acrónimos*, neste caso específico, no domínio económico. Contudo, aquando da selecção das siglas e acrónimos do *corpus*, outras categorias similares afirmaram a sua presença, acabando por ser preferível, porque mais abrangente, o título *Dicionário de Unidades Terminológicas Reduzidas*, do qual apresentaremos uma amostragem em anexo.

2.2. A especificidade da micro-estrutura dos artigos terminográficos

As entradas das unidades terminológicas reduzidas devem estar organizadas por ordem alfabética. Quanto às siglas e acrónimos que co-ocorrem com símbolos, seguimos as indicações dos autores do *Dicionário de Acrónimos e Siglas* citado por GEHENOT (1975: 277), que já foram alvo de discussão no capítulo III.

As entradas classificadas como “siglas/acrónimos com símbolos” ou “falsas siglas/falsos acrónimos” apresentam, sempre que necessário, uma pequena definição que justifica a classificação de que são alvo e, ao mesmo tempo, clarifica o seu conteúdo.

Deparámo-nos ainda com unidades terminológicas reduzidas complexas, cujas especificidades determinaram tratamentos diferentes:

- i) a sequência [Unidade Terminológica Reduzida + Unidade Terminológica Reduzida] é considerada como duas entradas independentes, uma vez que cada uma tem a sua extensão diferente. No campo “nota” remete-se em cada uma delas para a unidade terminológica com a qual co-ocorre. É o caso de ABN Amro, sequência constituída por [Sigla + Acrónimo];
- ii) quando a sequência se apresenta como [Unidade Terminológica Reduzida + Unidade Terminológica simples] e, nalguns casos, essa unidade terminológica simples faz parte da extensão da sigla ou do acrónimo, a unidade terminológica simples surge na entrada junto da sua unidade terminológica reduzida, completando-lhe o sentido. Assim, vejamos, quando se fala em TV não se está a falar necessariamente em TV Cabo, nem o subdomínio de aplicação será o mesmo. Nestes casos, a inclusão da unidade terminológica simples junto do seu núcleo (sigla ou acrónimo) vem resolver ambiguidades de discurso;
- iii) surgem ainda sequências compostas por [Unidade Terminológica simples + Unidade Terminológica Reduzida], em que apenas se considera como entrada a unidade terminológica que é alvo de redução. A unidade

terminológica simples que a acompanha é referenciada no campo “nota”, que se segue à apresentação da extensão da sigla ou acrónimo, por exemplo, Fenosa para Unión Fenosa. Esta decisão apoia-se em princípios de coerência, – visto estarmos perante uma listagem de entradas de unidades terminológicas reduzidas, seria incongruente apresentar entradas introduzidas por unidades terminológicas simples.

2.3. A grafia e as variantes

A grafia das unidades terminológicas reduzidas é a privilegiada, em termos de frequência de ocorrência, nos textos que compõem o *corpus* de trabalho. As variantes ortográficas, juntamente com o número da sua frequência, são igualmente alvo de referência, na medida em que tal não só reflecte o grau de evolução da unidade terminológica complexa como ainda poderá auxiliar na escolha de uma forma em detrimento de outra.

As notícias que recorrem às maiúsculas nos seus títulos para referir unidades terminológicas reduzidas que não ocorrem de igual forma no interior do corpo da notícia, não foram consideradas como variantes ortográficas, mas como critérios estilísticos específicos aos títulos da imprensa. Assim, a grafia da unidade terminológica que tomámos como modelo é a que ocorre no texto.

2.4. A categoria

À apresentação da unidade terminológica reduzida, juntamente com o número de frequências, segue-se a categoria a que pertence: “sigla” ou “acrónimo”, distinção que temos vindo a defender como fundamental, pelos seus modos de formação peculiares, a sua representação gráfica e, sobretudo a sua pronúncia. Num dicionário que não considere a transcrição fonética das suas entradas, uma distinção sigla/acrónimo permitirá ao utilizador obter tal resposta.

No caso das unidades terminológicas que possuem traços comuns, quer aos processos de siglação, quer aos processos de acronímia, e que corresponde ao grupo

que designámos de “sigla ou acrónimo”, a entrada é seguida da indicação de dupla categoria, isto é, “sigla, acr.”.

2.5. O género

A necessidade de incluir o género da unidade terminológica reduzida tornou-se imperativa a partir do momento em que se verificou:

- i) a oscilação no uso dos artigos que marcam o género de uma mesma unidade terminológica;
- ii) a presença de casos de homonímia, muitas vezes resolvidos pela diferença de género da unidade terminológica a que se referiam. No entanto, não deixam de existir várias unidades terminológicas reduzidas que albergam o mesmo género para extensões diferentes.

A atribuição da marca de género foi, inicialmente, realizada mediante a observação da unidade terminológica reduzida em contexto. Mas, nem sempre o contexto foi suficiente para resolver os problemas de oscilação de género para uma mesma unidade terminológica reduzida. Assim, o passo seguinte passou pela pesquisa *online* por meio de três tipos de busca: a unidade terminológica reduzida; a unidade terminológica reduzida precedida de artigo definido masculino; a unidade terminológica reduzida precedida de artigo definido no género feminino.

No caso específico dos símbolos, que não possuem marca de género, quando associados a uma sigla ou a um acrónimo, estes recebem o de género da unidade terminológica reduzida com a qual co-ocorrem.

2.6. A extensão

Após a indicação da marca de género, segue-se a extensão a que a unidade terminológica reduzida se refere. Vários são os obstáculos que surgem neste momento e que se prendem com a dificuldade de localização da extensão das unidades terminológicas reduzidas menos frequentes, ou daquelas que sempre se usaram como tal independentemente da sua extensão. Por outro lado, também a

extensão de origem estrangeira e a homonímia, nem sempre resolvida pelo contexto, constituem factores de resistência na determinação da extensão da unidade terminológica.

Assim, deparámo-nos com unidades terminológicas reduzidas cuja extensão não foi possível apurar, porque as empresas ou organismos responsáveis não a mencionavam. Contudo, a grafia ou definição dessas unidades terminológicas apontava claramente em direcção à extensão que terá estado na sua origem, pelo que decidimos apresentar uma proposta de extensão óbvia, com tal ressalva indicada na nota que se segue à indicação da extensão.

As unidades terminológicas reduzidas, às quais não foi possível associar uma extensão, foram inseridas no grupo das unidades terminológicas “sem classificação”, junto das quais se aponta uma proposta de extensão para a entrada.

Quanto às siglas e aos acrónimos, cuja extensão se apresenta em língua estrangeira ou em língua nacional, a nossa posição segue as perspectivas defendidas por GEHENOT (1975) e RODRÍGUEZ GONZÁLEZ (1993). Por conseguinte, a extensão das unidades terminológicas reduzidas que correspondem a uma realidade nacional devem ser apresentadas na língua de origem, enquanto a extensão das entidades internacionais surgirá em primeiro lugar em língua estrangeira, quase sempre o inglês, seguida da extensão em língua nacional caso a língua a tenha fixado como tal. Estas últimas foram já alvo de reflexão a propósito da problemática das siglas universais.

O problema da homonímia, impossível de evitar, foi resolvido pela atribuição de duas ou mais entradas a uma mesma unidade terminológica reduzida, cujas particularidades são resolvidas não apenas a nível da extensão, mas também da marca de género e do subdomínio em que se inscreve.

Temos, por exemplo, homonímia face a unidades terminológicas reduzidas cuja extensão é a mesma mas que, em situação de contexto, é utilizada com acepções diferentes para designar a mesma realidade. É o caso da unidade terminológica S&P que, para além da homonímia a nível da extensão: *Standard and Poor* ou Seguros e Pensões, mantém uma relação homonímica interna com a sua primeira extensão, isto é, a extensão *Standard and Poor* é utilizada para designar uma empresa e, ao mesmo tempo, o indicador económico representativo da mesma empresa em bolsa.

2.7. As notas

A extensão das unidades terminológicas reduzidas é seguida, na sua maioria, por pequenas observações associadas às particularidades da entrada em questão. Estas notas poderão prestar uma multiplicidade de informações, que passam pela origem ou evolução do termo, pela sua definição, pela sua remissão para entradas com a qual mantém relação, para sinónimos ou equivalentes ou ainda para a sua fonte ou contexto de uso.

2.8. Os subdomínios

As entradas das unidades terminológicas reduzidas são finalizadas pela indicação do subdomínio a que pertencem, apenas referido nos grupos “siglas”, “acrónimos”, respectiva co-ocorrência com símbolos, e “siglas ou acrónimos”, por serem essas as categorias mais significativas e que constituem o nosso principal objecto de estudo.

Nem sempre é possível atribuir apenas um subdomínio de emprego a uma unidade terminológica reduzida, porque a unidade terminológica remete para vários subdomínios em simultâneo. É o caso, por exemplo, do canal de televisão SIC (Sociedade Independente de Comunicação) que é ao mesmo tempo referido como órgão de comunicação social e empresa. Também CANDEL (1992: 145) já reconheceu esta dificuldade de delimitação de domínios no seu *Dictionnaire de Sigles*, razão pela qual justifica o facto de “souvent, deux ou trois marques de domaine ont alors été retenues”.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Os processos de siglação e de acronímia parecem ser um fenómeno da época contemporânea que veio para ficar. A cada dia nascem novas siglas e acrónimos a designar conceitos novos ou já vastamente conhecidos e vulgarizados pelo uso. O aumento vertiginoso de unidades terminológicas reduzidas nos sistemas linguísticos é um reflexo do avanço tecnológico que instiga a comunicação à distância com uma rapidez cada vez maior. Os códigos inerentes à comunicação escrita nos domínios da informática e das telecomunicações são um claro testemunho desta realidade. De facto, a linguagem utilizada nos programas de *chat* e nas mensagens escritas (ou SMS) é detentora de um sistema de abreviaturas próprio que todos os utilizadores conhecem ou devem conhecer. Por outro lado, todas as empresas, todas as organizações, independentemente da sua proeminência na sociedade, adoptam as suas próprias unidades terminológicas reduzidas, motivo esse que tem conduzido à criação de extensas listas de siglas, sobretudo no que se refere aos domínios político e económico e que vem confirmar o interesse num estudo desta índole.

As diferentes perspectivas de abordagem face ao tratamento das unidades terminológicas reduzidas levou-nos, numa primeira fase, à discussão das várias definições apresentadas para os conceitos de sigla e acrónimo, na maioria das vezes contraditórios. Por fim, conseguimos alcançar um consenso de acordo com três aspectos recorrentes: o modo de formação, a pronúncia e o respectivo emprego na linguagem oral e escrita, que nos permitiu uma definição paralela de sigla e de acrónimo. Neste contexto, ressalve-se o facto dos dicionários de referência da língua portuguesa já reconhecerem a importância das siglas e dos acrónimos como entradas, dada a frequência do seu uso na comunicação social e obras de divulgação sem que, muitas vezes, a sua extensão seja revelada.

A reflexão acerca das definições de sigla e acrónimo, depressa nos mostrou necessária a consideração sobre outro tipo de unidades terminológicas reduzidas, que surgiam como parte integrante das definições de sigla e acrónimo. Por um lado a redução, enquanto termo genérico que concentra em si todos os processos de criação de unidades terminológicas reduzidas, por outro lado a abreviatura e a abreviação, que são alvo de definições polissémicas dada a multiplicidade de pontos de vista definitórios para ambas as realidades. A braquigrafia e a acrografia seguem, no

mesmo sentido, uma definição alargada de ambos os conceitos, surgindo o primeiro intimamente associado aos processos de siglação enquanto o segundo se encontra ligado aos processos de abreviação. Por fim, temos os símbolos, em representação de um conceito por meio de caracteres que podem assumir uma grande variedade de formas.

Esclarecidas as flutuações em torno das definições das unidades terminológicas reduzidas, fixámo-nos nos modos de representação dos fenómenos de siglação e acronímia, que nos conduziu aos diferentes níveis de evolução diacrónica que a sigla atravessa até se tornar acrónimo e se confundir com as restantes unidades lexicais e terminológicas da língua. Podemos assim verificar que o sucesso de implantação de uma sigla ou acrónimo no sistema linguístico se encontra dependente de uma série de factores:

- i) uma estrutura pouco extensa, entre 3 e 4 caracteres;
- ii) um nível de frequência elevado, factor indissociável da aceitabilidade da unidade terminológica reduzida entre a comunidade linguística;
- iii) a facilidade de memorização e, consequentemente, de pronúncia;
- iv) a ausência de homonímia, que reforçará a aceitabilidade do seu uso;
- v) a pronúncia alfabética ou silábica encontra-se intimamente associada ao número de caracteres que constitui a unidade terminológica reduzida – quanto menor o número de caracteres da unidade terminológica maior a probabilidade de ser pronunciada letra a letra, quanto mais longa a unidade terminológica maior a probabilidade ser pronunciada como uma palavra;
- vi) a necessidade e utilidade para a comunidade linguística e/ou científica;
- vii) a facilidade de adopção do acrónimo pela língua falada, caso este possua a capacidade de ser pronunciado como uma palavra de acordo com o sistema fonológico da língua, constituindo a lexicalização a consequência última do sucesso de implementação da unidade terminológica reduzida na língua;
- viii) a motivação subjacente à unidade terminológica reduzida: o aspecto lúdico, a sedução, o objectivo de despertar a atenção a nível internacional;
- ix) o uso correcto e compreensão da sigla estão dependentes do nível etário, educacional, profissional e social de cada indivíduo.

O uso universal das siglas e dos acrónimos confere-lhes tal poder que estas adquirem autonomia, funcionando como uma unidade terminológica independente que se submete às mesmas regras e convenções linguísticas que as demais. Trata-se, como defende CALVET (1980: 109-110, 119), de uma *“représentation de la langue, l’écriture, prend par rapport à la langue une certaine autonomie et lui propose ses propres créations, ses néologismes. (...) Il n’est plus une abréviation, renvoyant sans arrêt à son origine, il est une unité du système”*.

Feitas tais generalizações, debruçámo-nos sobre as funções exercidas pelas unidades terminológicas reduzidas, que ocorrem no eixo sintagmático quase sempre com a função de nome e, mais raramente, com a função de adjetivo.

Enquanto função denominativa, a unidade terminológica reduzida pode exercer funções opostas, por um lado divulga os conceitos mais obscuros ao público em geral, por outro lado restringe o seu uso e compreensão ao público especializado, no seio do qual são criadas, sendo as responsáveis pela imediata distinção entre iniciados e especialistas. A comunicação rápida e eficaz com os iniciados ou a opacidade que incorporam, muitas vezes usadas sob a forma de códigos, serve como estímulo de pertença a um grupo. A eufemização, menos difundida mas igualmente importante, que resulta num processo de substituição de siglas ou acrónimos por outras unidades terminológicas reduzidas que vêm ocupar essa posição, é um fenómeno muito frequente no domínio económico sobre o qual incidem as unidades terminológicas reduzidas do *corpus*.

A distribuição dessas unidades terminológicas reduzidas pelos respectivos subdomínios, permitiu-nos verificar que, na sua maioria, as siglas e os acrónimos correspondem a designações de empresas. De facto, este aspecto não nos parece surpreender, uma vez que, cada vez mais, as empresas recorrem a siglas e acrónimos para se denominar a si ou às marcas que comercializam.

As siglas e os acrónimos revelam, por outro lado, uma forte tendência para o recurso ao empréstimo externo de origem inglesa, a partir do qual se forma uma grande de parte de novos termos por meio de processos de decalque lexical. Aliás, a influência do inglês enquanto língua privilegiada para a criação de neologismos a servir as necessidades de actualização do vocabulário geral e de especialidade, justificaria só por si uma análise mais atenta.

CALVET (1980) reconhece ainda, na passagem que a unidade terminológica reduzida faz da escrita à oralidade até ao processo de lexicalização, um outro tipo de empréstimo.

Face aos problemas de tradução subjacentes ao uso das unidades terminológicas reduzidas, a solução mais viável parece ser a adopção da sigla ou do acrónimo internacionalmente conhecidos, enquanto a tradução das siglas ou acrónimos específicos de um dado sistema linguístico deverão ser alvo de uma tradução o mais literal possível. Contudo, o conhecimento das especificidades do sistema linguístico em causa e as suas diferentes variedades poderá ajudar a encontrar a tradução mais fiável se se observar a tendência da língua para adoptar uma extensão em língua estrangeira ou em língua nacional na designação das unidades terminológicas reduzidas.

Os fenómenos de siglação e acronímia destacam-se também como importantes instrumentos de criação de neologismos no seio das línguas de especialidade. Neste contexto, a afirmação das siglas e dos acrónimos enquanto palavras novas realiza-se quer por meio de processos de neologia lexical ou terminológica, quer por processos de derivação, composição e empréstimo ou ainda através da criação consciente de unidades terminológicas motivadas. No final desta exposição, foi possível concluir que a neologia por derivação e composição parece não se manifestar na língua portuguesa com a frequência com que se manifesta nas outras línguas latinas, apesar de já se encontrarem exemplos que vêm seguir a tendência generalizada das suas congéneres.

A proposta de um modelo de dicionário informatizado, em suporte electrónico, que satisfaça as necessidades de um público especializado e do público em geral, dada a precariedade do mercado nacional que não dispõe de dicionários terminológicos em língua portuguesa na área da economia, e sobretudo no domínio da Bolsa de Valores, será o nosso objectivo último. O dicionário deve ser capaz de dar conta das variações subjacentes à utilização da sigla e da extensão para a qual a mesma remete, de acordo com a sua frequência e facilidade de pronúncia, funcionando como entidade responsável pela fixação de um termo na língua ao tentar superar a sua instabilidade formal e conceptual consequência dos diferentes níveis de evolução por que passa qualquer unidade terminológica.

A importância do tratamento de dados fornecidos pelo dicionário pode trazer vantagens adicionais, por exemplo a nível dos investimentos: uma empresa que, num dado momento, apresente um elevado índice de frequências será com certeza uma boa opção de investimento, como a PT ou a EDP, ou má, caso o contexto de referência seja negativo. Por outro lado, o poder económico dos EUA reflecte-se também no elevado grau de frequências registadas pela unidade terminológica reduzida.

Finalmente, um dicionário que dê conta das unidades terminológicas reduzidas do sistema é *“un outil de premier intérêt pour les recherches en néologie”*, que *“viendraient enrichir précieusement le nombre des dictionnaires de langue spécialisés”*, como declara CANDEL (1992: 152-153) a propósito do seu dicionário de siglas para a língua francesa.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

1. LINGÜÍSTICA, LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA

- ALVES, Ieda Maria (coord.) (1998), *Glossário de Termos Neológicos da Economia*, Cadernos de Terminologia n.º 3, São Paulo, CITRAT FFLCH / USP, 270 p.
- ALVES, Ieda Maria (1994), *Neologismo, Criação Lexical*, São Paulo, Ática, 93 p.
- ASLANOFF, Cyril (1995), "Emprunt enthousiaste et emprunt réticent: essai de typologie de différentes attitudes devant l'emprunt lexical à travers l'exemple du grec et du japonais", in *Meta*, vol. 40, n.º 4, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 540-547.
- AZUAGA, Luísa (1996), "Morfologia", in FARIA, Isabel Hub et alii (org.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, pp. 215-244.
- BAUDET, Jean C. (2002), "Les sigles et la science en français", in *La Banque des Mots* n.º 64, Paris, CILF, pp. 93-96.
- BAUDET, Jean C. (2001), "La siglométrie: outil de linguistique comparée", in *La Banque des Mots* n.º 62, Paris, CILF, pp. 34-36.
- BEACCO, Jean-Claude ; MOIRAND, Sophie (ed.) (1995), *Les Enjeux des Discours Spécialisés*, Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, 214 p.
- BÉJOINT, Henri ; THOIRON, Philippe (2000), *Le Sens en Terminologie*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 280 p.
- BOURIGAULT, Didier, Monique SLODZIAN (1999), "Pour une terminologie textuelle", in *Terminologies Nouvelles*, Rint, pp. 29-32.
- CABRÉ, M. Teresa, Judit FREIXA e Elisabet SOLÉ (ed.) (2002), *Lèxic / Neologia*, Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, 301 p.
- CABRÉ, M. Teresa, Judit FREIXA e Elisabet SOLÉ (ed.) (2000), *La Neologia en el Tombat de Segle*, Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, 261 p.
- CABRÉ, M. Teresa (1999), *La Terminología: Representación y Comunicación. Elementos para una Teoría de Base Comunicativa y otros Artículos*, Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, 369 p.
- CABRÉ, M. Teresa (1993), *La Terminología. Teoría, Metodología, Aplicaciones*, Barcelona, Editorial Antártida/Empúries, 259 p.
- CALVET, J.-L. (1980), *Les Sigles*, Paris, PUF, Collection Que Sais-Je?, n.º 1811, 125 p.

- CANDEL, Danielle (1992), "A propos d'un nouveau dictionnaire de sigles", in *Études de Linguistique Appliquée*, 85-86, Paris, Didier Erudition, pp. 139-154.
- CAPUTO, Ambra, Emanuela ENRICO e Fabienne MASUCCI (1987), "Néologismes et contact des langues", in *Meta*, vol. 32, n.º 3, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 267-272.
- CARDERO GARCÍA, Ana María (2002), "Algunas observaciones acerca de los conceptos, sus áreas temáticas, la sinonimia y la polisemia en un vocabulario especializado en México" in CORREIA, Margarita (org.), *Terminologia, Desenvolvimento e Identidade Nacional. VI Simpósio Ibero-Americano de Terminologia*, Lisboa, Edições Colibri/ILTEC, pp. 317-330.
- CHANSOU, Michel (1984), "Calques et créations linguistiques", in *Meta*, vol. 29, n.º 3, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 158-173.
- CHEMINÉE, Pascale (1999), "Statut lexical, statut lexicographique : le nom composé dans le dictionnaire", in *LINX* 40, Nanterre, Université Paris X - Nanterre, pp. 187-217.
- CLAS, André (1987), "Une matrice terminologique universelle: la brachygraphie gigogne", in *Meta*, vol. 32, n.º 3, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 347-355.
- CLAS, André (1980), "De la formation de mots nouveaux", in *Meta*, vol. 25, n.º 3, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 345-347.
- COLLET, Tanja (1997), "La réduction des unités terminologiques complexes de type syntagmatique", in *Meta*, vol. 42, n.º 1, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 193-206.
- CORBEIL, Jean-Claude (1971), "Aspects du problème néologique", in *La Banque des Mots* n.º 2, Paris, CILF, pp. 123-136.
- CORBIN, Danielle (1992), "Hypothèses sur les frontières de la composition nominale", a paraître dans les *Cahiers de Grammaire*, 17, pp. 1-30.
- COSTA, Rute (2001), *Pressupostos Teóricos e Metodológicos para a Extração Automática de Unidades Terminológicas Multilexémicas*, Dissertação de Doutoramento em Linguística, Lisboa, UNL-FCSH, 363 p.
- COSTA, Rute (1993), *Terminologia da Economia Monetária – Relações Conceptuais e Semânticas numa Sistemática Terminológica e Lexicográfica*, Dissertação de Mestrado em Linguística, Lisboa, UNL-FCSH, 191 p.
- CUSIN-BERCHE, Fabienne (1999), "La notion d'unité *lexicale* en linguistique et son usage en lexicologie", in *LINX* 40, Nanterre, Université Paris X -Nanterre, pp. 11-29.

- DARBELNET, Jean (1972), "Réflexions sur la néologie", in *Meta*, vol. 17, n.º 2, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 87-93.
- DARBELNET, Jean (1967), "Resources néologiques du français", in *Meta*, vol. 12, n.º 4, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 111-117.
- DELACHERIE, Sabine (1997-98), "Les sigles : introduction à une classification des sigles courants", in *Les Sigles : Introduction à une Classification des Sigles Courants*, Mémoire de Maîtrise, Paris, Université Paris 8, pp. 1-49.
- DEPECKER, Loïc (1999), *Entre Signe et Concept. Éléments de Terminologie Générale*, Paris, Presses Sorbonne Nouvelle, 198 p.
- DIAMOND, Kevin (1994), "L'oralisation des sigles en anglais", in *LINX – Les Sigles*, n.º 30, Nanterre, Université Paris X-Nanterre, pp. 109-132.
- DON, Didier (1987), "Le statut de l'emprunteur dans le domaine de l'enseignement assisté par ordinateur", in *Meta*, vol. 32, n.º 3, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 332-333.
- DUBUC, Robert (1968), "Vie des néologismes", in *Meta*, vol. 13, n.º 4, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 188-189.
- DURÁN, Juan de Dios Luque e Francisco José Manjón POZAS (eds.) (1997), *Estudios de Lexicología Y Creatividad Léxica*, Granada, Granada Lingvistica Y Método Ediciones, 362 p.
- ESKÉNAZI, André (1994), "De quelques sigles", in *LINX – Les Sigles*, n.º 30, Nanterre, Université Paris X-Nanterre, pp. 33-90.
- FROMKIN, Victoria e Robert RODMAN (1983), *Introdução à Linguagem*, Coimbra, Livraria Almedina, trad. port. 1993, 418 p.
- GARCIA, M.^a de Lurdes Abrantes (1994), "Dicionário Interactivo Multilingue de Senologia. Um Contributo para Aprendizagem de Terminologia Médica", in *Terminologias* 9-10, Lisboa, Termip, pp. 111-125.
- GEHENOT, Daniel (1975), "Le sigle: aperçu linguistique", in *Meta*, vol. 20, n.º 4, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 271-307.
- GENTILEHOMME-KOUTYRINE, Yves (1994), "Regards sur la terminologisation en lexicologie", in *Meta*, vol. 39, n.º 4, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 546-560.
- GERMAIN, C. e A. LAPIERRE (1988), "Le sigle: définition, caractéristiques et emploi", in *Cahiers de Lexicologie* n.º 53, Paris, Didier Erudition, pp. 55-74.
- GIRAUD, Jean (1973), "Le néologisme et nous", in *Meta*, vol. 18, n.º 1-2, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 225-236.
- GUILBERT, Louis (1975), *La Créativité Lexicale*, Paris, Larousse, 285 p.

- GUILBERT, Louis (1971), "La néologie scientifique et technique", in *La Banque des Mots* n.º 1, Paris, CILF, pp. 45-54.
- HALAOUI, Nazam (1993), "Du sens au signe. La néologie des langues africaines en contexte terminologique", in *Meta*, vol. 38, n.º 4, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 704-718.
- HUMBLEY, John (2002), "Nouveaux dictionnaires, nouveaux rapports avec les utilisateurs", in *Meta*, vol. 47, n.º 1, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 95-104.
- HUMBLEY, John e Danielle CANDEL (1994), "Oralisation de sigles en aéronautique", in *LINX – Les Sigles*, n.º 30, Nanterre, Université Paris X-Nanterre, pp. 133-152.
- HUMBLEY, John (1987), "L'emprunt sémantique dans la terminologie de l'informatique", in *Meta*, vol. 32, n.º 3, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 321-325.
- INTERNATIONAL STANDARD / NORME INTERNATIONALE (2000), *Terminology Work - Vocabulary - Part 1: Theory and Application, Part 2: Computer Applications / Travaux Terminologiques – Vocabulaire – Partie 1: Théorie et Application, Partie 2 : Applications Logicielles*, Geneva, ISO, ix+44p.+30p. / viii+26 p.
- KOCOUREK, Rostislav (1991), "Textes et termes", in *Meta*, vol. 36, n.º 1, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 71-76.
- KOCOUREK, Rostislav (1982), *La Langue Française de la Technique et de la Science*, Paris, La Documentation Française, 327 p.
- LEDERER, Marianne (1990), "L'interprète face aux emprunts", in *Meta*, vol. 35, n.º 1, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 149-153.
- LEMAY, Denise (1970), "Un sigle par-ci. Un sigle par-là", in *Meta*, vol. 15, n.º 1, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, p. 42.
- LERAT, Pierre (1995), *Les Langues Spécialisées*, Paris, PUF, 203 p.
- LERAT, Pierre (1988), "Terminologie et sémantique descriptive", in *La Banque des Mots*, Numéro Spécial du CTN, Paris, CILF, pp. 11-30.
- LINO, M.^a Teresa (1994), "Base de données textuelles et terminographiques", in *Meta*, vol. 39, n.º 4, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 786-789.
- LOUBIER, Christiane (2003), *Langues et Sociétés- Les Emprunts : Traitement en Situation d'Aménagement Linguistique*, Québec, Les Publications du Québec, 105 p.

- MARGOT, Jean-Claude (1990), "Le rôle des mots d'emprunt dans la traduction biblique", in *Meta*, vol. 35, n.º 1, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 188-194.
- MEUNIER-CRESPO, Mariette (1987), "Les anglicismes dans la presse d'information économique espagnole", in *Meta*, vol. 32, n.º 3, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 273-277.
- MOLLER, Bernt (1998), "À la recherche d'une terminochronie", in *Meta*, vol. 43, n.º 3, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 1-13.
- MORTUREUX, Marie-Françoise (1994), "Siglaison-acronymie et néologie lexicale", in *LINX – Les Sigles*, n.º 30, Nanterre, Université Paris X-Nanterre, pp. 11-32.
- MORTUREUX, Marie-Françoise (1987), "Les résistances à la néologie terminologique: système lexical et facteurs socioculturels", in *Meta*, vol. 32, n.º 3, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 250-254.
- MURITH, J. (1986), "Dictionnaire des abréviations et acronymes scientifiques, techniques, économiques - Comptes rendues", in *La Banque des Mots*, n.º 31, Paris, CILF, pp. 105-106.
- NAKOS, Dorothy (1990), "Sigles et noms propres", in *Meta*, vol. 35, n.º 2, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 407-413.
- NAKOS, Dorothy (1989), "Études comparée des modes de formations des lexies", in *Meta*, vol. 35, n.º 2, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 407-413.
- PAVEL, Silvia e Diane NOLET (2002), *Manual de Terminología*, Canadá, Translation Bureau, 156 p.
- PEARSON, Jennifer (1998), *Terms in Context*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, xii+246 p.
- PICARD, Diane Duquet (1985), "Normalisation et néonymie en français moderne", in *Meta*, vol. 30, n.º 3, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 257-260.
- PLÉNAT, Marc (org.) (1994), *LINX – Les Sigles*, n.º 30, Nanterre, Université Paris X-Nanterre, 185 p.
- PRUVOST, Jean e Jean-François SABLAYROLLES (2003), *Les Néologismes*, Paris, PUF, 128 p.
- PRUVOST, Jean (2000), *Dictionnaires et Nouvelles Technologies*, Paris, PUF, 192 p.
- PERCEBOIS, Jacqueline (2001), "Fonctions et vie des sigles et acronymes en contextes de langues anglaise et française de spécialité", in *Meta*, vol. 46, n.º 4, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 627-645.

- QUEMADA, Bernard (1987), "Notes sur *Lexicographie et Dictionnaire*", in *Cahiers de Lexicologie*, Hommage à R. L.-Wagner, vol. LI, 1987-II, II^e partie, Paris, Didier Erudition, pp. 229-242.
- REY, Alain (1979), *La Terminologie: Noms et Notions*, Paris, PUF, Collection Que Sais-Je?, n.º 1780, 2.^a ed. corrigida, 1982, 128 p.
- RODRIGUEZ GONZÁLEZ, Félix (1993), "Morphovariation and synonymy of acronyms", in *Meta*, vol. 38, n.º 2, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 275-292.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Félix (1988), "The proliferation and use of acronym derivatives: conditioning factors", in *Cahiers de Lexicologie* n.º 52, Paris, Didier Erudition, pp. 65-82.
- RONDEAU, Guy (1981), *Introduction à la Terminologie*, Québec, Gaëtan Morin Éditeur, 2.^a ed., 1984, 239 p.
- SAGER, Juan Carlos (1990), *A Practical Course in Terminology Processing*, Amsterdam/Filadelfia, John Benjamins B.V., 254 p.
- SANTOS, Isabel Rego (1994), *Linguas em Contacto e Estrangeirismos em Vocabulários de Especialidade*, Dissertação de Mestrado em Linguística, Lisboa, UNL-FCSH, 244 p.
- TEBÉ, Carles (2002), "Bases pour une sélection de neologismes", in CABRÉ, M. Teresa, Judit FREIXA e Elisabet SOLÉ (ed.), *Lèxic i Neologia*, Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, pp. 43-50.
- TOLEDANO, Violette (1995), "Traitement lexicographique des sigles. Disparité, consensus possible", in *Cahiers de Lexicologie* n.º 67, Paris, Didier-Larousse, pp. 55-70.
- YVON, François (1994), "Règles de transcription graphème-phonème pour la prononciation automatique de sigles", in *LINX – Les Sigles*, n.º 30, Nanterre, Université Paris X-Nanterre, pp. 153-165.
- ZAFIO, Massiva (1985), "L'arbre de domaine en terminologie", in *Meta*, vol. 30, n.º 2, Montréal, Les Presses de L'Université de Montréal, pp. 161-168.

2. DICIONÁRIOS, ENCICLOPÉDIAS, GRAMÁTICAS E PRONTUÁRIOS

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (2000), *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, 2 vols., Lisboa, Temas e Debates, xxiii+3811 p.
- ARRUDA, Lígia (2000), *Gramática de Português para Estrangeiros*, Porto, Porto Editora, 237 p.

- BERGSTRÖM, Magnus e NEVES REIS (2002), *Prontuário Ortográfico e Guia da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Notícias, 369 p.
- CANDEL, Danielle (1991), *Dictionnaire de Sigles. Domaines Économiques et Sociaux*, Paris, Maison du Dictionnaire, 744 p.
- CUNHA, Celso e Lindley CINTRA (1984), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1992, 9.ª ed., 736 p.
- FERREIRA, A. Gomes e J. Nunes de FIGUEIREDO (2001), *Bem Falar Bem Escrever. Compêndio de Gramática Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 400 p.
- GALISSON, R. e D. COSTE (1983), *Dicionário de Didáctica das Línguas*, Coimbra, Livraria Almedina, 765 p.
- INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS DE LEXICOGRAFIA (2003), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 3 tomos, Lisboa, Temas e Debates, 3770 p.
- NOVA ENCICLOPÉDIA LAROUSSE (1997), Lisboa, Círculo de Leitores, 22 vol., 7110 p.
- PINTO, JOSÉ M. de Castro (1998^a), *Gramática de Português*, Lisboa, Plátano Editora, 320 p.
- PINTO, JOSÉ M. de Castro (1998^b), *Novo Prontuário Ortográfico*, Lisboa, Plátano Editora, 480 p.
- GRANDE DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (2004), Porto, Porto Editora, 1624 p.
- PORTO EDITORA MULTIMEDIA (2001), *Dicionários Editora da Língua Portuguesa*, Porto (CD-Rom).
- XAVIER, M.ª Francisca e M.ª Helena MATEUS (org.) (1992), *Dicionário de Termos Linguísticos* (vol. II), APL/ILTEC, Lisboa, Edições Cosmos, 438 p.

3. LITERATURA ESPECIALIZADA NA ÁREA DA ECONOMIA

- BEITONE, Alain et alii (1991), *Dicionário de Ciências Económicas*, Lisboa, Edições Asa, trad. port. 1997, 336 p.
- BELLETANTE, Bernard (1996), *Dicionário da Bolsa e dos Mercados*, Lisboa, Plátano Edições Técnicas, trad. port. 1997, 326 p.
- BERNARD, Yves e Jean-Claude COLLI (1989), *Dicionário Económico e Financeiro*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, trad. port. 1997, 2 vols., 369 p. (1º vol.), 272 p. (2º vol.).
- CANO RICO, José Ramón (1997), *Dicionário da Bolsa e do Investidor Financeiro*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, trad. port. 2001, 353 p.

- CAPUL, Jean-Yves e Olivier GARNIER (1996), *Dicionário de Economia e de Ciências Sociais*, Lisboa, Plátano Edições Técnicas, trad. port. 1998, 522 p.
- CAVALCANTE FILHO, Francisco da Silva e Jorge Yoshio MISUMI (2002), *Mercado de Capitais*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 373 p.
- COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS (1999), *Código dos Valores Mobiliários*, Coimbra, Livraria Almedina, 288 p.
- DOWNES, John e Jordan Elliot GOODMAN (1995), *Dicionário de Termos Financeiros e de Investimentos*, Lisboa, Plátano Edições Técnicas, trad. port. 2001, 564 p.
- GUYOMAR'H, Pol (1993), *Dicionário da Empresa*, Lisboa, Plátano Edições Técnicas, trad. port. 1997, 201 p.

4. ENDEREÇOS NA INTERNET

<http://agenciafinanceira.sapo.pt>
<http://www2.petrobras.com.br/portal/Petrobras.htm>
www.bolsamais.com
www.bvl.pt
www.ciberduvidas.com
www.cmvm.pt
www.de.iol.pt
www.dn.pt
www.euronoticias.pt
www.expresso.pt
www.google.com
www.hdw.de
www.jn.pt
www.lusa.pt
www.negocios.pt
www.publico.pt
www.publico.pt/nos/livro_estilo/21-siglas.html
www.regiaodeleiria.pt/100maiores/mglass.php
www.semanarioeconomico.pt
www.tsf.pt

Sites das empresas referidas e outros que lhes fazem menção.

5. GLOSSÁRIOS (MAIS CONSULTADOS) NA *INTERNET*

<http://62.138.42.18/glossar.asp?msg=0000000000003030001310000000>

<http://moneycentral.msn.com/investor/glossary/glossary.asp?Letter=A>

<http://pt.portaldebolsa.com/pt/teacher/classroom.asp>

<http://ww13.itau.com.br/novori/port/>

<http://www.enfoque.com.br/ec/suporte/taxaseindic/index.asp?ativo=14>

<http://www.investopedia.com/dictionary/>

ANEXO

**Dicionário de Unidades Terminológicas Reduzidas. Domínio:
Economia / Bolsa de Valores (amostragem)**

1. SIGLAS

SIGLAS	FREQ.	EXTENSÃO	SUBDOMÍNIO
1. ABC	3	<i>sigla f.</i> Arab Banking Corporation	Bancos
2. ABN	1	<i>sigla m.</i> Algemeenes Bank Nederland (Nota 1: A sigla faz parte da unidade terminológica complexa "ABN Amro" (cf. Amro).)	Bancos
3. ADM	1	<i>sigla f.</i> American Direct Mail	Empresas

2. SIGLAS COM SÍMBOLOS

SIGLAS COM SÍMBOLOS	FREQ.	EXTENSÃO	SUBDOMÍNIO
1. AT&T	5	<i>sigla f.</i> American Telephone & Telegraph (Nota 1: Apesar da sigla ser usada no género feminino, num dos casos é usado o género masculino quando esta é usada como adjectivo: "o gigante AT&T".)	Empresas
2. BM-(SEAL-)9	1	<i>sigla, acr. m.</i> Bloco Marítimo 9 da Bacia Sergipe-Alagoas (Nota 1: Trata-se de uma unidade terminológica reduzida complexa, cuja sequência é [sigla + acrónimo + símbolo] (cf. (BM-)SEAL-9).)	Sem classificação
3. DJ Stoxx 50	1	<i>sigla m.</i> Dow Jones Stoxx 50 (Nota 1: Trata-se de um Índice Dow Jones criado "para a Europa como um todo" (CANO RICO 1997: 98). Cf. DJ, CBCDX501.)	Bolsa

3. ACRÓNIMOS

ACRÓNIMOS	FREQ.	EXTENSÃO	SUBDOMÍNIO
1. Acesa	12	<i>acr. f.</i> Autopistas, Concesionaria Española S.A.	Empresas
2. Agip	1	<i>acr. f.</i> Azienda Generale Italiana Petroli	Empresas
3. Alcatel / ALCATEL	4+1	<i>acr. f.</i> Société Alsacienne de Constructions Atomiques, de Télécommunications et d'Electronique	Empresas

4. ACRÓNIMOS COM SÍMBOLOS

ACRÓNIMOS COM SÍMBOLOS	FREQ.	EXTENSÃO	SUBDOMÍNIO
1. (BM-)SEAL-9	1	<i>sigla, acr. m.</i> Bloco Marítimo 9 da Bacia Sergipe-Alagoas (Nota 1: Trata-se de uma unidade terminológica reduzida complexa, cuja sequência é [sigla + acrónimo + símbolo] (<i>cf.</i> BM-(SEAL-9).))	Sem classificação
2. CAC 40 / CAC-40 / CAC40 / Cac-40	8+5+ 1+1	<i>acr. m.</i> 1. Compagnie des Agents de Change ; 2. Cotation Assistée en Continue. (Nota 1: Trata-se de uma unidade terminológica polissémica, em que a pesquisa revelou duas extensões para o mesmo acrónimo: "Compagnie des Agents de Change" (452 frequências do termo no motor de busca Google) e "Cotation Assistée en Continue" (34 frequências do termo no referido motor de busca). <i>Cf.</i> CAC.) (Nota 2: Trata-se do "Índice da Bolsa de Paris que engloba os quarenta valores cotados mais importantes no mercado parisiense" (CANO RICO 1997: 51).))	Bolsa

3. CATIA V5	1	<i>acr. f.</i> Computer Aided Three-dimensional Interactive Application Version 5	Informática
-------------	---	---	-------------

5. SIGLAS OU ACRÓNIMOS

SIGLAS OU ACRÓNIMOS	FREQ.	EXTENSÃO	SUBDOMÍNIO
1. EUA	110	<i>sigla, acr. m.</i> Estados Unidos da América	Geografia
2. MNE	1	<i>sigla, acr. m.</i> Ministério dos Negócios Estrangeiros	Organismos
3. POE	3	<i>sigla, acr. m.</i> Programa Operacional da Economia	Economia

6. FALSAS SIGLAS / FALSOS ACRÓNIMOS

FALSAS SIGLAS FALSOS ACRÓNIMOS	FREQ.	OBSERVAÇÕES
1. Big	4	<i>s.f.</i> Big corretora (Nota 1: Distingue-se do acrónimo BIG, pela diferença de género e pela sequência [maiúscula + minúsculas].)
2. dot.com/dotcom	1+1	<i>s.f.</i> Companhia que tem a Internet como componente chave dos seus negócios.
3. Europac	2	<i>s.f.</i> Papeles y Cartones de Europa

7. SÍMBOLOS

SÍMBOLOS	FREQ.	OBSERVAÇÕES
1. BBB	1	Trata-se da "classificação de uma empresa ou organismo emissor que indica uma capacidade de reembolso da sua dívida correcta sob reserva de confirmação" (CANO RICO 1997: 45). (Nota 1: Baa é indicado como sinónimo de BBB no dicionário de CANO RICO. Não foi indicado o género da unidade terminológica, uma vez que esta é apresentada sem recurso a artigo, como tal não apresentando marca de género: "com notação BBB".)
2. CBCDJI1	1	Dow Jones Industrial Average (Nota 1: Cf. DJ, DJI, [INDU].)
3. CBCDX501	1	Dow Jones Eurostoxx 50 (Nota 1: Cf. DJ, DJ Stoxx 50.)

8. SÍMBOLOS COM SIGLAS E ACRÓNIMOS

SÍMBOLOS COM SIGLAS E ACRÓNIMOS	FREQ.	EXTENSÃO
1. 3DTech / 3Dtech / 3DTek	1+1+1	<i>símbolo f.</i> Three-Dimensional Technology
2. 3M	14	<i>símbolo f.</i> Minnesota Mining and Manufacturing Company
3. [BCP]	1	<i>símbolo m.</i> Banco Comercial Português, símbolo pelo qual o banco é designado na bolsa de valores. (Nota 1: Cf. BCP.)

9. ABREVIATURAS E ABREVIACÕES

ABREVIATURAS E ABREVIACÕES	FREQ.	EXTENSÃO
1. act. / act	2+2	<i>abrev.</i> actualização
2. actual.	1	<i>abrev.</i> actualização
3. art.	1	<i>abrev.</i> artigo

10. SEM CLASSIFICAÇÃO

SEM CLASSIFICAÇÃO	FREQ.	OBSERVAÇÕES
1. AEX	3	Índice da bolsa de Amesterdão.
2. AGADI	1	Empresa.
3. am	1	Surge no <i>corpus</i> no título de uma notícia "Colaboração BNP PARIBAS am", cuja leitura não nos fornece a chave da resposta.

